



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Andreia Alves Monteiro de Castro

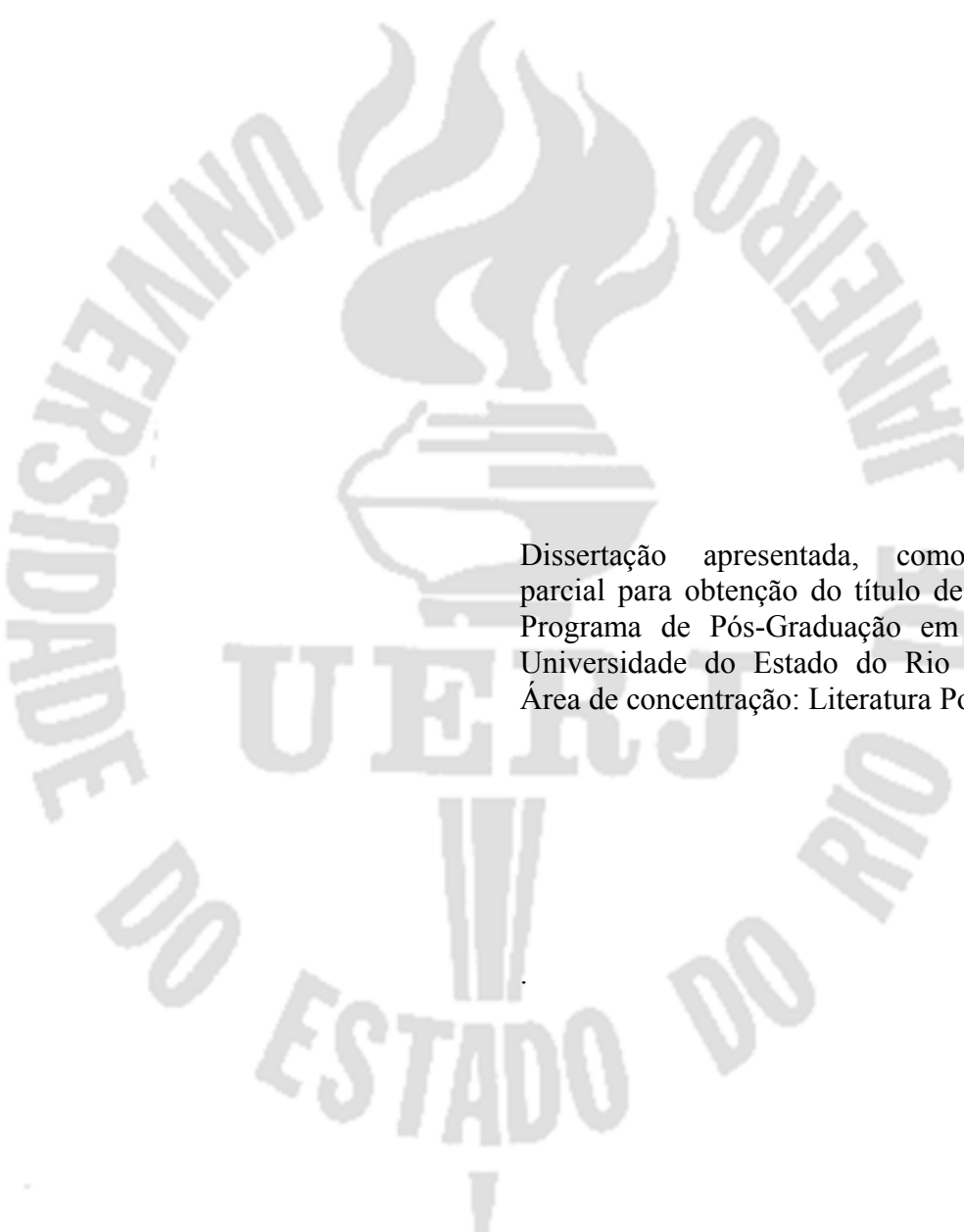
**Amor, desejo e transgressão – As cartas de amor na novela camiliana**

Rio de Janeiro

2010

Andreia Alves Monteiro de Castro

**Amor, desejo e transgressão– As cartas de amor na novela camiliana**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C349 Castro, Andreia Alves Monteiro de.  
Amor, desejo e transgressão: as cartas de amor na novela  
camiliana: 1860-1865 / Andreia Alves Monteiro de Castro. – 2010.  
116 f.:il.

Orientador: Sérgio Nazar David.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Letras.

1. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890 – Crítica e interpretação.  
2. Cartas de amor – Portugal – Séc. XIX – Teses. 3. Portugal –  
Condições sociais – Séc. XIX – Teses. 4. Análise do discurso literário  
– Teses. 5. Cartas portuguesas – Séc. XIX – Teses. I. David, Sérgio  
Nazar. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de  
Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

---

Assinatura

---

Data

Andreia Alves Monteiro de Castro

**Amor, desejo e transgressão – As cartas de amor na novela camiliana**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 15 de setembro de 2010.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)  
Faculdade de Letras da UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Maria de Souza Amorim  
Faculdade de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. José Cândido Oliveira Martins  
Faculdade de Filosofia da UCP

Rio de Janeiro  
2010

## DEDICATÓRIA

A Sandra Maria Pires Alves, minha querida mãe, que mesmo tendo partido “*tão cedo desta vida descontente*”, deixou “*lavrado o campo, a casa limpa, a mesa posta com cada coisa em seu lugar*”. Saudades, sempre!

## AGRADECIMENTO

Ao Professor Sérgio Nazar David, meu grande mestre e querido amigo. Pelo exemplo profissional e pessoal. Pela orientação firme e constante. Pelo incansável esforço que não me permitiu esmorecer, mesmo nos momentos mais difíceis. Pela Força!

Ao meu marido Luis Henrique, meu verdadeiro amor. Por estar sempre ao meu lado. Pelas noites mal dormidas. Por sempre torcer pelo meu sucesso e vibrar com as minhas conquistas. Por acreditar em mim sempre, mesmo quando eu esmorecia.

À Janaina e ao Luis Henrique, meus amados filhos. Pela alegria, carinho e afeto que me ofertam continuamente. Ser mãe, sem dúvidas, foi uma das melhores experiências da minha vida.

À Luciana e ao Antero, meus queridos irmãos. Pela companhia e apoio. Por me ensinarem a dividir. Compartilhamos a mesma essência, a mesma educação.

À Elaine Xavier, amiga para todas as horas. Pela alegria e animação. Por nossas conversas sobre literatura, e principalmente sobre a vida. Por me mostrar que a vida pode ser mais leve.

A todos os professores que contribuíram para os meus estudos. Pelos ensinamentos. Pela disposição. Por me ensinarem a amar o magistério.

A todos os meus amigos, colegas e parentes, sem os quais a vida não teria a mesma graça. Pelo incentivo. Pelas risadas. Por todos os bons momentos.

A virgindade epistolográfica é hoje, e era então mais rara que todas as outras.

(Camilo Castelo Branco, *Livro da consolação*, 1872)

Dos meus fúteis romances também chalaceia e não anda mal; — que todos os meus livros se adivinham do terceiro em diante: um brasileiro, um namorado sentimental, e uma menina em convento. Cita quatro novelas, e por casualidade em nenhuma delas tem brasileiro; porém, quanto a namorados, são tantos que nem a senhora princesa é capaz de ter tido mais.

(Camilo Castelo Branco, *A Senhora Rattazzi*, 1880)

## RESUMO

CASTRO, Andreia Alves Monteiro de. *Amor, Desejo e Transgressão – As cartas de Amor na novela camiliana*, 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O propósito desta dissertação é analisar as várias funções exercidas pelo discurso epistolar, em especial as cartas de amor, nas novelas camilianas do período de 1860 a 1870, de cujo conjunto destacamos *Amor de Perdição* (1861), *Memórias de Guilherme do Amaral* (1863), *Agulha em Palheiro* (1863) e *A Sereia* (1865). Nestas obras, as cartas têm presença bastante relevante, ligada à forma e, por conseguinte, à elaboração de conceitos e significados de dimensão social e íntima. Muito em voga à época, as cartas se fazem presentes em outros romances oitocentistas: em *Eurico, o Presbítero* (de Herculano), *Viagens na Minha Terra* (de Garrett) e *O Primo Basílio* (de Eça de Queirós). As cartas trocadas pelos casais enamorados revelam muito mais do que uma história de amor contrariado, que seguiria os moldes da escola romântica. Retratam antes de tudo os anseios pessoais, os conflitos e as tensões sociais do Portugal do século XIX. O discurso epistolar acaba sendo um modo de dar dimensão intimista aos dramas maiores da sociedade. Ao olhar perspicaz, inquieto e, até mesmo, desesperançado de Camilo Castelo Branco, que critica os valores da sociedade na qual está inserido, sem muitas das vezes avistar uma saída possível, as cartas tornam-se um modo de trazer novas vozes ao romance. Assim, Camilo fala pelos narradores, pelos seus personagens em diálogo, mas também por aquilo que naquele mundo não se diz, mas se escreve (nas cartas).

Palavras-chave: Discurso epistolar. Escrita. Desejo. Camilo Castelo Branco. Romance do século XIX em Portugal.



## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze the several functions exercised by the epistolary discourse, specially the love letters, in the camilian novels in the period of 1860 to 1870, from what collection we point out *Amor de Perdição* (1861), *Memórias de Guilherme do Amaral* (1863), *Agulha em Palheiro* (1863) e *A Sereia* (1865). In these works, the letters have a very strong presence, linked to the shape and, in consequence, the elaboration of concepts and meanings of social and intimate dimension. Very popular in that time, the letters are present at another eighties romances: at *Eurico, o Presbítero* (de Herculano), *Viagens na Minha Terra* (de Garrett) and *O Primo Basílio* (de Eça de Queirós). The letters changed by the couples in love reveals much more than one annoyed love story which would follow the patterns of the romantic school. They portray before all the personal desires, conflicts and social tensions lived in Portugal of 19<sup>th</sup> century. The epistolary discourse is a manner of giving an intimate dimension for the main dramas of the society. To the perceptive, anxious and, unhopeful look of Camilo Castelo Branco, that criticizes the values of the society in which he is inserted, many times without seeing a possible solution, the letters become a way to bring new voices to the romance. Therefore, Camilo speaks for the narrators, for his characters in dialogue, but also for what in that world is not said, but it is written (in the letters).

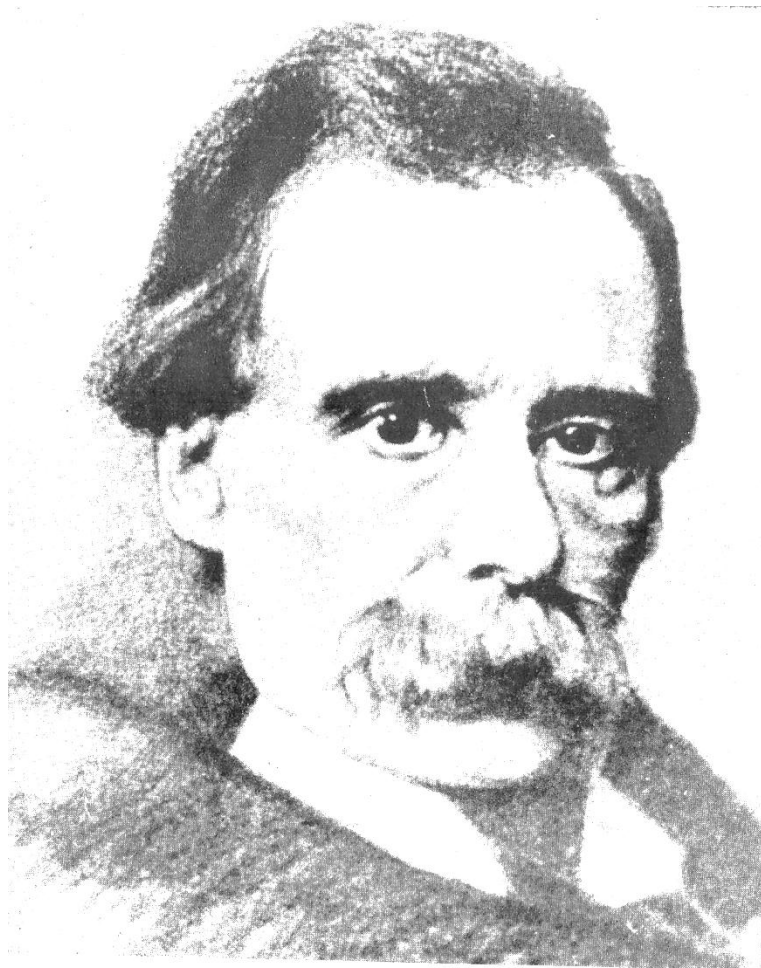
Keywords: Epistolary discourse. Writing, Desire. Camilo Castelo Branco. Novel of the 19<sup>th</sup> century in Portugal.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto de Camilo Castelo Branco .....	11
Figura 2 – Caricatura de Camilo Castelo Branco por Miguel Salazar .....	14
Figura 3 – Camilo Castelo Branco a todo vapor. ....	24
Figura 4 – Raparigas ao piano, Silvestro Lega, 1867. Florença, Galeria de Arte Moderna.....	27
Figura 5 – População por idades - I Recenseamento Geral da População, 1864. ....	35
Figura 6 – Instrução Elementar - I Recenseamento Geral da População, 1864. ....	36
Figura 7 – Tabela comparativa da população entre 1864 e 1878 - II Recenseamento Geral da População, 1878. ....	37
Figura 8 – Quadro comparativo relativo à instrução - II Recenseamento Geral da População, 1878. ....	38
Figura 9 – Caricatura de Camilo Castelo Branco por Rui Sousa .....	39
Figura 10 – Caricatura de Camilo Castelo Branco por José Malheiro .....	51
Figura 11 – Caricatura de Camilo Castelo Branco por Fernão Campos .....	66
Figura 12 – Caricatura de Camilo Castelo Branco por João Ramos .....	80
Figura 13 – Desenho por Saavedra Machado .....	93
Figura 14 – Camilo e Carlos de Oliveira. Cartoon de João Abel Manta .....	106

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 O LUGAR DA CARTA NA ESCRITA DA HISTÓRIA.....</b>	<b>15</b>
<b>2 CARTAS: UM GÊNÊRO AMBÍGUO.....</b>	<b>40</b>
<b>3 O QUE DIZEM AS CARTAS D'AMOR DE PERDIÇÃO.....</b>	<b>52</b>
<b>4 O DESEJO DA ESCRITA: AS CARTAS EM MEMÓRIAS DE GUILHERME DO AMARAL.....</b>	<b>67</b>
<b>5 FERNANDO E PAULINA: AGULHAS EM PALHEIRO?.....</b>	<b>81</b>
<b>6 A MORTE ESTÁ NO QUERER: LIBERDADE, DESEJO E CULPA EM A SEREIA.....</b>	<b>94</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>



*Camilo Castelo Branco*

Figura 1—Foto de Camilo Castelo Branco, contracapa, Obra Seleta de Camilo Castelo Branco.  
Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

## INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar as várias funções exercidas pelo discurso epistolar, em especial as cartas de amor, nas novelas camilianas do período de 1860 a 1870, por ser esta uma das fases mais profícuas do autor. Este também foi um momento marcado pela reflexão, não só sobre um modo de fazer literatura, mas por um balanço mais amplo de uma época. Optamos por excluir do nosso corpus o período em que Camilo escreveu ao lado dos realistas, a chamada Geração de 70, por ser um conturbado momento de transição na cena literária portuguesa, quando por vezes Camilo buscará parodiar, entretanto sem permanecer incólume às influências dessa nova escola.

Deste recorte temporal destacamos *Amor de Perdição* (1861), *Memórias de Guilherme do Amaral* (1863), *Agulha em Palheiro* (1863) e *A Sereia* (1865), pois nestas obras, as cartas têm presença bastante relevante, ligada à forma e, por conseguinte, à elaboração de conceitos e significados de dimensão social e íntima. Por vezes, as irresistíveis paixões servem como pretexto e/ou convite à discussão sobre a realidade social e política do país. Cada personagem ao escrever sobre os fatos revela a sua perspectiva e os seus sentimentos. Estas vozes unidas originam um efeito de polifonia, e tecem uma narrativa complexa, sempre com a participação especialíssima de um narrador que opina e reflete sobre a matéria narrada.

Buscaremos comprovar que as cartas trocadas pelos casais enamorados revelam muito mais do que uma história de amor contrariado, que seguiria os moldes da escola romântica, como ainda afirma boa parte da crítica. Retratam os anseios pessoais, os conflitos e as pressões sociais vividas no Portugal do século XIX e também questões que são mais do que tudo humanas (atemporais). Camilo Castelo Branco fala pelos narradores, pelos seus personagens em diálogo, e ainda, assim o demonstraremos, por aquilo que naquele mundo não se dizia, mas que poderia ser escrito.

Para cumprir estes objetivos, o presente trabalho foi dividido em seis partes. No primeiro capítulo destacamos a origem e o percurso da correspondência ao longo dos tempos, a sua influência na literatura e a sua ligação com o surgimento de outros meios de comunicação, como os jornais. Evidentemente, a popularização das cartas dependia do desenvolvimento e da democratização do acesso à escrita, processo que em Portugal foi introduzido e defendido pelos intelectuais oitocentistas.

No segundo capítulo faremos um breve histórico das principais teorizações sobre este gênero epistolar. Partiremos desde a Antiguidade Clássica até os estudos mais recentes,

mostrando a passagem das minuciosas prescrições técnicas para a simples cópia de modelos, reunidos e propagados pelos manuais epistolares. Além de evidenciar o emprego das cartas como estratégia narrativa e o seu papel na popularização do romance.

O terceiro capítulo será dedicado à análise das belíssimas cartas do mais notável romance camiliano, *Amor de Perdição*. Procuraremos salientar o papel determinante do discurso epistolar, seja como elemento estrutural da narrativa, seja como principal aliado dos enamorados na tentativa de reatar as relações que a família e a sociedade teimavam em desunir. Do mesmo modo, evidenciaremos que muitos acontecimentos enfrentados por Simão e Teresa eram, na verdade, historicamente plausíveis e frequentes.

No quarto capítulo o desejo rouba a cena, extrapolando as fronteiras do íntimo, sendo representado também como veículo de ideologia social e política. Em *Memórias de Guilherme do Amaral*, as dificuldades daqueles que empregavam a pena como arma e como forma de subsistência coexistem com os anseios de uma jovem, que, com muito talento e erudição, desafia os preceitos morais vigentes, para declarar o seu amor por um *homem fatal* e, sobretudo, pela atividade de escritora.

No quinto capítulo, buscaremos demonstrar como Camilo Castelo Branco retrata os primeiros resultados do empenho dos liberais na defesa da educação das classes laboriosas. O filho *ilustrado* do sapateiro consegue concluir seus estudos na prestigiada universidade de Coimbra, obtendo o respeito e a admiração de nobres e grandes burgueses. E mais, Fernando alcança a realização amorosa, vivendo ao lado de sua determinada e riquíssima Paulina, demonstrando que, mesmo em uma sociedade ainda preconceituosa e hipócrita, também havia caminhos viáveis para a concretização de anseios, que anteriormente eram mesmo quase impossíveis.

Finalmente, no sexto capítulo evidenciaremos que Camilo não se furta a criticar as doenças sociais que ainda perduram no seu tempo. Estas injustiças estão diretamente relacionadas aos valores do Antigo Regime, que persistem mesmo na nação que se quer moderna e igualitária. Gaspar e Joaquina irão até as últimas consequências para viver a sua história de amor. Mas desesperançados atentam de maneira extrema contra todos os preceitos sociais e religiosos, comprovando que o sentimento amoroso não era, infelizmente, o bastante para vencer aquele “inexorável mundo” (CASTELO BRANCO, 1916, p.216)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Ver: DAVID, Sérgio Nazar. *O mundo inexorável do constitucionalismo português. Os desafios maiores do liberalismo sob o olhar de Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo e Eça de Queirós*. In: RIOS, Otávio (org.) *O Amazonas deságua no Tejo*. Manaus: UEA Edições, 2009. Ver também: DAVID, Sérgio Nazar. *O século de Sivestre da Silva – Estudos sobre Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Diniz*. Lisboa: Prefácio, 2007.



**Figura 2** - Caricatura de Camilo Castelo Branco por Miguel Salazar

## 1 O LUGAR DA CARTA NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Uma carta sua, querida amiga, teria vindo encher tudo de luz e de animação. Há uma velha, sagrada, e inquebrantável tradição em Inglaterra de que os noivos devem escrever-se todos os dias, algumas linhas que sejam...  
Eça de Queirós<sup>2</sup>

A origem da correspondência está intimamente atrelada ao desenvolvimento da linguagem escrita. “Durante mais de dois mil anos, escrever cartas foi o principal meio de comunicação a distância” (TIN, 2005, p. 57). Desde as primeiras “mal traçadas linhas” até os dias atuais a correspondência ocupou diversas funções. Superando o seu primeiro fim: a comunicação, serviu de instrumento de poder, ferramenta de conhecimento e até mesmo arma de sedução.

O itinerário do “correio” remonta à Antiguidade e aos vários povos que integraram grandes impérios. Platão, Cícero, Sêneca e Plínio escreveram cartas memoráveis. Contudo, a essa altura, a maior parte das cartas eram, sobretudo, empregadas com finalidades administrativas e militares. Bem mais tarde, também atenderam às necessidades comunicativas de chefes de governo, nobres de todos os níveis, religiosos, grandes senhores e comerciantes, que as utilizavam como meio de aquisição de conhecimentos, descobertas, informações e até para intrigas e conquistas amorosas.

Uma vez que não existiam outros meios de comunicação era principalmente através das cartas que se dava o intercâmbio de notícias pela Europa do século XV ao século XVIII. Era comum uma carta circular de mão em mão e, depois de lida, ser reproduzida oralmente e por escrito. As epístolas recebidas por uns serviam de fonte de informação a outros. A correspondência recente virava pretexto para um encontro nos grandes salões da aristocracia. Segundo Marie-Claire Grassi, “écrire à époque classique, est en general l’affaire d’une élite, en l’occurrence la noblesse. On s’écrit beaucoup, en famille, entre amis, donnant des nouvelles familiales et sociales, anticipant les Gazettes, commentant les événements politiques de la capitale ou de la province” (1998, p. 10).

Desta forma, conforme Carlos Rizzini afirma: “As cartas particulares dos séculos XVI, XVII e XVIII possuem maior conteúdo jornalístico, no sentido informativo, do que a maioria

---

<sup>2</sup>Eça de Queirós & Emília de Castro: *correspondência epistolar* (Cartas inéditas de Emília de Castro, e a sua correspondência epistolar com outros destinatários: Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Luís de Magalhães, Celeste Cinatti Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Veridiana Prado). Porto: Lello & Irmão – Editores, 1995, p.57.



das folhas de hoje e deixam a perder de vista as primeiras gazetas impressas sob a égide dos governos e por isso voltadas ao noticiário deformado e gratulatório” (1946, p. 47).

Comentando as ligações e a importância da carta no desenvolvimento do jornal, da revista e do romance, Bazerman afirma:

A carta em várias instâncias parece ter servido como uma forma transitória para permitir a emergência de gêneros com uma função comunicativa definida e com amarras sociais. Pelo menos três principais tipos de escrita que floresceram na cultura impressa parecem ter alguma conexão com a carta: o jornal, a revista científica e o romance (2005, p.95).

No século XVIII, as cartas de M<sup>me</sup> de Sévigné se destacam tanto pela qualidade literária quanto pela variedade de assuntos abordados. De modo que passam a ser um modelo do gênero: “les lettres de M<sup>me</sup> de Sévigné vont être le modèle, difficile à imiter, de la lettre naturelle et familière” (GRASSI, 1998, p. 26). O conteúdo das cartas, na sucessão das leituras, servia a inúmeros destinatários. Nesta época os manuais epistolares se multiplicavam e surgiam os primeiros correspondentes profissionais, viajantes que transformaram a atividade de escrever cartas em um ofício, antecipando a função de jornalista; com isto, a carta precedeu o jornal em vários outros aspectos o parentesco foi preservado, como nos títulos empregados em diversos periódicos: *Le Courier de Paris*, *O Correio de Lisboa*, *O Mensageiro de Notícias*, entre muitos. Conforme Matildes Demétrio dos Santos, “quando o jornal nasceu foi no modelo epistolar que encontrou inspiração para apresentar as primeiras manchetes” (1998, p. 49). Para tanto também concorreu a proximidade entre a crônica e o discurso epistolar. A primeira se assemelha a uma carta aberta para os seus pretensos leitores.

Depois de passar pelas mãos de comandantes militares, governantes poderosos, filósofos, religiosos, membros da realeza e viajantes, as cartas passam de fato a fazer parte do cotidiano do cidadão comum no século XIX. “No século vitoriano, os burgueses usavam as cartas e os diários, em números sem precedente e com intensidade inigualável, como repositórios dos relances de sua vida introspectiva” (GAY, 1999, p. 337).

A correspondência oitocentista foi marcada por uma tendência mais emotiva, confidencial e confessional, bem distante das cartas de outrora, que muitas vezes “seguiam receitas sofisticadas; revestindo a emoções de quem escrevia com uma linguagem equilibrada e uma lógica forense, e acima de tudo com espírito” (GAY, 1999, p. 337). Escrever cartas e diários íntimos passa a fazer parte das tarefas habituais e o tinteiro e a pena passam a fazer parte dos “artigos de toilette” das elegantes damas e dos escritórios masculinos.

Os missivistas do século XIX procuraram empregar uma linguagem mais próxima da oralidade, mais espontânea e menos baseadas em fórmulas. Porém nem todas as cartas desta época eram iguais: “as diferenças de costumes, o gênero e o status social dividiam os

redatores de cartas e de diários em vários grupos” (GAY, 1999, p. 338). Os mais letrados, em geral, tinham um melhor êxito, pois possuíam um vocabulário mais rico e melhores modelos. Já quanto ao conteúdo, “inevitavelmente, os homens registravam uma experiência distinta da das mulheres: podiam escrever sobre o seu trabalho, a política e os negócios, áreas que excluía a maioria das mulheres, confinadas essencialmente a vida doméstica” (GAY, 1999, p. 338).

A correspondência familiar e amorosa também é bastante comum entre os burgueses devido aos “avanços do correio, já sensíveis desde a primeira metade do século, acelerando-se mais tarde como desenvolvimento das estradas de ferro e a variedade de materiais que surgem nessa época de grande fabricação de papel” (PERROT, 2009, p. 169). Segundo Peter Gay a troca de correspondência passou a ser “prioritária na economia emocional dos vitorianos” (1999, p. 345). Aos familiares distantes as missivas eram a “única oportunidade de fornecer um boletim de saúde da família, um resumo anual das mortes, nascimentos e casamentos, doenças ou sucessos nos exames” (PERROT, 2009, p. 169).

Já os casais apaixonados, mesmo os casados afastados por algum motivo, escreviam-se com certa frequência. O sentimento amoroso exigia que o amante se dispusesse a dedicar um valioso tempo a escrever ao seu bem amado, provando que o trazia vivo em seus pensamentos, ainda que sem a desejada presença física. Logo essas trocas epistolares tinham a função simbólica de compensar a ausência, de romper com silêncio, de aplacar a saudade e de preservar os vínculos. A regularidade estaria diretamente ligada à intensidade do sentimento amoroso, conforme Michelle Perrot afirma: “um casal unido, provisoriamente separado, trocava cartas a cada dois ou três dias” (2009, p. 169). Contudo, em sentido reverso, as cartas também eram empregadas nas despedidas e nos rompimentos, bem como nas súplicas e nos lamentos dos amantes abandonados.

Estes relatos mais íntimos acabam por influenciar a ficção literária. A correspondência amorosa, que já tinha garantido o seu lugar cativo na vida dos burgueses oitocentistas, também passa ter destaque na literatura da época. O romance, gênero burguês por excelência, ao retratar os costumes, os anseios e os conflitos vividos por essa classe social, não poderia deixar de abordar e de incluir o uso cotidiano das cartas.

Muitos romancistas, desde o final do século XVIII, também utilizaram o discurso epistolar como parte de uma rica série de estratégias com o fim de conferir autenticidade e naturalidade às obras literárias, exigências do novo público leitor: “Désormais, par les lettres dans le roman, par les romans par lettres, l’écrivain dispose d’une forme parfaite

d'introspection au service de enrichissement de l'écriture romanesque" (GRASSI, 1998, p. 152).

De acordo com Ian Watt, em *A ascensão do romance*, "[...] o método epistolar leva o escritor a produzir algo aceitável, como a transcrição espontânea das reações subjetivas dos protagonistas aos fatos na medida em que estes ocorrem e, assim, [a] romper com a tendência clássica da seletividade e da concisão [...]" (2007, p. 167). *Clarissa* (de Richardson), *ANova Heloisa* (de Rousseau), *As ligações perigosas* (de Laclos) e *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (de Goethe), que obtiveram sucesso fulminante, ilustram esse contexto claramente.

O discurso epistolar do mesmo modo esteve muito presente no contexto cultural português, participando ativamente no processo de elaboração de conceitos e significados da tradição portuguesa ao longo dos tempos. As cartas tiveram uma grande importância no país das Grandes Navegações. Através delas, relatos de experiências, assombramentos e sentimentos foram divulgados nesta época. Foi o melhor meio de comunicação entre os que se aventuravam "por mares nunca dantes navegados" (CAMÕES, 2006, p. 71)<sup>3</sup> e os que ficavam no solo pátrio.

As cartas (e sobretudo a visão de quem as escreveu) foram o meio pelo qual o "Velho Mundo" tomou conhecimento das terras de *além-mar* e dos povos que nelas habitavam. Pero Vaz de Caminha descreveu por carta ao rei D. Manuel a natureza exuberante, onde "querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo" (2000, p. 117). O escriba encantado relata a beleza física feminina: "Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas; e suas vergonhas, tão altas e tão cerradinhas [...]" (2000, p. 87), ainda tão em voga no imaginário coletivo, até os dias atuais.

No quesito cartas de amor, as célebres e polêmicas *Cartas Portuguesas*, cuja autoria é atribuída à Sórora Mariana de Alcoforado, são referência na literatura portuguesa e no cânone literáriouniversal. Mariana, que seria uma freira de Beja, enclausurada em um convento vive uma arrebatadora paixão por um galante combatente militar em tempos de guerra (no caso um oficial francês). Não correspondida e abandonada, confessa e eterniza em cinco cartas o seu amor, os seus desejos e acima de tudo a sua dor. Como observa Marie-Claire Grassi: "À cela, s'ajoutent un lexique de l'amor malleureux avec les occurrences des mots *délire*, *insensé*, *aveuglement*, *martyre*, *douleur*, *sacrifice*, et un stule où lyrisme et sens du tragique sont au service d'une reconnaissance sociale" (1998, p. 25).

---

<sup>3</sup>Ver: *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora, 2006, canto I, verso 3, p.71.

Porém, foi no decorrer do século XIX que as cartas ficcionais tiveram o seu apogeu na literatura de Portugal. Muitos romances deste século se utilizaram do discurso epistolar como elemento ficcional: *Eurico, o Presbítero* de Herculano, *Viagens de Minha Terra*, de Almeida Garrett e *O Primo Basílio* de Eça de Queirós, etc.

Camilo Castelo Branco foi o escritor oitocentista que mais explorou este recurso. São inúmeros os exemplos de romances que abarcam não só as epístolas como também o relato de fatos históricos e biográficos, que são utilizados com o propósito de conferir veracidade aos casos narrados, ainda que Camilo frequentemente os apresente e discuta como fatos ficcionais, levando o leitor a transitar entre o histórico e o romanesco. Nos romances camilianos, não só o conteúdo das cartas ganha destaque, a cena da leitura também é muito valorizada e é repleta de simbologias. A ocasião da leitura de uma carta é igualmente relevante na construção da elaboração de conceitos e significados.

As práticas epistolares e a leitura de romances exigem algum nível de instrução. Evidentemente, apenas as pessoas alfabetizadas poderiam ter acesso a essas atividades, o que na realidade seria ainda uma pequena e remediada percentagem da população na época. Os mancebos enamorados que enviavam cartas a belas donzelas eram em sua maioria oriundos da antiga nobreza ou das classes mais altas da burguesia, uma vez que para eles o acesso a uma boa educação era quase garantido. Estas moças, de certo, possuíam uma situação econômica e social privilegiada, e para elas a carta seria “um prazer, uma licença, a até um dever” (PERROT, 2007, p. 28), ainda que lhes fosse, no itinerário das letras, o máximo permitido.

Camilo Castelo Branco retratou essa situação em suas obras através de inúmeras personagens, tal qual o impetuoso Simão Botelho, protagonista de *Amor de Perdição*; o “leão dos bailes” Guilherme do Amaral, de *Memórias de Guilherme do Amaral*; e Gaspar de Vasconcelos, de *A Sereia*, que, embora filho natural, fora criado com todas as condições de um filho legítimo. Contudo, na sociedade burguesa, também era possível que um rapaz proveniente de classes menos favorecidas conseguisse, através de muito esforço (e em se tratando de uma personagem camiliana, com um pouco de sorte), conquistar uma boa formação intelectual. Isto ocorre com Fernando, do romance de nome sugestivo *Agulha em Palheiro*. O jovem filho de um sapateiro consegue terminar seus estudos graças a muito esforço familiar e pessoal.

Em todo o século XIX ocorreram transformações políticas e sociais que possibilitaram um alargamento do acesso à instrução, visando alcançar o maior número de pessoas. A discussão acerca das questões educacionais vinha tornando-se pauta permanente nos círculos intelectuais portugueses desde o século XVIII, de modo que várias propostas de reforma

educacional foram surgindo gradualmente desde então, como as apresentadas por Luís António Verney e António Ribeiro Sanches, ligados à reforma pombalina, no século XVIII, e por Almeida Garrett, Alexandre Herculano e António Feliciano de Castilho, na primeira metade dos oitocentos.

Por mais que a educação em Portugal tivesse se tornado um tema obrigatório para muitos estudiosos, era ainda uma questão secundária nos meios políticos. Esta indiferença política quanto à educação foi o que impulsionou os escritores a debaterem acerca desse problema considerado fundamental para o crescimento social e econômico português.

A alfabetização e a instrução do povo teriam sido duas das maiores preocupações do século oitocentista, devido a sua relação direta com o direito à igualdade de oportunidades defendida pelos ideólogos da Revolução Francesa e por seus seguidores. Herculano apregoava: “Na educação, e só na educação, está a possível regeneração moral do nosso país” (1837, p. 212).

No entanto, “havia ambiguidades e contradições difíceis de contornar, apercebiam-no aqueles que, empenhados em ‘difundir as luzes’- como então ainda se usava dizer -, cuidavam, por outro lado, de não levar demasiado longe o zelo didático” (SANTOS, 1992, p. 539). Isto quer dizer que o acesso à instrução deveria ser regulado de acordo com a posição social, evitando que os filhos das “classes laboriosas” fossem levados por “estudos supérfluos” a desejar um destino melhor que o dos seus pais. Assim Herculano, buscando remover quaisquer barreiras à propagação do ensino popular, tratava de garantir aos mais temerosos que nada concorreria “para alterar essa igualdade que se deseja conservada” sendo apenas necessário evitar que os meninos pobres aprendam “as línguas sábias e as artes de luxo” (1837, p. 37). Todavia alguns dos grandes literatos da época de fato teriam conseguido superar a sua origem humilde e conquistar um lugar de destaque entre os intelectuais da época, como Camilo Castelo Branco, Lopes de Mendonça e Gomes de Amorim (SANTOS, 1985, p. 341).

Apesar das resistências, uma parte da *intelligentsia* liberal atuou em várias frentes numa verdadeira jornada contra o analfabetismo. Tomaram medidas como a realização de reformas públicas de ensino, as campanhas de alfabetização, a criação de sociedades recreativas e culturais, o incremento da imprensa periódica, a redução do preço do livro, a proliferação de bibliotecas públicas e particulares e dos gabinetes de leitura. Todas estas formas de intervenção não ocorreriam de maneira estanque, se davam, sobretudo, simultaneamente e articuladas. Devido a toda essa movimentação o século XIX ficaria conhecido como o século da educação (TORRALBA, 2008, p. 609).

Já na Constituição resultante da Revolução Liberal de 1820, as questões referentes ao ensino teriam sido abordadas. Embora a instabilidade política e social desse período tenha dificultado que as reformas nesse campo fossem de fato implementadas. Em 1833 foi instaurada uma comissão de reforma. Segundo Maria de Lourdes Lima dos Santos, esta “exprimiu o cuidado de evitar propostas demasiadamente inovadoras, procurando harmonizar o velho e o novo, simbolicamente representados pelo presidente e pelo secretário da dita comissão, que vêm a ser Trigo e Garrett” (1985, p. 123).

Apesar disso é a partir de 1835, no ministério de Rodrigo da Fonseca Magalhães, que uma tendência prática começa a se manifestar mais intensamente. O decreto intitulado “Regulamento Geral da Instrução Primária” foi a primeira grande reforma do regime constitucional. Também a criação do Conselho Superior da Instrução Pública, que viria a resolver o problema da superintendência dos assuntos relativos ao ensino.

Em 1836 foi publicada a reforma geral do ensino, de Manuel Passos, que abrangeu todos os níveis de instrução. No que se refere à instrução primária, as mudanças estavam longe de ser satisfatórias “quer no ritmo do efectivo desenvolvimento das respectivas escolas, quer na mobilização para a obrigatoriedade da sua frequência” (SANTOS, 1985, p. 135). Porém a introdução da ginástica e a implementação de “escolas de meninas” são as duas principais medidas neste nível.

Relativamente à instrução secundária destaca-se a atenção dirigida aos liceus, que seriam via de acesso à Universidade e às escolas técnicas secundárias. Estas seriam orientadas para um ensino mais prático, como a escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e do Porto. Quanto ao ensino superior, as questões principais são: a reformulação da Universidade de Coimbra, e o intento de criar outras universidades para romper com o monopólio coimbrão. Isto não foi bem visto por parte dos membros da Universidade de Coimbra, que reagiram como puderam contra a reforma. Em 1837 foram criadas duas escolas especiais, a Escola Politécnica de Lisboa e a Academia Politécnica do Porto, que foram muito festejadas pelos intelectuais liberais.

Simultaneamente às reformas educacionais também eram iniciadas campanhas de alfabetização, que visavam remediar os problemas relativos ao ensino primário “através da abertura de aulas em coletividade criadas no âmbito do movimento associativista ao longo da década de 50 (Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, Associação Promotora da Educação Popular, Grémio Popular, Associação Popular Promotora da Educação do Sexo Feminino, etc.)” (SANTOS, 1992, p. 543).

Neste contexto, Castilho liderou uma campanha em que o seu *Método de Leitura Repentina* foi amplamente empregado e divulgado. É apreciável a maneira com a qual Castilho procurou difundir o seu *Método* a um maior número possível de indivíduos, “montando o que se poderá considerar a primeira operação publicitária de grande vulto no mercado de bens e serviços culturais em Portugal” (SANTOS, 1992, p. 543). O escritor não só utilizou anúncios em periódicos e folhetos como também se apresentou em várias regiões do país realizando conferências e demonstrações.

Também foi neste ambiente de lutas e reformas que surgiram inúmeros periódicos. Em sua maioria estes jornais estavam imbuídos de ideais pedagógicos e interessados no esclarecimento do cidadão português com intuito de proporcionar uma reforma na sociedade. Através dos textos jornalísticos era possível criticar abertamente a realidade quotidiana, visto que o jornal era um espaço de maior “liberdade” onde o autor poderia, de forma mais aberta, tratar das mais diversas temáticas relativas à sociedade e à política. Foi n’*A Revolução de Setembro*, um dos periódicos mais influentes da época, que um protesto foi publicado em reação à “Lei das Rolhas”, um projeto de lei cabralista que visava justamente restringir a liberdade de imprensa.

Neste espaço criado pela imprensa surge o folhetim, um meio muito utilizado pela escrita literária ou de cunho jornalístico, que contou com a colaboração de um largo número de escritores oitocentistas. Os periódicos buscavam noticiar ao máximo os fatos ocorridos e os que conseqüentemente poderiam ocorrer, alimentando a curiosidade de cidadãos ávidos de informação e servindo como órgão de um liberalismo ainda em seus primeiros passos. Muitos leitores da época acabaram por restringir aos jornais o seu interesse de leitura unicamente, por ser um meio de comunicação mais ágil, não demonstrando o mesmo empenho pela leitura de livros, mais requintados e de difícil acesso. Castilho fez referência a esta democratização da cultura, em um programa da *Revista Universal Lisbonense*: “Os livros eram a muita ciência para poucos; os jornais são um pouco de ciência para todos. O que os livros monopolizavam, os jornais o derramam como podem [...]” (CASTILHO, 1932, p. 34).

Esta velocidade deste novo meio somada à voracidade do público leitor por vezes impingiam aos escritores um ritmo frenético de produção. Rafael Bordalo Pinheiro evidencia esta situação através de uma caricatura de Camilo, que foi o primeiro escritor português a “viver da pena” e sentiu na pele todas as vicissitudes desta nova profissão (PINHEIRO, 2006, p. 49).

O romance de folhetim possibilitava que o leitor comum conhecesse várias obras literárias a um preço reduzido e habilmente fragmentado em capítulos aguardados com

ansiedade por seus leitores ao longo de vários meses. Sobre isto Arnold Hauser afirma: “O romance em folhetins significa uma democratização sem precedentes da literatura e uma quase completa redução do público leitor a um só nível. Nunca uma arte foi reconhecida tão unanimemente por camadas sociais e culturais tão diferentes e recebida com sentimentos tão semelhantes” (2003, p. 743). O espaço do folhetim era assim, por excelência, o local de encontro em que se fundiam o jornalismo e a literatura. Ambas as atividades se complementavam, uma vez que vários escritores também atuavam na política e nas lutas sociais.

Fátima Outeirinho aponta que “a importância que o folhetim conquista junto do público leitor fará com que praticamente toda a imprensa periódica, e não apenas o jornal diário, se abra à escrita folhetinesca, quer sob a forma de crónica enquanto revista da semana, quer através da narrativa ficcionada apresentada em episódios – uso já corrente – mas que implicará uma particular estratégia retórica e narrativa visando, especificamente, criar um efeito de ‘suspense’ para uma consequente fidelização do leitor” (2003, p. 39).

Contudo, o romance-folhetim, tão apreciado pelo público era também alvo de críticas de alguns intelectuais que o acusavam de ser um “instrumento manipulatório que procurava aliciar esse mesmo público, recorrendo à artimanha, a exageros” (SANTOS, 1985, p. 175). O fato de muitas obras literárias terem sido levadas a público e/ou divulgadas no espaço do jornal não lhes retirou o prestígio ou notoriedade. De maneira geral, ocorreu exatamente o oposto, como Maria de Lourdes Lima dos Santos afirma: “jornalismo era uma forma privilegiada de contacto com o público, aquela que garantia ao intelectual a mais ampla difusão do seu produto. O jornalismo, se, por si só, não assegurava ao intelectual condições de independência económica, oferecia-lhe possibilidades de obter um capital social interessante” (SANTOS, 1985, p. 175).

Muitos escritores oitocentistas atentaram para importância do folhetim, Camilo Castelo Branco definiu o folhetinista como “a essência da literatura do século – é a expressão mais simples, quero dizer, é a parte volátil, diáfana, palpitante, que se ergue deste cadinho onde fervem as inteligências ao lume da regeneração intelectual” (1929, p. 474). E Ramalho Ortigão ao retrucar comentários que classificavam a escrita folhetinesca como “literatura fácil”:

Os senhores de Coimbra chamam ao folhetim *litteratura facil*. Eu não os desdigo, mas sustento que a *litteratura facil* é muito mais difficil do que a difficil philosophia. Horácio, que foi o primeiro folhetinista do seu tempo, e Labruyere, que foi o primeiro noticiarista da sua época, hão de por isso viver na memoria das gerações mais alguns annos, já não digo do que o snr. Quental, mas do que o próprio snr. Ernesto Renan, de quem os academicos de Coimbra são grandes sectarios e grandes veneradores [...] (1866, pp.41-42, grifo do autor).





**Figura 3 – Camilo Castelo Branco a todo vapor.**

Em vista disto, o jornal constituía a modalidade de leitura impressa mais condizente com a realidade dos novos leitores.

Pelos meados do século escritores e editores começariam também a desenvolver “processos de captação destes leitores para outra modalidade de impresso – o livro – tradicionalmente privilegiada como própria dos cultivados” (SANTOS, 1992, p. 543).

Uma das estratégias mais utilizadas para a fixação de leitores foi a criação de coleções a preços reduzidos. Os livros destas coleções populares caracterizavam-se “pela má qualidade do papel e da impressão a fim de permitir baixos preços de venda. No entanto, se a barateza do livro era, naturalmente, uma condição primordial, sabia-se já que ela não era suficiente – o livro tinha também de ser atraente” (SANTOS, 1992, p. 543). No começo as coleções populares só seriam formadas por traduções de obras estrangeiras, sobretudo francesas, e de clássicos portugueses. A produção de autores portugueses contemporâneos só seria publicada neste formato na segunda metade do século XIX.

Apesar da redução dos custos, os livros ainda não eram acessíveis a todos. Os que não podiam comprá-los recorriam a gabinetes de leitura, onde o empréstimo se dava partir de uma taxa. Essas “lojas de ler e alugar livros” tinham o papel de apoiar e dinamizar a difusão dos livros lançados no circuito popular. Outra opção eram as bibliotecas públicas, que vinham aumentando em número constantemente, e ainda a compra dos livros fracionados em fascículos. A venda “através do sistema de pagamentos suaves” era bastante requisitada. Devido a estas medidas, ao longo do tempo ocorre uma clara descentralização dos espaços de leitura. As obras literárias não estariam mais restritas aos salões e às bibliotecas particulares da elite cultural e social. Segundo Hauser: “Em meados do século, o número de leitores se amplia de forma acentuada; mais e mais livros são publicados, os quais, a julgar pela prosperidade do comércio livreiro, devem ter encontrado seu público comprador” (2003, p. 541).

Mesmo com toda essa mobilização dos intelectuais para garantir a todos o direito à educação, a instrução feminina ainda era vista com ressalvas. Isto se deve ao lugar e ao papel reservado à mulher na sociedade burguesa. Em seu lar ela reinava absoluta. Suas funções eram cuidar da casa, do marido, ser mãe e, sobretudo, educar seus filhos. Somente o homem poderia ter acesso à carreira profissional, intelectual e política. Uma vez que a mulher não tinha acesso ao mercado de trabalho, não havia a possibilidade de ser independente de um homem – primeiro ela era submissa ao pai, depois ao cônjuge.

Esta visão é evidenciada na afirmação de Garrett, por exemplo: “A mulher que no seio de sua família e longe dos aplausos do mundo dirigiu a educação de seus filhos, velou o pai

decrépito, cuidou do marido enfermo, governou sua casa com honra e arranjo foi autora de maiores obras do que as Daciers as Stäels” (1963, p. 766).<sup>4</sup>

Portanto as atividades femininas encontravam-se divididas entre as tarefas de exímia dona de casa e as de boa educadora. A instrução da mulher surge como uma necessidade social, com objetivo de oferecer às futuras mães aptidões para educar os seus filhos e não para a sua própria valorização. Uma vez que a instrução feminina tinha como finalidade principal a formação dos filhos, para além das noções básicas de leitura e escrita, elas aprendiam a educação moral e os trabalhos manuais, tais quais coser, bordar e tricotar. Compraziam e orgulhavam a todos, familiares e amigos, ao tocarem eximamente o piano.

Como aponta Perrott: “Estudar, para uma adolescente da burguesia, significa se preparar para desempenhar seu papel como mulher do lar: cuidar de uma casa, dirigir empregados, ser interlocutora do marido e a educadora dos filhos.” E ainda: “Para isso, não há necessidade de saber latim nem dominar conhecimentos científicos especializados, bastando um verniz de cultura geral, artes recreativas – música e desenho – e uma formação teórica e prática” (PERROTT, 2009, p. 218).

De acordo com Arilda Inês M. Ribeiro, as mulheres portuguesas do século XVIII deveriam ser reclusas, quietas e obedientes aos homens. “Quanto mais menina, mais recatada; quanto mais fidalga mais recolhida” (2002, p. 67). Não sendo interessante “nem a abertura de espírito e nem a clarificação das idéias que o estudo lhe podia proporcionar” (RIBEIRO, 2002, p. 67). Só seria necessário às mulheres terem acesso a conhecimentos e habilidades a fim de tornar a casa e as finanças organizadas e a vida de seu marido e filhos o mais agradável possível. E curiosamente para escreverem cartas. Conforme se verifica nas afirmações de Ribeiro Sanches, em uma carta para o seu amigo, Dr. Barbosa, intitulada “Educação de hua Menina ate a idade de tomar Estado, no Reyno de Portugal”:

Seria necessário que hua Minina ao mesmo tempo que aprendesse o risco, a fiar, a cozer e a talhar, que aprendesse a escrever; **mas escrever para escrever hua carta**, para assentar em hum livro que fez tais e tais provisoins para viver seis mezes a sua caza; para assentar o tempo do serviço dos Criados e Jornaleyros, e os sallarios; para escrever nelle o preço de todos os comestiveis, de toda a sorte de pano de linho, de panos, de seda, de estamenhas, de moveis de caza; os lugares a donde se fabricão, ou a donde se vendem mais baratos (1960, p.44, grifo nosso).

Luís Antônio Verney, outro personagem fundamental na história da educação portuguesa setecentista, sistematizou as matérias que deveriam ser ensinadas às meninas no seu *Verdadeiro método de estudar*. Os “elementos da Fé”, com a indispensável leitura da

---

<sup>4</sup>GARRETT, Almeida. *Da Educação*. In: Obras Completas. Porto: Lello & Irmão Editores, 1963.



Figura 4 - Raparigas ao piano, Silvestro Lega, 1867. Florença, Galeria de Arte Moderna

Bíblia; Gramática, Aritmética, Geografia e História Sagrada; História Profana, principalmente grega e romana, pois seriam “exemplos de todas as virtudes morais”; História Universal; História de Portugal; Economia doméstica, para que os “gastos supérfluos” fossem evitados, “de modo a conservar e aumentar” a renda da família; Trabalhos Manuais; Prendas de Salão, como canto e música, mas somente “o bastante para entreter, ou no campo ou em casa, a sua família”. A dança seria um exercício muito recomendável, principalmente por favorecer a postura; e finalmente o Latim, ensinado apenas àquelas que se destinassem a freiras, uma vez que lhe parecia ridículo que o lessem “continuamente sem o entenderem” (VERNEY, s/d, pp. 68-71).

O argumento que sustinha tais ensinamentos era abalizado no fato de que as mulheres seriam as principais gestoras das provisões domésticas, e, sobretudo, “as nossas mestras nos primeiros anos da nossa vida” (VERNEY, s/d, p. 203):

[...] elas nos ensinam a língua; Elas nos dão as primeiras idéias das coisas. E que coisa boa nos hão-de ensinar, se elas não sabem o que dizem? [...] Além disso, elas governam a casa, e a direção do econômico fica na esfera da sua jurisdição. Que coisa boa pode fazer uma mulher, que não tem alguma idéia da economia? Além disso, o estudo pode formar os costumes, dando belíssimos ditames para a vida; e uma mulher que tem alguma notícia deles pode, nas horas ociosas, empregar-se em coisa útil e honesta, no mesmo tempo que outras se empregam em levandades repreensíveis [...]. Depois ler e escrever português corretamente. Isto é o que rara mulher sabe fazer em Portugal. Não digo eu escrever corretamente, pois ainda não achei alguma que o fizesse; mas digo que pouquíssimas sabem ler e escrever; e, muito menos fazer ambas as coisas corretamente. Ortografia e pontuação, nenhuma conhece. **As cartas das mulheres são escritas pelo estilo das bulas, sem vírgulas, nem pontos; e alguma que os põe, pela maior parte é fora do lugar** (VERNEY, s/d, p.206-208, grifo nosso).

Este pensamento se perpetuaria em quase todo o século XIX. Almeida Garrett em seu *Da Educação* adota uma posição moderada ao alegar que “com efeito, a mulher não foi criada para fazer meia e arrumar baús, como se dizia no tempo de nossos bisavós, mas também não nasceu para frequentar a palestra, o foro ou a tribuna.” (GARRETT, 1963, p. 766).<sup>5</sup> Todavia parece um pouco mais incisivo quando afirma que: “A mulher deixa de ser mãe, para o que a natureza a formou; é erudita, é autora, é tudo menos mulher: com todos os vícios do nosso, não tem nenhuma das virtudes do seu sexo.” (GARRETT, 1963, p. 757).<sup>6</sup> Chegando a aconselhar sua querida filha, D. Maria Adelaide, em carta: “Não te afadigues com este calor, minha filha, que não te apliques de mais; eu não te quero para doutora; só desejo que sejas boa, temente a Deus, que tenha modos de senhora, e que cultives honestamente a inteligência que Deus te deu” (GARRETT, 1963, p. 1473).<sup>7</sup> Insistindo mais adiante: “E não estudes de

<sup>5</sup> GARRETT, Almeida. *Da Educação*. In: Obras Completas. Porto: Lello & Irmão Editores, 1963.

<sup>6</sup>Idem.

<sup>7</sup>GARRETT, Almeida. *Cartas Íntimas*. In: Obras Completas. Porto: Lello & Irmão Editores, 1963.

mais: torno a dizer-te; nem te canses: passeia, está pela cerca o tempo que permitirem[...]” (GARRETT, 1963, p. 1473).<sup>8</sup>

Antero de Quental, no texto *Educação das Mulheres*, defende que a formação de cada um dependeria do que teria sido ensinado por suas mães:

Bebemos, com efeito, nos seios da mãe, nos olhos da amante, nos braços da esposa todas as virtudes ou todos os vícios, com que depois surgimos no mundo: sendo a mulher o mistério guia, e mestra da nossa educação moral, em todas as fases da nossa vida, claro é que, o que fomos no bem ou no mal, a ela o devemos (1982, p.112).

Sendo assim a educação não deveria “começar nem pelo clero, nem pelo povo, nem pelas escolas, nem pelos mestres, mas pelos mestres naturais, – pelas mulheres, com as mulheres, e só pelas mulheres; pelas mães, pelas filhas, pelas amantes, pelas esposas” (QUENTAL, 1982, p.112).

Eça, em *Uma Campanha Alegre*, aponta que, em seu modo de ver, a educação destinada à mulher portuguesa deixaria muito a desejar, apontando que uma das principais causas dos problemas educacionais femininos seria justamente ocasionada pelo lugar que a sociedade destinava a elas: “Em Portugal, as mulheres, excluídas da vida pública, da indústria, do comércio, da literatura, de quase tudo, pelos hábitos ou pelas leis, ficam apenas de posse de um pequeno mundo, seu elemento natural – a família e a toilette” (QUEIRÓS, 1987, p. 90).

O escritor ressalta que a formação precária levaria as moças portuguesas do seu tempo a se tornarem frívolas, preguiçosas, medrosas e vaidosas. Criadas desta forma, elas não aprenderiam a andar, a comer e a se vestir adequadamente.

A sua preguiça é um dos seus males. O dia de uma menina de dezoito anos é assim dissipado: almoça, vai-se pentear, percorre o Diário de Notícias, cantarola um pouco pela casa, pega no crochet ou na costura, atira-os para o lado, chega à janela, passa pelo espelho, dá duas pancadinhas no cabelo, adianta mais dois pontos no trabalho, deixa-o cair no regaço, come um bocadinho de doce, conversa vagamente, volta ao espelho, e assim vai puxando o tempo pelas orelhas, derreada com a sua ociosidade, e bocejando as horas (QUEIRÓS, 1987, p.85).

E ainda:

Outro mal seu é o medo, um medo horrível de tudo; de ladrões, de trovoada, de fantasmas, da morte, dos corredores escuros, dos castigos de Deus, dos soldados e das máscaras. Não são capazes de atravessar uma sala apagada à meia-noite; se um rato corre no soalho, saltam para cima dos móveis; gritam só com ver um revólver; têm os terrores que têm os canários (QUEIRÓS, 1980, p.86).

A educação recebida pelas meninas inglesas e francesas, considerada como superior, deveria ser usada como exemplo:

Basta vê-las no Inverno, num grande dia de chuva. A inglesa, se tem que fazer compras ou visitas, põe o seu water-proof, calça as suas galochas, toma o seu guarda-chuva, e aí vai chapinando a lama. A portuguesa em casa, encolhida, amuada, inclusa (segundo a pitoresca

---

<sup>8</sup> Idem.

expressão do nosso grande desenhista Manuel de Macedo), cai, por causa de alguns pingos de água, numa desolação maior que a de Job sobre o seu monturo (QUEIRÓS, 1980, p. 86).

Em vista disso, fica evidente que as mulheres tinham reduzidas oportunidades de estudar formalmente. Um dos primeiros levantamentos sobre a “educação primária portuguesa” seria um documento anexado a uma carta do rei D. Pedro V ao seu tio, o príncipe Alberto, em 7 de Março de 1859. Este documento teria como base um “relatório exacto” sobre o número de estudantes que frequentavam as escolas nos anos de 1849, 1858 e 1859, onde é patente a diminuta proporção de “raparigas” que tinham acesso à educação oficial, comparativamente ao de “rapazes”:

Desde o ano de 1849, que 38.135 rapazes e 1.812 raparigas frequentavam as escolas, este número aumentou de tal forma que em 1858 já existiam 61.192 rapazes e 5.102 raparigas a beneficiarem de educação pública. Tendo em consideração que, em 1857, a população não aumentou nas escolas particulares, a situação é que ao todo há 83.696 crianças que vão há escola, isto é, 73.468 rapazes e 10.228 raparigas. A este número devem juntar-se as crianças que são educadas em instituições de caridade que devem ser pelo menos umas 1.000 ou 2.000.<sup>9</sup>

A situação quase não se altera nos anos seguintes. Partindo do primeiro estudo estatístico<sup>10</sup>, o *I Recenseamento Geral da População*, é possível concluir que em 1864 existiam em Portugal aproximadamente 431.623 crianças, com a faixa etária entre os seis e os quinze anos. Deste total, apenas 99.256 crianças estavam matriculadas nas 2.774 escolas públicas e particulares, sendo que 76.710 crianças eram do sexo masculino e 22.546 do sexo feminino.

Para a década seguinte, Rómulo de Carvalho, tendo como referência o *Anuário Estatístico do Reino*, evidencia que, no período compreendido entre os anos de 1872 e 1873, em Portugal (Continental e Ilhas adjacentes), existiam 2.303 escolas públicas de ensino primário, sendo 1660 masculinas e 333 femininas, 310 escolas eram mistas. Estas escolas abrangiam um total de 74.461 alunos, dos quais 56.059 eram do sexo masculino e 18.402 do feminino. Já em 1878, a população portuguesa era de 4.550.699 habitantes, e deste montante, somente 652.669 pessoas sabiam ler e escrever. A proporção de mulheres alfabetizadas era ainda mais acanhada, sendo de aproximadamente 29% do total. Esses dados evidenciam que ler e escrever em Portugal era uma oportunidade oferecida sobretudo aos homens, e, preferencialmente, aos abastados. (2001, pp. 613-614).

<sup>9</sup> Anexo à Carta de D. Pedro V para o Príncipe Alberto. In: LEITÃO, Ruben Andresen (tradução e estudo), *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*. Fundação da Casa de Bragança – Portugália Editora, p.226.

<sup>10</sup> Antes de 1864 realizaram-se em Portugal “numeramentos”, “contagens” e até mesmo “recenseamentos” que, por não serem exaustivos e/ou não se apoiarem em princípios estatísticos científicos confiáveis, não podem ser considerados equivalentes à série de recenseamentos iniciada em 1864. Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Endereço online: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1864](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1864).

Somente em 1888 é legislada a criação de liceus femininos, por José Luciano de Castro, porém este decreto não saiu do papel, tendo sido suprimido em 1892. A possibilidade das jovens concluírem os seus estudos nos liceus oficiais ficou novamente adiada, restando-lhes apenas fazerem exame como alunas externas. Obviamente, a preparação teria que ser no ensino particular, que era desprestigiado socialmente. As cartas e os diários representam assim uma fonte documental privilegiada para a compreensão da vida dessas mulheres que “por questões de constrangimento social, tiveram seus espaços de expressão pública vetados, restando-lhes exatamente os espaços privados” (GOMES, 2004, p. 09).

Contudo, nem todas as mulheres aceitaram passivamente este papel que a sociedade lhes reservara. Algumas conseguiram de alguma forma obter uma educação mais apurada e com um enorme talento escreveram muito mais que cartas e livros de receitas. Mesmo que para isto tenham passado a ser “motivo de crítica e de deboche de homens e mulheres” (RIBEIRO, 2002, p. 34). As “mulheres escritoras” utilizavam a sua escrita como “um veículo de denúncia da situação de menoridade experimentada pela mulher, dos problemas e lacunas educativos que a rodeiam” (OUTEIRINHO, 2002, p. 167). Muitas publicaram seus textos sob a proteção do anonimato ou de pseudônimos. Maria Amália Vaz de Carvalho que era Valentina de Lucena; Guiomar Torrezão se passava por Gabriel Cláudio e Delfim Noronha; e Ana Plácido assinava Lopo de Sousa, Gastão Vital de Negreiros ou, simplesmente, A. A.

Alguns intelectuais portugueses da época apreciavam e incentivavam essas mulheres. Camilo Castelo Branco revela muito sobre a sua visão ao escrever um artigo sobre a Marquesa de Alorna, em *Esboços de Apreciações Literárias*:

Em Portugal olham-se de revez as senhoras que escrevem. Cuida muita gente, aliás boa para amanho a vida, que uma mulher instruída e escriptora é um aleijão moral. Outras pessoas, em tom de sizada gravidade, dizem que a senhora letrada desluz o affectuoso mimo do sexo, a candida singeleza de maneiras, a adoravel ignorancia das coisas especulativas, e até uma certa timidezpudibunda que mais lhe realça os feitiços. Quer dizer que a mais amável das senhoras será a mais nescia, e que a estupidez é um dom complementar da amabilidade do sexo formoso (1865, p.141).

Do mesmo modo, Camilo enaltece e evidencia a sua admiração por Guiomar Torrezão na carta que escreveu para prefaciá-lo livro da escritora, *No theatro e na Sala*<sup>11</sup>:

Aqui, n'este paiz – como v. ex.<sup>a</sup> decerto não crê – há tanto lyrismo e tamanha necessidade de o exuberar as caçoulas de perfumarias, que os lyricos, se uma se faz, em vez de ídolo, sacerdotiza – em vez de poetizada, poeta – logo se consternam, cuidando que se lhes apaga uma estrella no seu olympto, e que, d'aqui a pouco apenas lhes será permitido fazer sonetos ás senhoras que tiverem *accessit* no acto de mathematica (1881, pp.05-06).

<sup>11</sup>TORREZÃO, Guiomar. *No theatro e na sala*, com uma carta-prefácio de Camilo Castello Branco. Lisboa: David Corazzi, 1881.



Mais a frente:

Quantos escriptores de primeira ordem escrevem em Portugal como v. ex.<sup>a</sup>? Quem lhe póde dar exemplos de idéas indicativas de leitura vasta e methodica? Cada novo livro v. ex.<sup>a</sup> é um aperfeiçoamento que vai justificando os vaticínios dos que leram as suas estréias balbuciantes (1881, p.07).

Guiomar Torrezão, que sempre procurou discutir o lugar da mulher na sociedade, reivindicar seus direitos civis e divulgar idéias emancipatórias, também teve seu talento reconhecido por Fialho de Almeida, que, em um texto escrito na ocasião da morte da escritora, chega a afirmar:

Em Portugal, tanto os homens que escrevem são profusos, quanto raras as mulheres que vivem d'escrever. No numero destas, inda mais raras as escriptoras dignas de conceito, e quasi metade são apenas pedagogas, ou inoffensivas deslambidas. A mulher entre nós está muito na condição de serva do marido, e convem á constituição da familia que ella seja de nivel mental inferior, para aceitar sem reluctancia os misteres obscuramente sagrados de casa, desde a caçarola ao leito conjugal (1923, p.187).

Na página seguinte:

Guiomar Torrezão, que acaba de morrer cardíaca do pavoroso esforço de reagir contra a mesquinaria do espírito (ou antes da falta de espírito) do tempo, era uma creatura fadada para menos obscuros destinos do que amensendou em Lisboa, arreglar almanachs, e a escrever chronicas elegantes. Grandemente talhada, forte, e dum character autónomo d'onde sahem as iniciativas fecundas que individualisam na vida as naturezas de commando, esta mulher só teve, pra ser verdadeiramente alguém, um único obstáculo – o meio onde appareceu e se fez gente. Em Londres, ou Paris, teria sido illustre; em Lisboa quase a quizeram tornar cômica (1923, p.188).

Além de escritoras, algumas mulheres também se notabilizaram a partir de reuniões conhecidas como “saraus literário-musicais” que organizavam em seus “salões”. Neles a anfitriã era um dos elementos fundamentais e o seu papel era, de maneira geral, saber receber com elegância e agradavelmente a todos, e ser capaz de reunir intelectuais divergentes e homens políticos de diversos partidos. O salão era um compromisso compartilhado por elementos socialmente distintos, uma vez que era frequentado por membros do antigo regime e do liberalismo, admitindo até mesmo representantes da *intelligentsia* da baixa burguesia, todos interessados em divulgar seu trabalho e ideais e estar a par do que os outros produziam e pensavam.

Logo, para desempenhar esta função era necessário que essa dama dispusesse de um “apreciável montante em capital social, cultural e econômico, e que pudesse movimentá-lo com uma considerável independência e segurança, situação raramente verificável na sociedade portuguesa” (SANTOS, 1985, p.282).

Este é o caso da Marquesa de Alorna, que possuiu um salão cobiçadíssimo. Atraiu intelectuais de diferentes gerações, de Bocage a Herculano, conservando o mesmo nível de interesse. “Em pleno século XIX, Alorna, octogenária, sustentava ainda, em Portugal, uma

mentalidade que se alimentava dos mesmos ideais que tinham animado as elites iluminadas frequentadoras dos salões franceses anteriores à Revolução” (SANTOS, 1985, p. 175). Mas para frequentar um salão de uma nobre dama ou de uma rica burguesa era preciso ser uma personalidade reconhecida ou conhecer uma.

Nesta época só havia outro “ponto de encontro” de intelectuais que rivalizaria diretamente com requintados salões, os cafés. Estes recebiam um público ainda mais heterogêneo que o primeiro, e por isso acabam por ser mais adequados aos novos tempos, porém quase que exclusivamente masculino. Os cafés ganham cada vez mais espaço, e acabam por substituir os badalados salões na segunda metade do século XIX.

Nestes ambientes “compunham-se artigos para os jornais e revistas, liam-se as provas do livro de estréia, anunciavam-se e comentavam-se os últimos acontecimentos e conspirava-se, fazia-se propaganda política, firmavam-se ou abalavam-se reputações” (SANTOS, 1985, p. 175). Os escritores consagrados apareciam para falar para os iniciantes, e também para ouvi-los. Estes estabelecimentos vinham, desde o final do século XVIII, sucessivamente preenchendo um importante lugar como centro de opinião e mediadores entre os intelectuais e o seu público, favorecendo a divulgação das suas obras, tornando-as mais acessíveis.

Conforme apresentado, o século XIX português foi assinalado por uma *intelligentsia*, que propôs e defendeu mudanças culturais, sociais e políticas profundas, por vezes desafiando a forma de governo em vigência, pois essa era uma época incerta, onde o poder oscilava, ora nas mãos dos defensores do Antigo regime, ora nas mãos dos constitucionalistas. Esta situação rendeu o exílio a muitos intelectuais, como a Almeida Garrett, que em duas ocasiões teve de se ausentar forçosamente de sua pátria.

Apesar de todos os conflitos resultantes desse movimento contínuo entre a permanência na tradição e a passagem para a modernidade, as mulheres e os pobres, até então silenciados e quase totalmente excluídos, começam a ganhar voz e vez. Claro que os esforços impulsionados nesta direção não fariam mudar de forma repentina todo o sistema de idéias dominante até então, mas pela primeira vez discutiu-se publicamente a importância da participação destes seguimentos para o progresso da nação, e as enormes transformações são inegáveis, mesmo que em muitos casos sob aparente estagnação.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup>Ver: XAVIER, Elaina Carla Silva. *Ninguém morre de fome em Portugal?* – pobreza e mobilidade social na obra de Eça de Queirós (1878 – 1888). 2010. 98f. Dissertação – (Mestrado em Literatura Portuguesa). Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

O acesso à instrução, uma das bandeiras mais altamente erguidas pelos liberais, foi um fator preponderante na tentativa de correção dos desequilíbrios sociais e entre os sexos. A alfabetização das classes mais baixas foi um passo importante na direção da conscientização e da luta dos direitos dos trabalhadores. Intelectuais, incluindo os oriundos dessas camadas sociais, também fundaram associações<sup>13</sup> e jornais<sup>14</sup> imbuídos deste espírito de luta pelas classes laboriosas, já tão presente na segunda metade dos oitocentos. Neste contexto, A. P. Lopes de Mendonça é um dos nomes de maior relevo.

Já para as mulheres, as novas leis educacionais paulatinamente favoreciam a sua entrada no mercado de trabalho. Para as damas respeitáveis e instruídas surgia a possibilidade de atuarem como governantas, tutoras, professoras e escritoras. Pouco a pouco, a leitura e a escrita as libertavam da total sujeição masculina, proporcionando outras posições sociais diferentes das de filha, mulher e mãe.

Para muitas a imprensa tornou-se um espaço privilegiado de conquista da autonomia, por oferecer a construção de um lugar público e visível para a mulher, um meio seguro para a expressão da arte, de opiniões e sentimentos antes restritos a reuniões sociais ou aos recônditos do lar. E as cartas são um bom exemplo disto. Mesmo antes da publicação ser viável, a escrita íntima permitiu que “personalidades rebeldes” enfrentassem os limites sociais, quebrando o silêncio que lhes era imposto. A escrita epistolar garantia que *elas* pudessem escrever ao seu amor proibido, registrar pensamentos, ou atuar literariamente, em prosa e poesia. A história é permeada por mulheres “correspondentes”, como M<sup>me</sup> de Sévigné e Eloísa, entre tantas outras anônimas sobre as quais os historiadores contemporâneos agora se debruçam para contar a história do cotidiano.

---

<sup>13</sup>O número de associações deste tipo é bastante significativo: a Associação dos Operários (1850), a Associação Tipográfica Lisbonense (1852), o Centro Promotor das Classes Laboriosas (1852), etc..Ver: SANTOS, Maria de Lurdes Costa Lima dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1985, p.187.

<sup>14</sup>Também são inúmeros os jornais publicados nesta época comprometidos com essa militância: o *Eco dos operários* (Lisboa, 1850), o *Jornal dos operários* (Porto, 1852), *A voz do operário* (Porto, 1854), *A Tribuna do operário*, etc.Ver: SANTOS, Maria de Lurdes Costa Lima dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1985, p. 186.

XI  
População por idades

Entre as idades de	Varões				Fêmeas				Totais geres	Relações			
	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiros	Casadas	Viúvas	Total		Dos varões para 100 fêmeas	Da população parcial de cada sexo, á população total de cada sexo		
											Varões	Fêmeas	Ambos os sexos
Até 1 mez completo.....	8.067	-	-	8.067	7.269	-	-	7.269	15.336	110,97	0,4022	0,3330	0,3662
2 mezes.....	5.536	-	-	5.536	5.251	-	-	5.251	10.787	105,42	0,2760	0,2405	0,2576
3 mezes.....	5.510	-	-	5.510	5.212	-	-	5.212	10.752	105,11	0,2747	0,2401	0,2567
4 mezes.....	4.462	-	-	4.462	4.220	-	-	4.220	8.682	105,73	0,2325	0,1933	0,2073
5 mezes.....	3.591	-	-	3.591	3.507	-	-	3.507	7.098	102,39	0,1791	0,1607	0,1693
6 mezes.....	5.297	-	-	5.297	5.170	-	-	5.170	10.467	102,45	0,2641	0,2368	0,2499
7 mezes.....	3.451	-	-	3.451	3.351	-	-	3.351	6.802	102,98	0,1721	0,1535	0,1624
8 mezes.....	4.664	-	-	4.664	4.453	-	-	4.453	9.117	101,73	0,2326	0,2010	0,2177
9 mezes.....	4.268	-	-	4.268	4.216	-	-	4.216	8.484	101,23	0,2128	0,1931	0,2026
10 mezes.....	4.617	-	-	4.617	4.463	-	-	4.463	9.080	103,45	0,2302	0,2014	0,2168
11 mezes.....	4.470	-	-	4.470	4.327	-	-	4.327	8.797	100,97	0,2229	0,2028	0,2121
12 mezes.....	14.978	-	-	14.978	13.952	-	-	13.952	28.930	107,35	0,7468	0,6391	0,6907
13 a 15 mezes.....	9.972	-	-	9.972	9.669	-	-	9.669	19.641	103,13	0,4972	0,4429	0,4689
16 a 18 mezes.....	43.070	-	-	43.070	42.706	-	-	42.706	85.776	102,86	0,6517	0,5821	0,6154
19 a 21 mezes.....	5.594	-	-	5.594	5.436	-	-	5.436	11.030	103,09	0,2789	0,2486	0,2631
22 a 24 mezes.....	48.199	-	-	48.199	45.494	-	-	45.494	93.693	105,94	2,4033	2,0811	2,2370
3 annos.....	50.919	-	-	50.919	49.951	-	-	49.951	100.870	101,93	2,5389	2,2883	2,4083
4 annos.....	49.349	-	-	49.349	48.327	-	-	48.327	97.676	102,11	2,4606	2,2139	2,3320
5 annos.....	46.640	-	-	46.640	44.697	-	-	44.697	91.337	104,34	2,3256	2,0476	2,1807
6 annos.....	43.745	-	-	43.745	42.992	-	-	42.992	86.737	101,75	2,1812	1,9695	2,0708
7 annos.....	42.250	-	-	42.250	41.755	-	-	41.755	84.005	101,18	2,1067	1,9128	2,0057
8 annos.....	46.853	-	-	46.853	43.180	-	-	43.180	90.033	108,30	2,3362	1,9786	2,1496
9 annos.....	39.824	-	-	39.824	37.346	-	-	37.346	77.170	106,63	1,9857	1,7109	1,8425
10 annos.....	50.154	-	-	50.154	47.230	-	-	47.230	97.384	106,19	2,5008	2,1637	2,3250
11 a 15 annos.....	208.871	31	-	208.902	199.511	153	8	199.672	408.574	104,82	10,4162	9,1472	9,7548
16 a 20 annos.....	160.145	1.236	25	161.406	163.748	9.138	116	172.886	334.292	79,50	8,0180	9,2998	8,7003
21 a 25 annos.....	135.714	19.973	394	155.981	137.265	49.038	919	186.303	343.233	83,58	7,7775	8,5782	8,1948
26 a 30 annos.....	96.333	67.811	1.306	165.450	96.244	93.930	3.679	193.853	359.523	85,44	8,2396	8,8816	8,5837
31 a 35 annos.....	40.364	72.391	2.168	114.923	44.068	80.328	4.794	129.190	244.103	88,96	5,7303	5,9179	5,8280
36 a 40 annos.....	39.524	120.668	5.709	165.901	52.316	116.108	13.736	182.250	348.151	94,02	8,2721	8,3491	8,3122
41 a 45 annos.....	19.081	82.315	5.442	106.838	25.769	75.271	11.496	112.536	219.374	94,93	5,3271	5,1534	5,2376
46 a 50 annos.....	19.166	93.150	9.920	122.236	31.487	81.936	25.386	138.809	263.045	89,30	6,1916	6,3930	6,2803
51 a 55 annos.....	9.018	45.384	6.761	61.163	15.225	40.646	15.590	71.461	132.621	85,38	3,0496	3,2737	3,1664
56 a 60 annos.....	11.862	59.230	14.229	85.321	22.652	46.733	36.886	106.271	191.592	80,88	4,2543	4,8054	4,5744
61 a 65 annos.....	6.304	31.582	10.437	48.323	10.812	23.838	20.327	54.977	103.300	87,89	2,4095	2,5186	2,4663
66 a 70 annos.....	5.162	26.596	13.342	45.100	10.738	17.107	26.979	54.824	99.924	82,26	2,2488	2,5115	2,3858
71 a 75 annos.....	2.266	9.800	6.769	18.835	4.196	6.432	10.970	21.598	40.433	87,20	0,9392	0,9894	0,9654
76 a 80 annos.....	1.787	7.072	6.850	15.709	3.825	3.933	12.015	19.823	35.532	79,24	0,7833	0,9081	0,8454
81 a 85 annos.....	560	1.906	2.443	4.909	1.011	1.018	3.332	5.361	10.270	91,56	0,2448	0,2456	0,2452
86 a 90 annos.....	276	1.002	1.432	2.710	686	421	2.484	3.591	6.301	75,46	0,1351	0,1654	0,1505
91 a 95 annos.....	67	171	275	513	156	75	524	755	1.268	67,94	0,0256	0,0346	0,0303
96 a 100 annos.....	40	139	216	395	117	64	504	685	1.080	57,06	0,0197	0,0314	0,0258
Mais de 100 annos.....	29	25	41	95	32	22	77	131	226	72,51	0,0047	0,0060	0,0054
Idade desconhecida.....	2.550	501	102	3.153	1.778	346	204	2.328	5.678	-	0,1572	0,1157	0,1356
Sommas e medias.....	1.274.599	642.980	87.964	2.005.543	1.345.930	616.867	190.083	2.152.870	4.188.410	91,87	100,0000	100,0000	100,0000

Figura 5— População por idades - I Recenseamento Geral da População, 1864.

## Instrução elementar

Districtos	Escolas elementares nacionaes ou particulares						Alumnos									
	De varões	De fêmeas	Total	Em 100:000 habitantes			Em 1.000 kilometros quadrados	Varões	Fêmeas	Total	Por escola		Fêmeas por 100 varões	Por 100 menores de 6 a 15 annos		
				De varões	De fêmeas	Total					Varões	Fêmeas		Varões	Fêmeas	Total
Aveiro .....	411	10	421	46	4	30	38	5:089	508	5:597	48,9	56,4	9,9	21,4	2,1	11,9
Beja .....	60	21	81	44	13	59	7	2:071	318	2:389	34,4	16,7	13,3	13,6	2,3	8,2
Braga .....	410	8	418	33	2	37	43	5:528	412	5:940	50,7	58,8	7,4	18,0	1,3	9,7
Bragança .....	96	41	107	60	6	66	17	3:133	351	3:484	34,4	35,1	11,2	19,1	2,3	11,0
Castello Branco ...	85	21	106	53	13	66	15	2:824	746	3:570	34,0	35,5	26,4	16,6	4,5	10,6
Coimbra .....	415	41	426	42	4	46	34	4:463	315	4:778	40,9	39,3	7,0	16,3	1,1	8,8
Evora .....	45	24	69	45	26	71	9	1:603	1:050	2:653	38,1	45,6	63,5	15,8	11,2	13,6
Faro .....	61	28	89	35	16	51	16	1:950	652	2:602	33,6	24,1	33,4	9,8	3,5	6,8
Guarda .....	151	16	167	71	7	78	28	5:533	907	6:440	36,8	69,7	16,3	25,1	4,2	14,8
Leiria .....	76	11	87	43	6	49	23	2:768	413	3:181	37,9	37,5	14,9	13,9	2,2	8,2
Lisboa .....	231	248	479	52	56	108	64	8:810	7:215	16:025	40,8	29,2	81,9	21,6	2,0	20,8
Portalegre .....	53	13	66	55	13	68	10	1:535	388	1:923	29,5	32,3	25,2	15,5	4,2	10,1
Porto .....	214	78	292	52	18	70	116	7:620	2:316	9:936	40,3	31,7	30,3	18,5	5,8	12,2
Santarem .....	102	79	181	51	40	91	27	2:581	1:269	3:850	26,8	16,0	49,1	12,0	6,3	9,3
Vianna do Castello	73	7	80	37	3	40	34	3:411	232	3:643	47,3	46,4	6,8	18,3	1,2	9,7
Villa Real .....	417	14	431	54	6	60	30	4:355	574	4:929	39,9	44,1	13,1	19,9	2,7	11,5
Vizeu .....	187	12	199	52	3	55	42	7:290	827	8:117	40,0	75,1	11,3	20,2	2,3	11,4
Angra do Heroismo	37	37	74	51	51	102	-	1:551	730	2:281	44,3	20,2	47,0	19,3	9,0	14,2
Horta .....	24	14	38	36	21	57	-	934	413	1:347	49,1	37,5	44,2	13,4	5,0	9,6
Ponta Delgada ....	39	63	102	35	36	91	-	2:174	1:767	3:941	58,8	29,3	81,2	15,7	13,2	14,5
Funchal .....	36	25	61	32	22	54	-	1:487	1:143	2:630	43,7	47,6	76,8	12,8	10,3	11,6
Sommas e medias	2:023	751	2:774	48	17	65	27	76:710	22:546	99:256	39,9	31,3	29,3	17,7	5,4	11,7

Figura 6— Instrução Elementar - I Recenseamento Geral da População, 1864.

Mapa de proporção entre as populações de facto e legal nos dois recenseamentos gerais em 1864 e 1878  
e o quantum por cento augmento no segundo censo

Districtos	População de facto						População de direito ou legal					
	Em 1864	Em 1878	Augmento	Dimi- nuição	Porcentagem		Em 1864	Em 1878	Augmento	Dimi- nuição	Porcentagem	
					A mais	A menos					A mais	A menos
Aveiro . . . . .	288:700	257:049	18:349	-	7,68	-	251:928	270:352	18:424	-	7,31	-
Beja . . . . .	195:508	142:119	6:611	-	4,87	-	140:368	149:405	9:037	-	6,43	-
Braga . . . . .	309:508	319:464	9:956	-	3,21	-	318:429	329:113	10:684	-	3,35	-
Bragança . . . . .	158:909	168:651	9:742	-	6,13	-	161:459	171:802	10:343	-	6,40	-
Castello Branco . . . . .	159:505	173:983	14:478	-	9,07	-	163:165	177:440	14:275	-	8,74	-
Coimbra . . . . .	268:894	292:087	23:143	-	8,60	-	280:049	305:965	25:916	-	9,25	-
Evora . . . . .	98:104	106:853	8:754	-	8,92	-	100:783	112:743	11:960	-	11,86	-
Faro . . . . .	172:660	199:142	26:482	-	15,33	-	177:310	203:959	26:649	-	15,02	-
Guarda . . . . .	210:414	228:494	18:080	-	8,59	-	215:935	234:740	18:745	-	8,67	-
Leiria . . . . .	173:916	192:982	19:066	-	10,96	-	179:705	199:067	19:362	-	10,77	-
Lisboa . . . . .	488:464	498:059	59:595	-	13,59	-	435:522	517:068	81:546	-	18,72	-
Portalegre . . . . .	95:665	101:126	5:461	-	5,70	-	97:796	105:267	7:471	-	7,63	-
Porto . . . . .	410:665	461:881	51:216	-	12,47	-	418:453	467:034	48:581	-	11,60	-
Santarem . . . . .	196:617	220:881	24:264	-	12,34	-	198:282	226:753	28:471	-	14,35	-
Vianna do Castello . . . . .	195:257	201:390	6:133	-	3,14	-	203:721	211:519	7:798	-	3,82	-
Villa Real . . . . .	213:289	224:628	11:339	-	5,31	-	218:320	232:362	14:042	-	6,43	-
Vizeu . . . . .	353:543	371:571	18:028	-	5,09	-	366:107	399:075	22:968	-	6,27	-
Total do continente . . . . .	3.829:618	4.160:315	330:697	-	8,63	-	3.927:392	4.303:664	376:272	-	9,58	-
Angra . . . . .	72:211	71:629	-	582	-	0,81	72:497	71:978	-	519	-	0,72
Horta . . . . .	64:985	61:900	-	3:085	-	4,98	65:371	63:516	-	1:855	-	2,92
Ponta Delgada . . . . .	110:832	126:271	15:439	-	13,93	-	111:267	127:811	16:544	-	14,86	-
Funchal . . . . .	110:764	130:584	19:820	-	17,89	-	110:468	132:015	21:547	-	19,50	-
Total das ilhas . . . . .	358:792	390:334	31:592	-	8,80	-	359:603	395:320	35:717	-	9,93	-
	4.188:410	4.550:699	362:289	-	8,64	-	4.286:995	4.698:984	411:989	-	9,61	-

Figura 7— Tabela comparativa da população entre 1864 e 1878 - II Recenseamento Geral da População, 1878.

Sabem ler e escrever	Solteiros . . . . .	248:963	369:366
	Solteiras . . . . .	120:403	
	Casados . . . . .	186:367	244:439
	Casadas . . . . .	58:072	
	Viuvos . . . . .	22:736	38:864
	Viuvas . . . . .	16:128	
			<u>652:669</u>
Sabem apenas ler . .	Solteiros . . . . .	61:467	107:565
	Solteiras . . . . .	46:098	
	Casados . . . . .	22:323	33:342
	Casadas . . . . .	11:019	
	Viuvos . . . . .	2:700	5:349
	Viuvas . . . . .	2:649	
			<u>146:256</u>
Analfabetos . . . . .	Solteiros . . . . .	1.045:974	2:313:830
	Solteiras . . . . .	1.267:856	
	Casados . . . . .	522:430	1.193:995
	Casadas . . . . .	671:565	
	Viuvos . . . . .	62:869	243:949
	Viuvas . . . . .	181:080	
			<u>3.751:774</u>

Figura 8— Quadro comparativo relativo à instrução - II Recenseamento Geral da População, 1878.



Figura 9 - Caricatura de Camilo Castelo Branco por Rui Sousa



## 2 CARTAS: UM GÊNERO AMBÍGUO

Não respondeu àquela carta. Devorou-a com os olhos e com o coração; viu aquelas frases escritas em fogo durante as mal dormidas noites, e nos sonhos febricitantes e sobressaltados.

*O último amor*, A. P. Lopes de Mendonça

A escrita epistolar pode ser considerada como uma das modalidades textuais mais conhecida e estimada pela maioria das pessoas. Tema de músicas e filmes, a carta continuou popular mesmo após o surgimento do telefone, que talvez tenha apenas restringido o seu uso:

A crença de terem o telégrafo e o telefone matado a arte das cartas não tem, a meu ver, fundamento. De vez em quando algum ensaísta nostálgico se levanta com justa cólera para deplorar que a arte epistolar tenha passado. É o mesmo que afirmar terem acabado os grandes amores, as grandes lutas, a grande arte, as grandes tragédias, as grandes idéias (SCHUSTER, 1942, p.09).

O envelope permaneceu guardando notícias, segredos, súplicas e declarações. A distância e a solidão parecem oferecer uma sensação de proteção e amparo, o que provavelmente tornaria mais fácil a exposição de sentimentos tão íntimos como o amor. Conforme afirma Emília de Castro em uma carta para o então seu noivo Eça de Queirós: “[...] verdade é que sobre certos assuntos melhor será falar por escrito, porque para mim parece-me que ainda seria mais penoso falar cara a cara”<sup>15</sup>.

É possível afirmar que a tecnologia atual trouxe fôlego e vitalidade às antigas “mal traçadas linhas”. Com uma nova apresentação e uma nova linguagem, sob a forma de email<sup>16</sup>, torpedos<sup>17</sup>, scraps<sup>18</sup> e tantos outros recursos digitais, a comunicação pessoal por escrito parece ser inabalável.

Devido ao seu conteúdo variável, as cartas podem ter diversas classificações, entre elas: familiar, de amor, profissional, oficial e comercial. Possuem uma estrutura bastante difundida e até hoje estudada no decorrer do processo de alfabetização. Iniciam-se geralmente com a datação e a localização espacial, sucedidas pela saudação, pela mensagem propriamente dita, e finalizam-se com as despedidas e a assinatura. O grau de formalidade e

<sup>15</sup>Eça de Queirós & Emília de Castro: *correspondência epistolar* (Cartas inéditas de Emília de Castro, e a sua correspondência epistolar com outros destinatários: Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Luís de Magalhães, Celeste Cinatti Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Veridiana Prado). Porto: Lello & Irmão – Editores, 1995, p.57.

<sup>16</sup>Email ou correio Eletrônico é um serviço disponível na Internet que possibilita o envio e o recebimento de mensagens.

<sup>17</sup>O termo *torpedo* é utilizado no Brasil para designar o nome das mensagens escritas que são enviadas para o celular, como SMS e MMS.

<sup>18</sup>*Scraps* são recados deixados por escrito em sites de relacionamento.

de rigor estrutural está diretamente relacionado com a função das cartas e/ou com o destinatário, bem como com o momento da escrita.

Garrett aconselha a sua filha:

Data sempre a tua carta com o dia do mês e ainda o dia da semana – Escusas de pôr (em cartas familiares, se entende) o tratamento de V. Ex.<sup>a</sup>, porque parece afectação. Estas cartas familiares se devem escrever sem margem. É moda; mas com certas coisas devemos conformar-nos ao uso (1963, p.1469)<sup>19</sup>.

Atualmente podem ser escritas em diferentes estilos e formatos, mas ainda seguem regras básicas que as identificam como gênero único e as remetem às primeiras cartas escritas. Sobretudo, no que tange à disposição de suas partes, herdada da época clássica, que podem ser essencialmente três: *exordium*, *narratio* e *conclusio*. Revelando, muitas das vezes, um discurso sedutor e/ou persuasivo, desenvolvido na articulação destas partes:

De l'art nécessaire d'organiser un discours dans le but de persuader autrui, ou de le séduire, la lettre va retenir les trois grandes parties de la rhétorique : exorde, narration, conclusion. Tous les théoriciens soulignent cette tripartition, cette structure en trois parties : c'est ainsi qu'il convient d'écrire une lettre, c'est ainsi qu'il faut organiser son discours dans l'absence pour pouvoir plaire et donc disposer les autres à nous aimer. (GRASSI, 1998, p.37)

As primeiras teorizações sobre o gênero datam da Antiguidade. Segundo Emerson Tin, neste período, entretanto, nenhum tratado autônomo sobre a epistolografia foi concebido. O que foi teorizado neste momento encontrava-se disperso nas correspondências ou em tratados de retórica. As cartas na época funcionavam como uma alternativa escrita à comunicação oral ou simplesmente como “um diálogo entre amigos” distantes, mas não deixavam de refletir uma forte influência da retórica na sua configuração estrutural e estilística (2005, p. 18). Deste contexto histórico destacam-se as epístolas de Cícero, que as dividiu entre *litteræ publicæ* e *privatæ*, adotando estilos diversos em cada uma delas. As cartas do grande orador foram eleitas, muitos séculos depois, como modelo absoluto para a escrita epistolar, utilizado durante o Renascimento por grandes humanistas como Petrarca.

Deve-se igualmente ressaltar o trabalho da Escola de Bolonha, que, desde o século XI favoreceu o desenvolvimento e a expansão de fundamentos teóricos da arte epistolar, com as “Rationes dictandi” (1135), formuladas pelo chamado Anônimo de Bolonha. Nesta época vigorava a famosa *Ars dictaminis*, “a parte da retórica medieval que trata das regras de composição das cartas e outros documentos em prosa” (TIN, 2005, p. 32). Nesta tradição, as cartas eram geralmente divididas em cinco partes: *salutatio*, *exordium*(*captatio benevolentiae*), *narratio*, *petitio* e *conclusio*. *Ars dictaminis* tinha por objetivo atender às demandas da expansão sócio-econômica e do aumentado volume da correspondência religiosa

<sup>19</sup>GARRETT, Almeida. *Cartas Íntimas*. In: Obras Completas. Porto: Lello & Irmão Editores, 1966.

e diplomática do período. Além de sua utilidade política, jurídica e comercial, a arte epistolar também prosperou devido à atuação de uma nova classe de intelectuais que emergira naqueles idos.

No entanto, “somente no século XVI surgiriam os tratados mais bem acabados do gênero, com as obras, sobretudo, de Erasmo de Rotterdam e Justo Lúpsio” (TIN, 2005, p. 49). Como a *Brevissima maximeque compendiaria conficiendarum epistolarum formula*, impressa em 1520; o *Libellus de conscribendis epistolis*, de 1521 e o *Opus de conscribendis epistolis*, de 1522, de Erasmo de Rotterdam; e a *Epistolica institutio*, publicada em 1590, de Justo Lúpsio. Desde então diversos tratados foram redigidos abordando “não só a retórica de assuntos pessoais, mas de assuntos financeiros, de natureza diversa” (SANTOS, 1998, p. 30), fazendo uso de uma linguagem cada vez mais simples e mais detalhada, com modelos apropriados a cada circunstância, o que conseqüentemente resultou no surgimento dos chamados manuais epistolares. Nos séculos XVIII e XIX, essas compilações constituíram um extraordinário sucesso editorial. Agora não mais restritas às esferas da administração, da religião e da alta cultura, mas nas mãos dos cidadãos comuns, que passariam a usá-las cotidianamente.

Francisco Rodrigues Lobo foi o primeiro teorizador português da arte de escrever cartas. Em seu *Corte na aldeia*, de 1619, retoma a tradição dos tratados de civilidade. “Imbuídos de sociabilidade e cortesia, os temas de seu livro oscilam entre o elogio da língua portuguesa, as formas de se escreverem cartas, o comportamento de embaixadores, o amor, a poesia e o exercícios de um cortesão” (NEPOMUCENO, 2006, p. 89). O autor define a carta como a “melhor escritura que, com mais perfeição e viveza, imita a prática e conversação dos homens; porque assim como a melhor pintura é a que mais se parece com a obra da natureza, a que quer contrafazer, assim a melhor escritura é a que retrata com mais semelhança a fala e conversação dentre os amigos” (LOBO, 1972, p. 36).

O terceiro diálogo da obra é dedicado à descrição das maneiras adequadas da redação, as diferentes formas observáveis de carta missivas, e também aos seus respectivos estilos. Estes deveriam seguir as regras cortesãs, “brevidade sem enfeite, clareza sem rodeios, propriedade sem metáforas” (LOBO, 1972, p. 70). O autor salienta que a carta de um “homem de Corte” deve apresentar “cortesia comum, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela subtil e selo claro” (LOBO, 1972, p. 45).

Embora atualmente os termos carta, missiva e epístola sejam empregados com a mesma significação, seus sentidos e usos originais eram bem diversos. O vocábulo carta seria derivado de *chártes* (χάρτες) do grego e *charta-æ* do latim, e significava papiro escrito muitas

vezes, referindo-se a um livro, ou simplesmente a um texto escrito. Aparecia da mesma maneira relacionada ao material onde se escreve.

Já o termo *missiva* se originaria do latim tardio *missa*, substantivação do feminino de *missus*, particípio passado verbo *mittere*, enviar – enviado. Teria sido retirada da expressão *ite, missa est*: “ide, (as preces) foram enviadas” com a qual o celebrante termina a missa (CUNHA, 2007, p. 524). Proferia igualmente a noção de mensagem privada, sendo o *missivista* a pessoa que a levava ou a escrevia.

E finalmente *epístola*, do grego *epistolé* (ἐπιστολή) e do latim *epistola-æ*, com a acepção de ordem ou mensagem escrita e assinada. Estaria diretamente ligada a temas religiosos e literários. Seria um texto com estilo sublime e grave empregado para expressar opiniões, manifestos e discussões. O termo *epístola* também é empregado para designar cada uma das cartas dos apóstolos na Bíblia. Na Idade Média, igualmente, nomeava uma subdivisão da retórica, criada para tratar da redação de cartas com base nos modelos greco-romanos (NASCENTES, 1966, p. 308). A *epístola* “não tem necessariamente destinatário individualizado, pois tratando de modo dissertativo de questões gerais, teóricas e doutrinárias, é dirigida à coletividade anônima do público” (HANSEN, 2003, p. 18).

Outra palavra diretamente ligada ao assunto seria *correspondência*, do francês *correspondance* e do latim *correspondere*, que indicaria uma interação, uma reciprocidade de respostas, ou seja, uma troca de cartas, bilhetes ou telegramas entre duas pessoas, os chamados *correspondentes*. Logo, há um remetente que envia a mensagem e um destinatário que a recebe. A carta seria escrita em função de um outro, concreto e conhecido, para quem ela é elaborada, e muitas das vezes de quem se espera uma resposta, ou para quem se está respondendo. Instituiu desta maneira uma relação dialógica entre distantes. “Escreve-se, pois para não estar só, ou para não deixar só” (ROCHA, 1965, p. 13).

Conforme aponta Andrée Crabbé Rocha em *A epistolografia em Portugal*:

A carta é um meio de comunicar por escrito com o semelhante. Compartilhado por todos os homens, quer sejam ou não escritores, corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. Comunicare não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda “pôr em comum”, “comungar” (1965, p.13).

Ao escrever, o remetente procura de algum modo se fazer presente no espaço do seu destinatário. O ato de compartilhar acontecimentos e emoções serve para que a relação estabelecida não se apague com o afastamento físico e com o passar do tempo. O vínculo estabelecido pode tornar-se intenso de tal modo que alguns *correspondentes* chegam a impor ao outro que o responda: “São-me necessárias, como ar que respiro, as tuas cartas. Se me faltam o que será de mim?” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 75).

A natureza deste relacionamento também orientaria “o grau de literariedade, de fragmentação, de espontaneidade, bem como o teor e o tom do discurso” (ANGELIDES, 2001, p. 25). Como observou Bakhtin:

É próprio da carta uma sensação do interlocutor, do destinatário a quem ela visa. Como a réplica do diálogo, a carta se destina a um ser determinado, leva em conta as suas possíveis reações, sua possível resposta. A correspondência é o apelo irremediável daquele que escreve e a ressonância de quem recebe (1992, p.36).

Assim a correspondência, como troca, busca obliterar a distância entre duas temporalidades: a do momento da escrita e a da ocasião da leitura. “A carta torna o escritor “presente” para quem ele a envia. E presente não simplesmente pelas informações que ele lhe dá sobre sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas venturas e desventuras; presente com uma espécie de presença imediata e quase física” (FOUCAULT, 2006, p. 156).

O gênero epistolar põe em cena o discurso da ausência, da falta. Estas seriam as principais geradoras do processo epistolar como um todo. Este discurso historicamente “é sustentado pela Mulher”, segundo Barthes (2007, p. 36). “É a Mulher que dá forma à ausência”(BARTHES, 2007, p. 36). De modo que “em todo homem que diz a ausência do outro, o *feminino* se declara” (BARTHES, 2007, p. 36). Talvez devido a isto, por muito tempo, esse gênero tenha sido considerado feminino e doméstico, a “expressão de uma sensibilidade estranha ao masculino” (BARTHES, 2007, p. 36). Mesmo que muitas cartas célebres (ou não) tenham sido escritas por homens, não se pode negar o fato de que elas foram a primeira maneira de expressão feminina. Sendo assim, as cartas, ao lado dos diários, costumam ser um riquíssimo repositório histórico da existência das mulheres, visto que outros meios lhes eram vedados.

Símbolo concreto da falta, a carta ainda funcionaria como veículo do reencontro, da recriação do sentido e do vivido:

La lettre se place dans le temps du présent marqué par le sceau de l'attente. Elle se situe entre le passé révolu et le futur attendu, entre la nostalgie de la présence abolie et l'anticipation anxieuse d'un retour. Mais le présent se veut négation de l'absence, abolition des distances géographiques et temporelles, et instaure donc un mode de discours fictionnel (GRASSI, 1998, p.06).

Nessa (re) produção do real, o missivista ao mesmo tempo se (re) inventa, constrói sua história “unindo” os fragmentos de sua memória. Em seu texto, ele utiliza “uma estética da sedução, concebida tanto como busca de si como conquista do outro” (RIAUDEL, 2000, p. 96). Logo a escrita epistolar como gênero igualmente funciona como um exercício pessoal, uma escritura íntima, uma autobiografia, fazendo parte de um conjunto denominado como “escritas de si”.

Como apresenta Michel Foucault:

Escrever é, pois “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta funciona como um olhar que se poussa no destinatário (através da missiva que ele recebe, ele se sente olhado) e uma forma de se entregar ao seu olhar através daquilo que lhe dizemos de nós mesmos (2006, p.156).

Se por um lado as cartas funcionam como um desabafo, uma confissão ou uma conversa, por outro podem ser consideradas como um artefato cultural. Elas oferecem vestígios do cotidiano de sujeitos históricos que deste modo registraram suas experiências. As conversas ou discussões travadas entre os correspondentes podem fornecer testemunhos de questões sociais, políticas e econômicas enfrentadas em um determinado período histórico. Não somente pelo que é dito, mas pelo que não se pode dizer. Nas cartas, muitas das vezes, o silêncio também desvela comportamentos, valores, identidades e ideologias de uma sociedade em um determinado momento.

Na visão de Chartier, a escrita epistolar seria:

un geste privilégié. Libre et codifiée, intime et publique, tendue entre secret et sociabilité, la lettre, mieux qu’aucune autre expression, associe le lien social et la subjectivité. Chaque groupe vit et formule à sa manière ce problème équilibre entre le moi intime et les autres. Reconnaître ces diverses façons de manier l’aptitude à correspondre est sans doute mieux comprendre ce qui fait qu’une communauté existe, cimentée par le partage des mêmes usages, des mêmes normes, des mêmes rêves (1991, pp.09-10).

Documentos privilegiados no contexto das relações íntimas e formais, não apenas pelo seu conteúdo, mas ainda por serem regidas por códigos precisos profundamente enraizados na dinâmica cultural de seu tempo, as cartas “falam” muito sobre a condição social de seus autores: “La lettre est en premier lieu le discours d’un émetteur , lui même reflet d’une catégorie sociale : lettre d’un soldat, d’un noble, d’un bourgeois, ou d’un « état » : lettre d’hommes et femmes” (GRASSI, 1998, p. 07).

Ao longo dos anos, essa forte codificação, somada às prescrições sociais inerentes à prática missivista, acabou por gerar modelos mais fixos, aplicados especificamente de acordo com seus usos. Tais padrões renderam “diversas publicações que, a partir do século XVI, difundiram recolhas de textos contemporâneos, pertencentes a vários autores, ou expressamente concebidos para servirem de amparo às atividades de uma certa clientela” (MIRANDA, 2000, p. 41), dando origem aos famosos manuais epistolares, também chamados de “Secretários de Cartas”. Esses compêndios, que faziam parte de uma literatura de civilidade, tinham o objetivo de descrever e ensinar os princípios básicos da escrita epistolar e suas regras sociais, tornando-as acessíveis a todos que soubessem ler e escrever. Os mais recentes ainda advertiam sobre a escolha do papel, do envelope e do lacre. Nesse âmbito se

destacam os manuais gerais, os de carta de amor, os de carta familiares e os de cartas de felicitações.

Muitos manuais epistolares, bem como a correspondência de escritores afamados, eram empregados no processo de alfabetização. Em seu *Verdadeiro método de estudar*, Verney aconselha que o ensino da língua portuguesa se inicie com a leitura de “um livro de cartas, v.g. as do P. António Vieira, escolhendo as mais fáceis”, e depois “quando os rapazes estivessem mais adiantados, obrigá-los-ia a escrever cartas a diversos assuntos, e introduziria entre dois uma correspondência epistolar, ensinando-lhes os tratamentos e modo de escrever a diversas pessoas. Nesta ocasião tem lugar ensinar-lhes a boa ortografia e pontuação” (VERNEY, s/d, pp. 66-68).

De certo modo, há uma afinidade pedagógica entre os manuais de cartas e as cartilhas – “livro para aprender a ler” (CUNHA, 2007, p. 160). “Historicamente a palavra cartilha vem de carta. Cartilha era o diminutivo de carta porque antigamente se utilizava o método de cartas para se alfabetizar” (SILVA, 2007 p. 54). Esse material didático surgiu em Portugal e depois foi copiado e adotado em outros países.

Sendo assim, o manual epistolar seria uma forma híbrida, muito próxima ao texto literário, ao discurso teórico e/ou ao manual escolar, abarcando ficção, realidade e utilidade. Os *Secretários* ainda representariam o uso das cartas na ficção, uma vez que se baseiam e propagam modelos normativos e estéticos, e simulam anseios, sentimentos e acontecimentos, sobretudo os modelos de cartas de amor, que igualmente seguiam uma forma retórica estabelecida, “um espaço comum de argumentos e de significações do discurso amoroso herdeiro dos gêneros literários e da tradição oral” (BASTOS, 2004, p. 09). Muito comum, a troca de cartas e bilhetes cumpria uma parte importante do processo de aproximação entre pretendentes enamorados, pois em uma época em que toda a donzela deveria ter sua honra protegida das maledicências e de boatos, encontros íntimos eram raros e furtivos. “A mulher que lê uma carta em seus aposentos, ou perto de uma janela, na fronteira entre o interior e o exterior, sonha com o amante ou marido [...]” (PERROT, 2007, p. 29). Muitas declarações eram apenas copiadas e assinadas. No entanto, eram muito estimadas pelas jovens que as recebiam. E até hoje existem muitos relatos de casais que se conheceram e se apaixonaram “por escrito”.

Ainda assim, o gênero epistolar foi considerado por muito tempo inferior ou marginal pela tradição literária. No limiar do literário, as cartas acabam por se tornar um objeto paradoxal. Embora difundidas, editadas e comentadas, exatamente como as obras literárias, permaneceram como parte de um gênero depreciado:

Le genre épistolaire peut se définir comme un espace de l'entre-deux. Sur le plan littéraire, il a longtemps été considéré comme mineur, par rapport à la poésie, genre noble par excellence, puis par rapport au roman (GRASSI, 1998, p.03).

Este gênero estaria então dividido entre as cartas com valor estético, baseadas na norma e na escritura codificada, e as cartas comuns, com visada puramente instrumental, pragmática, baseada em uma escrita de expressão espontânea. A correspondência de cunho literário seria composta por cartas de grandes escritores e eruditos, cuja conformação e estilo proporcionam "excelentes páginas". Da mesma forma, recebem esse título as cartas que contêm discussões ou elucidam controvérsias literárias, e as cartas fictícias inseridas em romances.

Na opinião de Grassi, a distinção entre carta comum e a literária seria verdadeiramente uma questão de grau, e não de natureza. Não haveria um limite tão rígido entre cartas ditas "ordinárias" e as cartas tomadas como fictícias e/ou literárias. Cada tipo de carta, fictícia ou real, testemunharia certo grau de literariedade, quer dizer, certos traços que põem em relevo mais ou menos uma estética universal.

O gênero epistolar parece, desta maneira, atenuar as barreiras entre realidade e ficção, entre o literário e o não literário. As autoras das *Novas cartas portuguesas* aprofundam ainda mais essa discussão, assinalando que ela pode ser ainda mais estreita, sobretudo quando afirmam "que toda literatura é uma longa carta a um interlocutor invisível, presente, possível ou futura paixão que liquidamos, alimentamos ou procuramos" (BARRENO; HORTA; COSTA, 1974, p. 09).

Patricia A. Rosenmeyer assegura que as primeiras referências a cartas ficcionais remontam à origem da literatura: "In tracing letters in literature from Homer to Callimachus, we begin with yet another 'myth' of origin. Homer, the undisputed 'father of literature', reveals himself also as the 'father of letters', the site of the first epistolary exchange" (2001, p. 39). O exemplo mais antigo deste uso estaria na *Iliada*, precisamente no episódio de Belerofonte (*Il.* VI. 160-180). Estão presentes também nas tragédias de Eurípedes: como na nota de suicídio de Fedra citada em *Hipólito*, na carta de Ifigênia a Orestes, em *Ifigênia Taurica*, e nas de Agamemnom dirigidas a Clitemnestra, em *Ifigênia em Áulis* (ROSENMEYER, 2001, p. 39). Estruturam as *Heróides*, de Ovídio, que por muitos são consideradas precursoras do romance por cartas. Nesta obra as heroínas escrevem inúmeras cartas que expressam uma gama enorme de sentimentos, que vão desde a alegria e o arrebatamento de suas paixões até a insatisfação e a dor do abandono. Desta forma é possível afirmar que essas cartas de amor como expressão de um amor "contrariado" inauguram uma



tradição literária, da qual fazem parte as cartas de Heloísa para Abelardo, as *Cartas Portuguesas* e muitas outras que viriam em seguida.

No entanto, foi somente a partir da segunda metade do século XVII que as cartas passaram a ser um importante recurso ficcional, e somente nos séculos seguintes assumiram definitivamente um papel de relevância na literatura, constituindo também uma nova faceta do romance:

O romance epistolar, que conhece o apogeu no século XVIII, deve ser inserido nessa evolução do gênero que fundamenta no íntimo seus efeitos de verdade. Assim como romance na primeira pessoa passa por verdadeiro porque um sujeito próprio assume o relato romanesco e o eu é apresentado como garantia da verdade, assim também o romance epistolar se autentica por seu caráter íntimo (GOULEMONT, 2009, pp.385-386).

Devido a sua *feição* predominantemente confessional e intimista, as cartas, ao lado dos diários, serviram como um meio bastante apropriado e eficaz de estabelecer uma série de estratégias para conferir autenticidade e naturalidade às obras literárias, atraindo e cumprindo as exigências do novo público leitor – o burguês:

Les lettres ont été insérées dans le roman – comme dans d'autres genres – au moins pour deux raisons : d'une part, elles constituaient un des ornements stylistiques du récit dont elles enrichissaient la prose en montrant l'habileté rhétorique de l'auteur ; d'autre part, elles jouaient un rôle narratif souvent déterminant. Confidentielle par nature, la lettre émane en effet, en principe, d'un individu unique et s'adresse à un seul destinataire : elle est donc un lieu privilégié pour la confidence par excellence qu'est la déclaration d'amour ; en même temps elle favorise les intrigues par sa capacité à se perdre, à se tromper de destinataire, à être détournée... à toutes situations éminemment romanesques. (GRANDE, 2002, p.34)

Nestes casos é muito comum a presença de um organizador ou editor que apenas recebe ou descobre as cartas de alguém. Esse editor comenta, insere notas, explica e/ou justifica a publicação de determinada correspondência, contribuindo para a aparente denegação do caráter ficcional dos romances, amiúde apresentados como uma mera recolha de cartas:

No decorrer do século XVIII, veremos instalar-se toda mise-en-scène com o objetivo de criar o efeito de verdade do texto literário. Evocam-se um manuscrito encontrado num sótão ou num baú (Robson Crusóé, *La vie de Marianne*), as cartas remetidas ou descobertas (*La nouvelle Heloïse, Les liaisons dangereuses*), que definem o autor como um simples escriba e negam ao livro o caráter romance (GOULEMONT, 2009, pp.382-383).

Apesar de toda a demanda no sentido de conferir cunho verídico aos relatos dos romances, o leitor mais cuidadoso sabia perfeitamente que deveria ater-se, converter-se em cúmplice na dinâmica do processo comunicacional, duvidando, questionando e redobrando a sua atenção aos “não-ditos”. Esta cumplicidade, em alguns romances, é frequentemente incentivada pelo narrador-autor, que, ao contar sua história, pode se mostrar bastante provocador, interpelando o leitor a todo momento, travando discussões sobre temas variados, que vão das atitudes dos personagens ao próprio ato da escrita, em um livre exercício

metanarrativo e metalinguístico. Sendo assim, “o autor e o leitor tornam-se os principais atores no romance; flertam o tempo todo um com outro e mantêm um relacionamento ilícito em que todas as regras do jogo são violadas”(HAUSER, 2003, p .567).

Cada personagem ao redigir suas cartas assume a narração e expõe as suas opiniões e sentimentos. Essas narrativas, encaixadas uma no interior da outra numa estrutura de “mise en abyme”, funcionariam ora como significante ora como significado na cadeia de sentidos nos romances. Essas vozes e perspectivas independentes se alternam, se cruzam e se interpenetram, produzindo um efeito de polifonia (BAKHTIN, 2002), e decerto, formam uma estrutura narrativa bastante complexa. Renato Janine Ribeiro menciona:

Do ponto de vista literário, os romances escritos em forma de cartas no século XVIII têm uma estrutura muito rica. Parecem prenunciar uma forma artística tão moderna como o cubismo, na medida em que expõem uma mesma história segundo diversos prismas; um pouco, também, como a obra aberta, tão celebrada na literatura de hoje. Em vez do narrador onisciente, que durante tanto tempo dominou o romance, temos uma sucessão de agentes que conhecem cada qual apenas a sua parte, o que dá ao leitor a chance de viver mais de dentro a história (RIBEIRO, 2005, p.07).

A troca epistolar no romance permite a compreensão e a análise de um determinado tema ou fato a partir de diferentes pontos de vista. As diferentes reações de diversos seguimentos da sociedade às pressões políticas, sociais e afetivas são retratadas em primeira pessoa, oferecendo ao leitor uma visão mais abrangente desses acontecimentos. Embora a correspondência amorosa fosse mais frequente no romance epistolar, a filosofia, a política e a crítica social também têm feito parte deste universo.

A multiplicação e o grande sucesso deste tipo de romance podem ser atribuídos à representação na literatura de um hábito cultivado na época: da correspondência. O êxito da recepção dos romances epistolares talvez se deva à grande identificação dos leitores com os assuntos e situações que motivavam a troca epistolar:

Nasce aí uma intimidade até então inédita entre o público e os heróis de romances; o leitor não só os dota de uma amplidão de vida que transcende os limites e uma determina da obra, não só os imagina em situações que nada têm a ver com a obra em si, mas também os relaciona constantemente com a sua própria vida, seus problemas e ambições pessoais, suas esperanças e decepções (HAUSER, 2003, p.567).

Desta forma, o gênero epistolar certamente cumpriu um papel importante, tanto no enriquecimento de estratégias narrativas, quanto na popularização do próprio gênero romanesco. A correspondência, real ou romanesca, incontestavelmente reproduz “os costumes, os modos de sentir, os gostos, o pensar contemporâneo e ambiente, enriquece sempre o tesouro da documentação histórica.” (QUEIRÓS, 2008, p. 117), constituindo uma fonte rica e incontornável seja para historiografia seja para os estudos linguísticos e literários.

De prosaico meio de comunicação a célebre artifício literário, a carta tornou-se marca de alguns escritores.

Camilo Castelo Branco “é, sem dúvida, o escritor de quem mais missivas chegaram até o público” (ROCHA, 1965, p. 255). Seu vasto epistolário ajudou a eternizar “o maior pedaço da sua vida interior” (MARTHA, 1994, p. 791). O seu “riso amassado de fel” (MARTHA, 1994, p. 791), a sua ironia mordaz, a sua fé precedida de desilusão, os seus afetos, as suas desavenças e as suas opiniões aparecem retratadas em sua epistolografia, que não deixou de ser “eufônica e leve, ricamente colorida e expressiva” (MARTHA, 1994, p. 791).

A escrita epistolar, que teve um grande papel na vida pessoal de Camilo, também permeou quase toda a sua literatura:

Na obra de Camilo, as cartas constituem um *topos* fundamental na manifestação de afectos e desempenham funções variadas. É através das cartas que os amantes contrariados comunicam e estabelecem laços cuja plausibilidade (ou verossimilhança) depende, fundamentalmente, dos códigos internos que presidem à construção de cada novela e dos códigos externos que norteiam a concepção camiliana/romântica do amor [...] (MARTINS, 2005, p.15).

Uma leitura aprofundada das cartas reais e fictícias é assaz oportuna para um bom entendimento do trabalho e da personalidade do escritor, que não se furtou a usá-las para dar “vazão a extraordinárias capacidades discursivas [e] artísticas, como se pode testemunhar nas que são trocadas [por] Simão e [por] Tereza de *Amor de Perdição*”<sup>20</sup>(1861); por Guilherme do Amaral e por Virgínia de *Memórias de Guilherme do Amaral* (1863); por Fernando e por Paulínia de *Agulha em Palheiro* (1863); e por Gaspar e por Joaquina de *A Sereia* (1865).

Nestes romances, as trocas epistolares nos possibilitam adentrar o mundo dos conflitos mais subjetivos. Com as cartas, Camilo compõe o amplo mosaico de vozes que, juntas, expressam as tensões da sociedade de modo mais vasto e complexo.

---

<sup>20</sup>Ver: MARTINS, Serafina. Efectivamente... Um manuscrito. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *A Sereia*. Porto: Caixotim, 2005, p.15.



**Figura 10** - Caricatura de Camilo Castelo Branco por José Malheiro

### 3 O QUE DIZEM AS CARTAS D'AMOR DE PERDIÇÃO

Eu desejo escrever o romance de modo que o meu leitor – se Deus me deparar um com experiência do mundo, e alma capaz de criar, pelas reminiscências de ilusões extintas, novas ilusões – possa dizer: “a vida é isto...”.

*Um Homem de Brios*, Camilo Castelo Branco

*Amor de Perdição* é certamente o romance mais popular de Camilo Castelo Branco. Obteve boa acolhida do público desde a sua primeira edição, como o próprio autor afirma: “Este livro, cujo êxito se me antolhava mau, quando eu o ia escrevendo, teve uma recepção de primazia sobre todos os seus irmãos” (CASTELO BRANCO, 2006, p.80).

Foi posteriormente traduzido em diversos idiomas e publicado em vários países (PEREZ, 1974). Dele foi extraída uma ópera, sob a autoria de João Arroio, sendo estreada em 1907 no Teatro de São Carlos (CABRAL, 1988). Também foi adaptado em várias ocasiões ao cinema e a programas de televisão.<sup>21</sup>

O manuscrito autógrafo deste romance, no momento, faz parte do acervo da biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, e sofreu restauro há pouco tempo em Lisboa. A preciosidade foi doada, como toda a sua vasta camiliana, por Francisco Garcia Saraiva, bibliófilo e comerciante de origem portuguesa radicado no Rio de Janeiro.

A crítica especializada costuma classificar o *Amor de Perdição* como “mais uma história de amor contrariado” (COELHO, 2001, p. 246), que o escritor teria tirado “das próprias entranhas” (COELHO, 1946, p. 320) e alimentado “com as suas lembranças da juventude, com a sua experiência do amor” (COELHO, 2001, p. 244), seguindo, deste modo, uma tendência “biografista-passional” (LOPES, 2007, p. 90), que com frequência é empregada nas análises sobre diversos outros romances do escritor português.

Contudo, é indubitável que Camilo, ao escrever seus romances, tenha registrado, e repetidamente contestado os comportamentos, os valores e as ideologias da sociedade portuguesa oitocentista. Refletindo sempre sobre os seus problemas, sem muitas das vezes apontar meios mais indicados para solucioná-los: “Isso é que eu submeto à decisão do leitor inteligente. Factos e não teses é que eu trago para aqui. O pintor retrata uns olhos, e não explica as funções ópticas do aparelho visual” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 80).

---

<sup>21</sup>O romance *Amor de perdição* foi, pelo menos, adaptado cinco vezes ao cinema, em 1914, 1918, 1921, 1943 e 2008. Sendo a três primeiras versões mudas. Em 1965, a *TV Cultura* apresentou a sua versão em forma de telenovela chamada *Amor de perdição*. E mais recentemente, unindo os romances *Livro negro do Padre Dinis* e *Mistérios de Lisboa*, esta obra tornou-se a base da telenovela luso-brasileira *Paixões proibidas*, exibida no Brasil pela rede *Bandeirantes* e em Portugal pela *RTP*.

Por vezes, a sua escrita aprofunda e esgota a tal ponto certas questões, que acaba por enveredar em “um espaço que não é mais geográfico ou social, mas simplesmente humano, que os engloba e transcende” (CANDIDO, 1972, p. 115). Talvez isso também justifique a vitalidade e atualidade de sua obra.

A História factual e a verdade testemunhal eram, de fato, muito utilizadas pelo escritor de São Miguel de Seide, que percorria, em sua prosa, “inúmeras vezes o caminho que vai da realidade à ficção” (MARTINS, 2005, p. 09). Conforme sentença Fialho de Almeida, em *Figuras de Destaque*:

Camilo inventa pouco, os seus romances são mais história que literatura; e o sonho d'arte, dispense-o o romancista, não em criar figuras, não a avocar paixões e crise trágicas, mas justificar na tela as figuras que conheceu, a dissecar sobre o mármore as paixões que viu explodir[...]” (1923, pp.83-84).

Em *Amor de Perdição: Memórias d'uma Família*, esta tensão é apresentada ao leitor logo no título. Visto que o sintagma “Amor de Perdição” estaria diretamente ligado ao enredo trágico-amoroso de romance, resumido na célebre frase da introdução: “Amou, perdeu-se e morreu amando”. Já *Memórias d'uma Família* evocaria eventos efetivamente ocorridos na história familiar do narrador.

Como é evidenciado desde a introdução até a passagem final do texto: “Da família de Simão Botelho vive ainda, em Vila Real de Trás-os-Montes, a senhora D. Rita Emília da Veiga Castelo Branco, a irmã predileta dele. A última pessoa falecida, há vinte e seis anos, foi Manuel Botelho, pai do autor deste livro.” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 299).

Esta questão ganha mais realce no prefácio da segunda edição, que acaba por unir a história de vida do autor-narrador com a de seu suposto tio paterno, Simão, através de uma experiência análoga. “Assim, não só se insinua no texto que se está a contar uma história verídica – tão ao gosto de Camilo, documentada com os mais diversos materiais – como, sobretudo se cria uma linha de continuidade entre a história de seu tio e a sua” (SÁ, 2003, pp. 91-92):

Lembrou-me naturalmente, na cadeia, muitas vezes, meu tio, que ali deveria estar inscrito no livro das entradas no cárcere e no das saídas para o degredo. Folhiei os livros desde os de 1800, e achei a notícia com pouca fadiga, e alvoroços de contentamento, como se em minha alçada estivesse adormar-lhe a memória como recompensa das suas trágicas e afrontosas dores em vida tão breve. Sabia eu que em casa de minha irmã estavam acantoados uns maços de papéis antigos, tendentes a esclarecer a nebulosa história de meu tio. Pedi aos contemporâneos que o conheceram notícias e miudezas, a fim de entrar de consciência naquele trabalho (CASTELO BRANCO, 2006, p.79).

Sendo assim, o princípio de verossimilhança do romance também é fundamentado através do uso de elementos paratextuais e intratextuais: prefácio, introdução, notas, reprodução de documentos, cartas e bilhetes. Estes recursos aparecem encaixados na narrativa

principal, ou um no interior dos outros, apresentando novas informações ou e coadunando as aceções, da narrativa que vai muito além da história dos “amantes despeitados.”

Nesta complexa estrutura narrativa, as cartas organizam uma trama romanesca paralela e homóloga à do texto do romance (SEIXO, 2004, p. 99). O discurso epistolar é a principal via para a construção da relação amorosa, que pode assim transgredir as limitações impostas. É através deste discurso que a diegese evolui.

A ligação entre a Simão e Teresa acaba por vencer a distância física, perpetuando-se através da escrita. O inabalável amor vivido pelo casal se materializa, perdurando até mesmo após a morte, uma vez que as cartas são resgatadas e inseridas no corpo do romance:

O comandante olhou para o sítio donde Mariana se atirara, e viu, enleado no cordame, o avental, e à flor da água, um rolo de papéis, que os marujos recolheram na lancha. Eram, como sabem, a correspondência de Teresa e Simão (CASTELO BRANCO, 2006, p.299).

Esta correspondência amorosa, formada por catorze cartas <sup>22</sup>, – transcritas de forma total ou parcial – é praticamente a única forma de diálogo entre o casal apaixonado. Simão e Teresa não chegam a trocar nem mesmo algumas palavras. A moça consegue apenas proferir duas frases (transcritas no texto) para o namorado, em alguns breves episódios no decorrer do romance. Como em um rápido encontro ocorrido na festa de comemoração do aniversário de Teresa, no capítulo V:

Também Teresa dera pela ausência do primo, e fingiu que o ia procurar, resolução de que o velho gostou muito. Desceu ela ao jardim, correu à porta, onde a esperava Simão, abriu-a, e, com a voz cortada pela ansiedade, apenas disse:  
– Vai-te embora: vem amanhã às mesmas horas... vai, vai!(CASTELO BRANCO, 2006, p.133).

E na fatídica cena do assassinato do morgado de Castro Daire:

Teresa viu-o... adivinhou-o, primeiro de todas, e exclamou...  
– Simão!...  
O filho do corregedor não se moveu. (CASTELO BRANCO, 2006, p.201).

Esta comunicação por cartas, logicamente, obedece a um esquema de alternância discursiva, onde emissores e destinatários tendem a se revezar nestas funções. A troca faz com que o estatuto de narrador se alterne entre as personagens missivistas e o narrador principal.

Aníbal Pinto de Castro, acerca deste aspecto observa:

E é assim que o narrador heterodiegético, sem propriamente se fazer substituir, delega temporária e ocasionalmente as suas funções em D. Rita, transformando-a em narradora homodiegética, quando transcreve a carta em que historia os factos ocorridos em casa do corregedor seu pai, logo após a prisão de Simão; e é assim que os protagonistas Simão e

<sup>22</sup>As cartas escritas por Simão aparecem, sobretudo, nos capítulos: VIII, X, XIII, XV e XIX e por Teresa: II, VII, IX, XIII, XIX, bem como na Conclusão.

Teresa se vêem arvorados em narradores autodiegético, sempre que, na tradição do romance epistolar de tanta fortuna na ficção da Europa setecentista, o narrador julga oportuno transcrever largos passos da correspondência trocada entre ambos (2006, p.70).

As cenas das leituras também colaboram com o progresso da ação na trama. É, por exemplo, após a leitura de uma das cartas que Simão decide enfrentar Baltasar Coutinho e acaba por matá-lo:

O acadêmico, chegando ao período das ameaças, já não tinha clara luz nos olhos para decifrar o restante da carta. Tremia sezões, e as artérias frontais arfavam-lhe entumecidas. Não era sobressalto do coração apaixonado: era a índole arrogante que lhe escaldava o sangue. Ir dali a Castro Daire, e apunhalar o primo de Teresa na sua própria casa, foi o primeiro conselho que lhe segredou a fúria do ódio (CASTELO BRANCO, 2006, pp. 110-111).

A correspondência do casal apaixonado realmente abarca boa parte do discurso lírico-sentimental da obra, muito utilizado em relacionamentos onde a distância física prevalece: “Simão e Teresa escrevem cartas um ao outro para que não se rompa o fio da paixão que os uniu e pode ainda dar algum sentido à tragédia em que se deixaram envolver”(SANTOS, 1992, p. 21).

Em repetidas ocasiões, as missivas aquiescem às observações feitas pelo autor-narrador, que frequentemente relativiza o discurso sentimental, discutindo e retratando variados assuntos distintos da história de amor. Entre estes, figura a crítica à corrupção aceita e defendida pelos instrumentos reguladores da sociedade portuguesa do século XIX. A família, a justiça e o clero são duramente abordados.

A começar pelo fato de que a oposição parental, que tanto inviabiliza a realização plena do enlace amoroso entre Teresa e Simão, se assente em motivos de ordem social. As razões que levam Tadeu Albuquerque e Domingos Botelho a não admitir o namoro de seus jovens filhos nada têm a ver com proteção ou “amor de pai”. O ódio entre as famílias está muito mais ligado a “motivos de litígio”:

Ao “estudar” o amor, Camilo denuncia os mecanismos de funcionamento das relações pessoais em sociedade; e explica a lógica a que obedecem, a ordem a que tem que submeter-se as relações particularmente intensas que são as relações amorosas. O matrimônio e o patrimônio confundem-se, interferem constantemente um com o outro. Mesmo antes de se falar de casamento, já o amor se apresenta como uma forma institucionalizada de aliança, não apenas entre os dois indivíduos, como poderia esperar-se e talvez fosse desejável, mas entre duas famílias, como não se pode nuca deixar de ser no tipo de sociedade onde estes acontecimentos têm lugar (SANTOS, 1992, p.16).

A intolerância dos pais não impede que os protagonistas experimentem um amor “singularmente discreto e cauteloso”, que, após descoberto, só se cumpre por escrito. A configuração de segredo, “cuja trama e o desvendamento provocarão os eventos e lances do romance,” (SEIXO, 2004, p. 152) deste modo é estabelecida:

A ninguém confiava o seu segredo, senão às cartas que enviava a Teresa, longas cartas em que folgava o espírito da tarefa da ciência. A apaixonada menina escrevia-lhe a miúdo, e já



dizia que a ameaça do convento fora mero terror de que já não tinha medo, porque seu pai não podia viver sem ela (CASTELO BRANCO, 2006, pp. 110-111).

Se ainda há quem intitule Teresa como um perfeito exemplar de mocinha romântica, não considera com imparcialidade a sua trajetória e a descrição do narrador. Este a apresenta como mulher varonil e astuciosa, capaz de mentir e dissimular, caso seja necessário, tentando sempre solucionar os impasses que lhe aparecem: “Teresa adivinha que a lealdade tropeça a cada passo na estrada real da vida, e que os melhores fins se atingem por atalhos onde não cabem a franqueza e a sinceridade”(CASTELO BRANCO, 2006, p. 123).

O que igualmente se comprova em passagens das missivas, onde, por exemplo, ela omite fatos:

Da carta que ela escreveu a Simão Botelho, contando as cenas descritas, a crítica deduz que a menina de Viseu contemporizava com o pai, pondo a mira no futuro, sem passar pelo dissabor do convento, nem romper com o velho em manifesta desobediência. Na narrativa que fez ao acadêmico omitiu ela as ameaças do primo Baltasar, cláusula que, a ser transmitida, arrebataria de Coimbra o moço, em quem sobejavam brios e bravura para mantê-los (CASTELO BRANCO, 2006, pp.123-124).

Ou tenta convencer Simão a não partir para o degredo e esperar pela morte de Tadeu Albuquerque para que possam finalmente se unir:

Dez anos! – dizia-lhe a enclausurada de Monchique – Em dez anos terá morrido meu pai e eu serei tua esposa, e irei pedir ao rei que te perdoe, se não tiveres cumprido a sentença. Se vais ao degredo, para sempre te perdi, Simão, porque morrerás, ou não acharás memória de mim, quando voltares. (CASTELO BRANCO, 2006, p.160).

Evidencia, assim, que “o solo” em que se assentavam os valores mais tradicionais já não estava tão firme e apresentava as primeiras rachaduras. Mesmo naquela sociedade, baseada em um modelo familiar rígido, na qual a mulher devia obediência ao pai e depois ao marido, casos de insubmissão eram passíveis de ocorrer. Teresa, longe de ser uma mocinha ingênua, desejava antes de tudo ser livre. E recebe apoio de seu namorado para continuar em frente: “Não sofras com paciência; luta com heroísmo. A sua submissão é ignomínia, quando o poder paternal é uma afronta. Escreve-me a toda a hora que possas” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 175).

Ao contrário do que seria esperado, a recém-enclausurada exclama logo “ao fechar-se a porta” do convento de Viseu, causando espanto nas monjas: “Estou mais livre que nunca. A liberdade do coração é tudo” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 299).

Para a historiadora Michele Perrot, a mocinha não seria a única a pensar assim, uma vez que “os conventos eram lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar” (2007, p. 84).

Teresa infringe a autoridade paterna, pois este queria vê-la casada com o primo, cujas investidas por vezes a enojavam. Encerrada em conventos, sonha com o dia em que não só poderia escolher o seu marido, mas também, desfrutar de sua herança: “ela esperava que seu velho pai falecesse para, ela senhora sua, lhe dar, com o coração, o seu grande patrimônio” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 109), solução que muitos outros jovens também almejavam:

A morte do pai, grande fratura econômica e afetiva da vida privada, é o acontecimento que dissolve a família, que permite a existência das outras famílias e a libertação dos indivíduos. Daí que às vezes seja desejada, e daí também o rigor da lei contra o parricídio (PERROT, 2009, p.117).

Se a fidalga continuamente buscava uma saída racional para as dificuldades, Simão, diante dos problemas, explodia em ira e descontrole, sempre considerando a hipótese de matar ou morrer. As arrebatadas reações do rapaz não eram somente motivadas por amor. Eram antes de tudo fruto da conformação de seu temperamento impetuoso e violento:

Não posso ser o que tu querias que eu fosse. A minha paixão não se conforma com a desgraça. Eras a minha vida: tinha a certeza de que as contrariedades me não privavam de ti. Só o receio de perder-te me mata. O que me resta do passado é a coragem de ir buscar uma morte digna de mim e de ti. Se tens força para uma agonia lenta, eu não posso com ela (CASTELO BRANCO, 2006, p.196).

Mais adiante Simão é ainda mais direto:

Poderia viver com a paixão infeliz; mas este rancor sem vingança é um inferno. Não hei-de dar barata a vida, não. Ficarás sem mim, Teresa; mas não haverá aí um infame que te persiga depois da minha morte (CASTELO BRANCO, 2006, p.196).

Desde o início da narrativa, o jovem protagonista se debate contra os limites que a sua posição social lhe impingia, granjeando “a malquerença” de sua mãe e “aversão” de seu pai. Simão procurava viver desatado de tantas amarras, agindo somente de acordo com o que lhe aconselha a sua inconstante consciência. Sempre envolvido em brigas e confusões, empregava “em pistolas o dinheiro dos livros” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 102).

Como Aníbal Pinto de Castro salienta: “O primeiro traço que define a personagem é, por conseguinte, o da revolta e do desafio às leis de uma organização social e familiar, a cujo poder a natural rebeldia do seu temperamento se não amolda” (2006, p. 41).

Simão não estava só, pois muitos foram os que não conseguiram se encaixar nesta organização social e familiar. No decorrer deste século, pouco a pouco, “aumentava a revolta contra a família – contra o pai, mas também contra a mãe ou os irmãos invejados –, obrigando-a a evoluir para sobreviver. Os indivíduos já não suportam tão bem a sua pressão” (PERROT, 2009, p. 246).

Apesar de possuir esta índole, Simão não era simplesmente um desordeiro, um assassino frio. Somente as mais nobres razões levariam o rapaz de fato a cometer o chamado

“crime capital”. A passagem da emboscada encomendada por seu rival, Baltasar Coutinho, demonstra seguramente essa afirmação. O ferrador João da Cruz, em dado momento, deseja eliminarum dos criados do morgado de Castro Daire. Perante esta situação, o filho do corredor se demonstra claramente contra:

Neste comenos, chegou o ferrador, e exclamou:  
 – Pois esse tratante ainda está vivo!  
 E correu sobre ele com o podão.  
 – Não mate o homem, senhor João! – disse o filho do correedor.  
 – Que o não mate! Essa é de cabo-de-esquadra! Com que então o fidalgo quer pagar- me com a forca o favor de o acompanhar... hein? (CASTELO BRANCO, 2006, p.151).

Sem nada poder fazer para mudar esse desfecho:

João da Cruz apareceu daí a pouco, limpando com fetos o podão ensanguentado.  
 –Você é cruel, Sr. João! – disse o académico.  
 – Não sou cruel – disse o ferrador –, o fidalgo está enganado comigo; é que, diz lá o ditado, morrer por morrer, morra meu pai que é mais velho. Tanto faz matar um como dois. Quando se está com a mão na massa, tanto faz amassar um alqueire como três. As obras devem ser acabadas, ou então o melhor é não se meter a gente nelas. Agora, levo a minha consciência sossegada. A justiça que prove, se quiser; mas não há-de ser porque lho digam aqueles dois que eu mandei de presente ao Diabo.  
 Simão teve um instante de horror do homicida, e de arrependimento de se ter ligado com tal homem (CASTELO BRANCO, 2006, p.153).

Mesmo com todas essas diferenças, foi na casa do ferrador que o jovem fidalgo encontrou sua “verdadeira família”. Nada mais natural que o “jacobino” encontrasse refúgio e cumplicidade somente na companhia de João de Cruz e, sobretudo, na da bela Mariana. Pai e filha de origem humilde e, portanto, libertos das convenções que deveras aprisionam e separam Teresa e Simão, puderam entender e ajudar o rapaz nas horas mais difíceis.

Nestes momentos a sua verdadeira família quase nada fez para socorrê-lo. Nas poucas vezes em que os familiares tentaram proteger o rapaz, não agiram motivados pelo amor e sim por razões quase sempre de natureza egoísta: “Venceu Domingos Botelho, e, instigado mais do seu capricho que do amor paternal, alcançou do príncipe regente a graça de cumprir o condenado a sua sentença na prisão de Vila Real.” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 273). E ainda: “A mãe mais levada de dever que do coração, intercedeu pelo filho[...]”(CASTELO BRANCO, 2006, p. 107). Isto também se comprova em um excerto da longa carta de Ritinha, irmã de Simão:

Quando isto se soube em Vila Real, todas as pessoas ilustres da terra foram a Montezelos, a fim de obrigarem brandamente o pai a empregar o seu valimento na salvação do filho condenado. **De Lisboa vieram alguns parentes protestar contra a infâmia, que tamanha ignomínia faria recair sobre a família.** Meu pai a todos respondia com estas palavras: – A forca não foi inventada somente para os que não sabem o nome do avô. A justiça não infama senão aquele que castiga.  
 Tínhamos nós um tio-avô, muito velho e venerando, chamado António da Veiga. Foi este quem fez o milagre, e foi assim: Apresentou-se a meu pai e disse-lhe: – Guardou-me Deus a vida até aos oitenta e três anos. – Poderei viver mais dois ou três? Isto nem já é vida: **mas foi-o, e honrada, e sem mancha até agora, e já agora há-de assim acabar; meus olhos não hão-de ver a desonra de sua família.** Domingos Botelho, ou tu me prometes aqui de salvar teu filho da forca, ou eu na tua presença me mato. – E, dizendo isto, apontava ao pescoço uma

navalha de barba. Meu pai teve-lhe mão do braço, e disse-lhe que Simão não seria enforcado (CASTELO BRANCO, 2006, p.218, grifo nosso).

Situações, como a descrita acima, provavelmente aconteciam com frequência naquela sociedade. Segundo Perrot, no século XIX, a família não era “apenas um patrimônio”, era também um “capital simbólico de honra” (2009, p. 250). Tudo o que viesse a arranhar a sua reputação ou manchar seu nome, decerto era uma ameaça a ser duramente combatida. Logo, comumente se “cerravam as fileiras” contra qualquer um, que por um acaso, lhe fizesse uma ofensa. O erro comprometedor de um membro da família acarretava a todos os outros um constrangimento cruel. “Solidariedade na reparação, punição no tribunal familiar, exclusão, cumplicidade do silêncio: todas as reações são possíveis. Ai daquele, porém, que traz desgraça!” (PERROT, 2009, p. 250).

Como no exemplo supracitado, também em uma epístola, Tadeu de Albuquerque, um fidalgo que “vivera trinta anos de vida libertina” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 131), relata à própria irmã que preferiria ver a filha morta a ter a sua honra manchada:

Disto foi informado Tadeu de Albuquerque, e respondeu: “Que a não desejava morta; mas, se Deus a levasse, morreria mais tranquilo, e com a sua honra sem mancha.”  
Era assim imaculada a honra do fidalgo de Viseu!... (CASTELO BRANCO, 2006, p.228).

Além da hipocrisia social, explicitada nas relações familiares, visto que a “família é a célula social mais reduzida, é o “barômetro” por excelência das relações sociais”(RITA, 2003, p. 41), também é possível observar em *Amor de Perdição*, a presença da “sátira à vida conventual” (COELHO, 2001, p. 259) e aos maus religiosos. A realidade encontrada por Teresa no convento de Viseu era muito diferente daquela que a rapariga esperava. Conforme a fidalga afirma em um trecho de uma carta a Simão: “Não fazes idéia do que é um convento! Se eu pudesse fazer do meu coração sacrificio a Deus, teria de procurar uma atmosfera menos viciosa que esta. Creio que em toda a parte se pode orar e ser virtuosa, menos neste convento” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 184).

Em outro momento, é Mariana vítima da cobiça de um padre capelão, e ainda deixa “remordendo-se” uma “ciumosa prioresa,” que chorava somente pelo uso do tabaco em pó:

– Que boa moça! – tornou ele, com um olho nela e outro no raro, onde a ciumosa prioresa se estava remordendo.  
– Deixe lá a moça, e diga quando há-de ir a servente buscar o vinho.  
– Quando quiser, senhora prioresa; mas repare bem nos olhos, no feitio, naquele todo da rapariga!...  
– Pois repare o senhor padre João – replicou a freira – que eu tenho mais que fazer.  
E retirou-se com o coração malferido, e o queixo superior escorrendo lágrimas... de simonte (CASTELO BRANCO, 2006, p.189).

O romance também é povoado por devotas piedosas e impolutas. A tia de Teresa, a prelada de Monchique, seria um ótimo exemplar deste tipo de “religiosa de sumas virtudes” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 185). Sempre disposta a ajudar e a indicar a solução mais correta, fosse qual fosse a situação, amparando a jovem até os últimos dias, enfrentando o irmão, Tadeu Albuquerque, todas as vezes que julgou necessário.

O primeiro convento, um ambiente de vícios e impostura, parece reiterar a corrupção e a impiedade familiar e social. Já o segundo convento, o de Monchique, revela o verdadeiro sentimento religioso. “Como duas tábuas contrastantes de um díptico, os dois conventos opõem-se e completam-se: de um lado, o caráter grotesco de freiras devassas e capelães brejeiros; do outro, os rostos macerados e piedosos das santas mulheres que choram e rezam com Teresa” (LEMOS, 1992, p. 25).

Essa divisão retratada por Camilo seria mais um sinal das mudanças fomentadas no decorrer dos oitocentos, conforme Sérgio Nazar David salienta:

No século XIX, também em Portugal a religião católica civilizou-se. Teve de mudar. Aceitou (nalguns casos) ou quis transformar-se (noutros). Porque já não eram aceitáveis as estruturas sociais e certos hábitos de conduta na esfera íntima que o altar patrocinara. Mudou a sociedade, teve de mudar também a Igreja, ainda dessa vez cindida (2009, p.227).

A sociedade portuguesa estava em transformação, mas ainda continuava a ser “um mundo fechado”, “um mundo dos homens em que as mulheres até então não tinham voz nem vez”(DAVID, 2009, p. 239).

Teresa não podia dizer francamente o que sentia e pensava, sem incorrer no crime de afrontar seu pai e de ferir os valores sociais aos quais estava subjugada. Mergulhada, assim, em um silêncio imposto, somente as suas cartas devolveriam a sua verdadeira voz, “uma voz assim escrita porque [foi] silenciada pela repressão familiar e social, e uma voz que o escrito manifesta de certo modo em surdina (em segredo), mesmo na ansiedade dos seus apelos, e [que] se vai progressivamente apagando pela impossibilidade, pela distância e pelo desânimo” (SEIXO, 2004, p. 116).

Divergindo de Teresa, D. Rita Preciosa, a mãe de Simão, sempre fora ouvida e atendida pelo marido. O doutor “bexiga” “via-se sinceramente feio, e conhecia Rita cada vez mais em flor, e mais enfadada no trato íntimo” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 101), e por isso fazia sempre o possível para agradar a sua esposa, ao ponto de ver “as coisas pelos olhos de sua mulher”.

Entretanto no momento de maior tensão na vida da família Botelho, o corregedor faz “uma espantosa mudança de gênio” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 216) e define com clareza e austeridade os papéis que cada um exercia:

D. Rita, algum tanto por afecto maternal e bastante por espírito de contradição, contendeu largo espaço; mas desistiu, obrigada pela insólita pertinácia e cólera do marido. Tão iracundo e áspero em palavras nunca o ela vira. Quando lhe ele disse: «Senhora, em coisas de pouca monta o seu domínio era tolerável; em questões de honra, o seu domínio acabou: deixe-me!» (CASTELO BRANCO, 2006, p. 207).

A ativa e arrogante dama Paço, pela primeira vez, submeteu-se ao marido: “sentiu-se mulher, e retirou-se” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 207). Ao ponto de escrever a Simão comunicando-lhe: “Desgraçado, que estás perdido! Eu não te posso valer, porque teu pai está inexorável. Às escondidas dele é que te mando o almoço, e não sei se poderei mandar-te o jantar!” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 210).

E não foi apenas como marido que Domingos Botelho passou a fazer valer seus direitos e sua autoridade. Espanca a filha Ritinha, só “por ela querer ir à cadeia” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 211) visitar o irmão preso. O que certamente ocorreria em uma situação como esta, pois “bater na mulher e nos filhos era considerado um meio normal, para o chefe de família, de ser o senhor de sua casa – desde que se o fizesse com moderação” (PERROT, 2007, p. 77).

Todas as vezes que Teresa desobedecia às ordens de seu pai, Tadeu de Albuquerque tencionava castigá-la fisicamente, assegurando-lhe que “a violência de um pai é sempre amor” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 126). Mas o fidalgo sempre abandonava a idéia das surras em prol de outras punições, como tirar-lhe a pena, o papel e o tinteiro. Esta privação acaba por ser mais penosa para a rapariga, que perdia o único meio de comunicação com Simão.

Já Mariana, dona de uma “rija compleição” (COELHO, 2001, p. 251) e de um incomum “desembaraço diante dos homens” (COELHO, 2001, p. 251), é sem sombra de dúvida a figura feminina menos reprimida do romance. Mulher do povo que, embora não lhe faltassem pretendentes, nunca desejara se casar. E o solitário ferrador, que até poderia lucrar com o matrimônio da filha, nunca lhe impusera tal situação:

– Se vossemecê tem uma casinha sofrível – atalhou Simão – pode, querendo, casar a sua filha numa boa casa de lavoira.  
 – Assim ela quisesse. Maridos não lhe faltam; até o alferes da casa da Igreja a queria, se eu lhe fizesse doação de tudo, que pouco é, mas ainda vale quatro mil cruzados bons; o caso é que a moça não tem querido casar, e eu, a falar verdade, sou só e mais ela, e também não tenho grande vontade de ficar sem esta companhia, para quem trabalho como um moiro (CASTELO BRANCO, 2006, p. 270).

Mas, nem tudo era “um mar de rosa” na vida da valente camponesa, ela também teve de obedecer e calar-se por imposição masculina:

– Cala-te aí, rapariga! – disse mestre João. – Vai tirar o albardão à égua, amanta-a, bota-lhe seco. Não és aqui chamada.  
 – Não vá aflita, senhora Mariana – disse Simão à moça, que se retirava amargurada. – Eu não aproveito algum dos conselhos de seu pai. Ouço-o com boa vontade, porque sei que quer o

meu bem; mas hei-de fazer o que a honra e o coração me aconselharem (CASTELO BRANCO, 2006, p. 195).

E se Teresa pode dar continuidade e provar o seu amor com as suas belas e emocionadas cartas, Mariana que “apenas tivera alguns princípios de escrita” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 194), situação comum em sua posição social, não pôde. Embora esta estivesse sempre próxima do homem que adorava, não era por ele correspondida, e todo o desvelo e servidão que sempre dedicava a Simão acabam simbolizados, e materializados, por um avental, onde por vezes enxugara as suas lágrimas:

Sobre a mesa tem um caixote de pau preto, que contém as cartas de Teresa, ramilhetes secos, os seus manuscritos do cárcere de Viseu e um avental de Mariana, o último com que ela, no dia do julgamento, enxugara as lágrimas e arrancara de si no primeiro instante de demência. Simão relê as cartas de Teresa, abre os envoltórios de papel que encerram as flores ressequidas, contempla o avental de linho, procurando esvaídos vestígios das lágrimas (CASTELO BRANCO, 2006, p.243).

Desta forma, Mariana, definitivamente instaura o seu lugar naquela relação, estabelecendo-se com um vértice do triângulo amoroso, atando o seu avental à correspondência de Simão e Teresa:

Mariana tirou o maço das cartas debaixo do travesseiro, e foi a uma caixa buscar os papéis de Simão. Atou o rolo no avental, que ele tinha daquelas lágrimas dela, choradas no dia da sua demência, e cingiu o embrulho à cintura. (CASTELO BRANCO, 2006, p. 298.)

Na verdade, embora o jovem acadêmico não incentivasse o amor de Mariana, também não o desprezava. Ao contrário disto, “lisonjeavam-no os desvelos da gentil moça”, ao ponto de pensar que a vida seria mais doce se pudesse casar-se com a filha do ferrador: “Sou infeliz por não poder fazê-la minha mulher” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 270). Compadecia-se com a situação de Mariana, e a via “como o símbolo da tortura, morrer a pedaços, sem instantes de amor remunerado que lhe dessem a glória do martírio” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 221).

Não pôde amá-la e fazê-la feliz. Ao coração de Teresa, o de Simão estava unido. Era uma vida digna ao lado da jovem fidalga tudo o que ele diz ter cobiçado, mas por razões mesquinhas o rapaz não conseguira realizar o seu desejo:

O pão do trabalho de cada dia, e o teu seio para repousar uma hora a face, pura de manchas: não pedi mais ao Céu. Achei-me homem aos dezesseis anos. Vi a virtude à luz do teu amor. Cuidei que era santa a paixão que absorvia todas as outras, ou as depurava com o seu fogo sagrado. Nunca os meus pensamentos foram denegridos por um desejo, que eu não possa confessar alto diante de todo o mundo. Diz tu, Teresa, se os meus lábios profanaram a pureza de teus ouvidos. Pergunta a Deus quando quis eu fazer do meu amor o teu opróbrio. Nunca, Teresa! Nunca, ó mundo que me condenas! (CASTELO BRANCO, 2006, p.244).

O acadêmico primeiramente opõe à família um “ódio surdo, um ressentimento obstinado”, recusando-lhe quaisquer favores ou complacência. Com o tempo seu rancor

estende-se a sua pátria, preferindo morrer no degredo, fora do solo português, pois sem perspectivas já não aguentava mais a vida de prisioneiro, como sempre fora:

Vou. Abomino a pátria, abomino a minha família; todo este solo está aos meus olhos coberto de forcas, e quantos homens falam a minha língua, creio que os ouço vociferar as imprecações do carrasco. Em Portugal, nem a liberdade com a opulência; nem já agora a realização das esperanças que me dava o teu amor, Teresa!  
Esquece-te de mim, e adormece no seio do nada. Eu quero morrer, mas não aqui. Apague-se a luz de meus olhos; mas a luz do céu, quero-a! Quero ver o céu no meu último olhar.  
Não me peças que aceite dez anos de prisão. Tu não sabes o que é a liberdade cativa dez anos! Não compreendes a tortura dos meus vinte meses. A voz única que tenho ouvido é a da mulher piedosa que me esmola o pão de cada dia, e a do aguazil que veio dar-me a sarcástica boa nova de uma graça real, que me comuta o morrer instantâneo da forca pelas agonias de dez anos de cárcere (CASTELO BRANCO, 2006, p.279).

Nem mesmo “o povo povo” – como o chamava Garrett, em *Viagens na Minha Terra* – estava totalmente são. Se o ferrador e sua filha eram íntegros, solidários e sinceros, havia entre as camadas mais humildes os que tinham sido contaminados pela hipocrisia e pela beatice, que assolavam a sociedade. Isto fica evidente no diálogo entre dois homens que assistiram ao julgamento no qual Simão foi condenado à morte:

– Tu hás-de levar os pequenos a ver o padecente?  
– Pudera não! Estes exemplos não se devem perder.  
– Eu cá por mim já vi enforcar três, que me lembre, todos por matadores.  
– Por isso tu, há dois anos, não atiraste com a vida do Amaro Lampreia a casa do diabo!...  
– Assim foi; mas, se eu o não matasse, matava-me ele.  
– Então de que voga o exemplo?!  
– Eu sei cá de que voga? O frei Anselmo dos franciscanos é que prega aos pais que levem os filhos a verem os enforcados.  
– Isso há-de ser para não o esfolarem a ele, quando ele nos esfolia com os peditórios (CASTELO BRANCO, 2006, p.220).

De tão “desassombrado” que o jovem ficara com a “filosofia do povo acerca da forca”, acaba por conclamá-lo a assistir o seu padecimento: “Ides ter um belo espectáculo, senhores! A forca é a única festa do povo!” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 219).

Simão que havia “mirado as ambições de um nome”, para além do casamento, ambicionava a “glória, o renome e a vã imortalidade”, conseguiu se salvar do patíbulo, mas não nutria mais esperanças. Perdera a luta com os “homens, feitos bárbaros”, autoridades familiares e sociais, e sabia que somente “a Índia, a humilhação, a miséria, a indigência” eram o seu fim.

Mas o que parece mais lhe fustigar é que a sua maior derrota talvez tenha sido pra si mesmo. O rapaz não consegue controlar o seu ímpeto, a sua “índole arrogante que lhe escaldava o sangue”, e mata o pretendente de Teresa – o que lhe impede de prosseguir com sua vida e impossibilita ainda mais sua relação com a fidalga. Isto fica nítido no seguinte trecho de uma das missivas escritas pelo rapaz: “Se tens força para uma agonia lenta, eu não



posso com ela. Poderia viver com a paixão infeliz; mas este rancor sem vingança é um inferno” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 196).

Simão também recusou a oportunidade de fugir. Não suportou a idéia dos dez anos de cárcere, que, quem sabe, pudessem ser abreviados pelo “dinheiro e [pelas] poderosas influências” de seu pai. Também não esperou a morte de Tadeu Albuquerque, maior opositor a sua liberdade, para se ligar de forma definitiva a Teresa, desta forma desimpedida e legítima proprietária da herança paterna. Como o narrador afirma: “Ânsia de viver era a sua; não era já ânsia de amar”. E ainda “precipita a morte de Teresa, arrancando-lhe o alento de última esperança de reencontro” (LOPES, 1991, p. 09), em várias situações. Como Teresa escreve na carta da conclusão:

Assim pode ser, mas, ainda agora, neste solene momento, me domina a vontade de fazer-te sentir que eu não podia viver. Parece que a mesma infelicidade tem às vezes vaidade de mostrar que o é, até não podê-lo ser mais! Quero que digas: – Está morta, e morreu quando eu lhe tirei a última esperança [...](CASTELO BRANCO, 2006, p.292).

O autor também se vale do discurso epistolar para dar conta da história do envolvimento do irmão mais velho de Simão com uma “dama desleal a seu marido”. É através de uma carta do corregedor do crime que Domingos Botelho descobre a situação em que se encontrava o seu primogênito, e pondera que Manuel Botelho “teve ao menos a virtude de não matar ninguém para se constituir amante”. O Magistrado ainda consegue o perdão para o filho que “mudou de regimento para Lisboa, e aí permaneceu até que, falecido seu pai, pediu a baixa e voltou à província” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 260).

Vejamos a carta de Domingos Botelho ao corregedor:

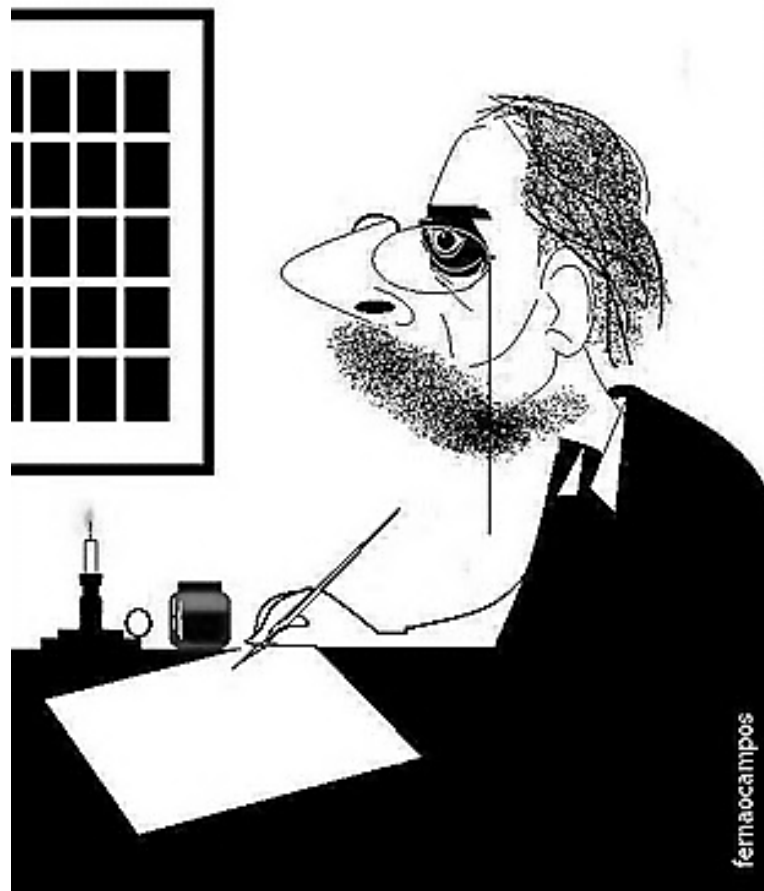
Deste-me notícia duma filha que eu não conhecia, nem reconheço. A mãe desta senhora está no Faial, para onde ela vai. Cuida tu, ou manda cuidar, no seu transporte para Lisboa, e encarrega ali alguém de correr com a passagem dela para os Açores no primeiro navio. A mim me darás contas das despesas. Meu filho Manuel teve ao menos a virtude de não matar ninguém para se constituir amante. Vê se consegues do general, que está aí, perdão para o rapaz que é desertor de cavalaria seis, e me consta que está escondido em casa de um parente. Enquanto a Simão, creio que não é possível salvá-lo do degredo temporário... É uma lança em África livrá-lo da força. Em Lisboa movem-se grandes potências contra o desgraçado, e eu estou malvisto do intendente-geral por abandonar o lugar..., etc (CASTELO BRANCO, 2006, p. 260).

Como apresentado, são inúmeras as funções exercidas pelas cartas em *Amor de Perdição*. O discurso epistolar seria o grande fio discursivo que “alinhava” os diversos excursos à narrativa principal. Várias personagens “usam a pena” para expressar sentimentos, desejos e opiniões, vivenciados no momento da escrita ou recordações de outrora, delineando ou confirmando sua personalidade. O tom confessional dos relatos proporciona ao leitor a sensação de estar diante de escritos sinceros e verídicos, embora por vezes o narrador insinue

que tudo se trata apenas de uma criação, “em um fingir sem o propósito de enganar” (LIMA, 2006, p. 243).

No romance, as cartas acabam por ser um meio de preservar os elos afetivos que as famílias temerosas por sua honra ou dinheiro teimavam em desatar. Sem as cartas, a história de Simão e Teresa não teria sobrevivido à primeira intromissão de seus ressentidos pais. Separados violentamente, privados de sua liberdade, o casal só tinha a escrita como forma de comunicação, fosse para avisar ao outro sobre os rumos que eram obrigados a seguir, ou para falar de seu sublime amor.

Em *Amor de Perdição*— “um dos mais veementes libelos contra as convenções sociais do século, que perduram, insistem e resistem, apesar dos nada desprezíveis avanços da legislação liberal oriunda da constituição de 1826 e das leis subsequentes à vitória de 1834” (DAVID, 2009, pp. 225-226) – Camilo desvela o funcionamento das relações sociais, em sua estrutura, funcionamento e valores, denunciado o “sofrimento injusto ou inútil de que os homens são responsáveis, por maldade, incúria ou tacañez de espírito” (COELHO, 1960, p. 25), às vezes com certo humor e sempre com um bocado de melancolia.



**Figura 11** - Caricatura de Camilo Castelo Branco por Fernão Campos

#### 4 O DESEJO DA ESCRITA: AS CARTAS EM MEMÓRIAS DE GUILHERME DO AMARAL

Domina-me o desejo de escrever-te. Esforço-me em combatê-lo, com todas as forças da alma, do cálculo, e do raciocínio.

*Memórias de Guilherme do Amaral*, Camilo Castelo Branco

*Memórias de Guilherme do Amaral* é o volume final da chamada “trilogia da felicidade”, (CABRAL, 1966, p. 05) composta também pelos romances *Onde está a felicidade?*(1856) e *Um homem de brios* (1863). Esta obra alcançou “na época da sua publicação um sensacional êxito editorial: duas edições num ano, batendo, de longe, as quotas normais de escoamento das obras romanescas do Mestre” (CABRAL, 1966, p. 05), superando os demais componentes do ciclo.

Esta excelente recepção do público é atribuída por Alexandre Cabral a incidências biográficas de Camilo. A tumultuada vida do autor de certo atraía as atenções “do bom burguês de meados do século” (CABRAL, 1966, p. 05), mas não se pode deixar de considerar, independentemente disto, o grande valor estético e histórico da obra.

Vale salientar que o método epistolar, tão ao gosto da época, teria igualmente contribuído para o sucesso de romances de muitos outros autores, como Richardson, Rousseau e Laclos.

Os dois primeiros títulos desta trilogia contam a história de Guilherme e de sua amante, a costureira Augusta, como anuncia o narrador na introdução de *Memórias*:

Na memória de algumas pessoas, vivem ainda os meus romances, denominados: Onde Está a Felicidade e Um Homem de Brios. Guilherme do Amaral, Augusta, Francisco, e o jornalista, amigo de todos, conseguiram captar a simpatia de leitores, que ainda me perguntam por eles [...] (CASTELO BRANCO, 1966, p. 27).

Em *Onde está a Felicidade?* é possível perceber uma dura crítica ao “materialismo grosseiro” da sociedade portuguesa oitocentista, que tinha o capital como sua principal força motriz, “governando e desgovernando os sentimentos” (CABRAL, 1988, p. 316) de “homens infames” e “mulheres frívolas”: “O dinheiro é milagroso, no nosso tempo, como a vara de Moisés em tempos melhores” (CASTELO BRANCO, 2003, p. 173).

Essa visão ecoa em todo o texto e a resposta da questão que intitula romance, ironicamente, mais de uma vez é oferecida: a felicidade está “debaixo da tábua, onde se encontram cento e cinquenta contos de réis” (CASTELO BRANCO, 2003, p. 349), visto que o dinheiro “reabilita, e anistia todos os crimes” (CASTELO BRANCO, 2003, p. 288).

Em *Um homem de brios* a reflexão também se volta para a complexidade dos sentimentos e das relações humanas. Ao contrário do que muitos ainda defendem, nesta obra – bem como na anterior – o amor verdadeiro não é o único sentimento ou razão determinante na atração ou na união entre os casais, que se aproximam em alguns casos por motivos bem menos nobres.

O protagonista Guilherme, enfasiado de seu relacionamento, deixara Augusta, mesmo sabendo que a costureira esperava um filho seu. Contudo, quando o rapaz regressa a Lisboa, preterido pela prima, encontra a antiga amante “reabilitada”: casada, rica, respeitada e agora conhecida como baronesa de Amares. “Guilherme do Amaral, ferido no orgulho” (CASTELO BRANCO, 1983, p. 515), não resiste, tenta seduzi-la a qualquer custo. Mais tarde, é apunhalado em uma emboscada e acaba por ser socorrido e acolhido por Francisco, marido da baronesa. Por gratidão, decide, então, afastar-se do casal. Segundo a observação do amigo jornalista: “Augusta foi salva pelos brios de Guilherme do Amaral. Se não te prostram ferido na rua, se o barão te não paga a hospitalidade que lhe deras, Augusta sucumbia [...]”(CASTELO BRANCO, 1983, p. 591).

Já a ex-costureira, que nesta altura vivia um casamento de conveniência com o primo, oscila entre resistir e ser fiel ao esposo, ou perdoar Guilherme e se entregar ao sentimento que ainda nutria pelo galanteador. Na “luta entre o dever e a paixão” (CASTELO BRANCO, 1983, p. 592), Augusta, mesmo envaidecida pelas investidas do rapaz, recusa-o, mais pela “vontade de humilhar [...] o homem, cujas esmolas repelira” (CASTELO BRANCO, 1983, p. 587). Sua fortaleza “era mais orgulho que virtude” (CASTELO BRANCO, 1983, p. 442), tanto que acaba por se entregar à morte quando se vê novamente abandonada, conforme um trecho da carta desta senhora a Guilherme do Amaral:

Se não estou, a estas horas, entregue à tua vontade, coberta do opróbrio com que o mundo galardoa as paixões desta força em infelizes como eu, a ti o devo, Guilherme. Não mo agradeça a sociedade, nem meu marido, nem a religião... o triunfo é teu; se há glória em suspender pelos cabelos uma mulher que vai alegremente despenhar-se, essa glória tem-na, meu irmão, meu benfeitor!

Não torno a ver-te! Agora, sim, a perdição está consumada! Faltava-me esta agonia final... daqui à morte está o tempo rápido e longamente atormentado como os dias de quem sentiu entrar-lhe no coração o gelo do túmulo. (CASTELO BRANCO, 1983, p. 589)

Em *Memórias de Guilherme do Amaral*, outra conquistado sedutor é descoberta: a letrada Virgínia, personagem que “habita” somente este romance da trilogia. Embora o “editor” tenha recebido recomendações expressas para que usasse um pseudônimo a fim de resguardar “o nome da mulher que maior porção de páginas escreveu do manuscrito” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 48). Esta jovem se apaixonara perdidamente por Guilherme, antes mesmo de o rapaz conhecer a costureira da Rua dos Armênios. Sempre rejeitada, poucas

foram as oportunidades em que realmente encontrara o seu amado. Contudo, escreviam-se repetidas vezes.

Além desta correspondência, o romance ainda “abriga” cartas de Guilherme do Amaral a amigos, nas quais as verdadeiras impressões e opiniões do “gentil galã” são registradas, bem assim outros textos de Virgínia: um diário, uma compilação de algumas poesias e a narrativa da história de sua amiga Raquel, outra “mulher que morreu de amor”(CASTELO BRANCO, 1966, p. 51).

Virgínia, sofrendo a falta de Guilherme, toma à escrita como sua confidente e, ao mesmo tempo, único meio de interpelar seu amado. Absorta no sentimento amoroso, ousa tomar a contramão dos valores da sociedade, e toma a iniciativa no jogo da sedução. Sem a mediação da escrita, isto talvez fosse inaceitável.

Não desiste da troca de cartas nem mesmo quando é desprezada, e passa, então, a viver uma relação dramática entre os cerceamentos impostos pela moral reinante e a busca por uma forma de transgredir estes limites na luta pelo seu amor: “Se eu fosse livre afrontava o mundo, e ia viver a teu lado. A aspiração, que me enleia, o sonho que me enlouquece, é, creio eu, a suprema virtude do coração. A sociedade que me importaria?” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 189).

Talvez por isto, suas cartas transcendam o seu fim primeiro, a comunicação, tornando-se um canal direto da expressão e análise do *Amor*, vivenciado nas mais variadas nuances e exceções. Ora apresentado como um sentimento solitário: “O meu amor alimenta-se de si mesmo, vive de sua própria vida. Amo-o, Guilherme. A minha felicidade é esta união imaterial, contra a qual nada podem as distâncias multiplicadas” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 56). Ora como um sentimento religioso e universal: “Isto, Guilherme, é amor, é vida, é divinização. Deus é poder, razão, e amor; e o homem também em si encerra uma trindade santa; ser, razão, e amor; três faculdades que formam uma só alma, uma mesma vida, e uma natureza idêntica” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 70).

Esta visão também se reflete em sua lírica, embora esta possua uma linguagem com maior sensualidade. No primeiro poema transcrito, a poetisa confessa ao mesmo tempo perplexa e arrebatada por uma “insólita paixão”. Sabendo não ser correspondida, prefere manter seus sentimentos em segredo, atenuando assim o pejo e a humilhação de encontrar-se em tal situação:

**I**

*Sans nommer le nom  
Qu'il faut bénir et taire.*  
S.

No coração, como eu sinto  
fogo e inferno abrasador,  
que me devora, e me alenta,  
que me dá prazer e dor!  
que me tortura, e suaviza,  
que me mata... És tu, amor?

Ai! és! amo, e com delírio,  
com insólita paixão,  
com desejo audaz, violento,  
que me faz ver num vulcão  
o refrigério do lume,  
que me escalda o coração.

E não sou amada! e vergo  
este orgulho natural!  
Rojo humilde a alma escrava  
neste ascoso tremedal:  
reconheço-me aviltada  
por este homem fatal.

Não importa! hei-de afagá-lo,  
em mistério, o meu amor;  
quero sozinha senti-lo,  
como egoísta em minha dor;  
hei-de a pranto alimentá-lo,  
como o orvalho nutre a flor.

Que soberba louca eu tenho  
deste amor, que é todo meu!  
Que nem ele mesmo sonhe  
que alma virgem se lhe deu!  
Este amor é Inferno? Seja;  
pelo Céu não no dou eu!  
(CASTELO BRANCO, 1966, pp.127-128).

Em *Anelos*, o eu lírico manifesta claramente o desejo de intimidade, de comunhão com o ser amado. A sugestão sensorial e tátil, que permeia todo o poema, revela um erotismo contido, insinuado lentamente, em progressão, caminhando do recatado beijo para a entrega total, visível na última estrofe do poema:

**II****Anelos**

Eu quisera em delírio sorver  
de teus lábios o alento abrasado;  
e unir-te ao meu peito agitado,  
e sentir do teu peito o bater;

e dizer-te: 'sou tua!' num beijo,  
e afastar-te da fronte os cabelos,  
e fitar os teus olhos tão belos,  
e faltar de minha alma o desejo;

minha face em teu ombro encostar,  
e sentir-lhe o suave calor,  
e falar-te baixinho de amor,  
e sentir-me de amor escaldar.

E quisera horas magas viver  
do viver da suprema ventura;  
uma hora de amor e loucura,  
e depois... que importava o morrer?  
(CASTELO BRANCO, 1966, p.129).

Nas páginas do seu diário, na verdade cartas secretas a Guilherme, Virgínia era ainda mais autêntica, revelando por vezes, uma paixão erotizada, que implicaria na realização física: “Na verdade, o que existe é a força, a matéria, o sangue, o corpo. Nada te falará de mim, se me não sentires. Sensação matéria e mais nada!” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 170), e ainda: “Digo-te uma verdade que é fogo no coração, e rubor na face. Cem anos de vida pela paixão impetuosa que podias dar-me numa hora! As tuas paixões são incendiárias, e eu queria morrer nelas”(CASTELO BRANCO, 1966, p. 148). Esta linguagem, na qual algum incauto pode ler “ultrarromantismo”, talvez esconda os clamores do sexo.

Nas cartas realmente entregues a Guilherme, a protagonista seguia as convenções, assumindo um discurso casto, sublime e espiritualizado. Já na intimidade de seu diário, descreve um sentimento sensual e permeado de erotismo.

Essa escrita restrita a meios mais reservados, como a correspondência e o diário, espelha um hábito muito comum àquela época. “São numerosas as mulheres às quais o código das conveniências proíbe a publicação e que suprem graças ao diário sua necessidade, quando não a fúria de escrever” (PERROT, 2009, p. 429).

Virgínia escreve para diminuir a ausência, para transformar o distante em presente: “Quando te não escrevo, Guilherme, sinto-me sozinha” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 152). A imagem reproduzida do amado já a satisfaz: “Escrever-te é sentir-te” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 149). Escreve, sobretudo, para aplacar o irreprimível anseio de dizer o que pensa e o que sente. Desejava secretamente alcançar o mesmo “destino de Staël, de Genlis [e] de Sand” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 163). Ao escrever constantemente sobre o seu amor evidencia a sua grande paixão pela escrita, que talvez seja alinhada que entretetece toda a trama: “L’écriture d’une expérience bascule en expérience de l’écriture” (FINKIELKRAUT, 1972, p. 168).

Aliás, Manuel Tavares Teles, em seu *Manuscritos de Gertrudes*, baseado em documentos reais, afirma que *Memórias* poderia ter como matriz um diário amoroso de 267 páginas e uma coleção de 28 cartas possivelmente escritos por Gertrudes da Costa Lobo, uma poetisa portuense que teria de fato amado e se correspondido com Camilo Castelo Branco: “As evocações desta mulher surgiram na obra do Romancista, que veio até a consagrar-lhe as



*Memórias de Guilherme de Amaral*, emocionado e emocionante romance, inteiramente baseado nos manuscritos que dela recebeu” (TELES, 2007, contracapa).

Neste romance, as considerações acerca das condições enfrentadas pelos escritores e a função destinada à literatura naquela sociedade se dão a partir de vários pontos de vista. Logo na introdução, o pretense editor trava uma discussão com o jornalista amigo de Guilherme, só agora identificado como Ernesto Pinheiro, sobre a pouca importância dada à instrução e a falta de oportunidades para os homens de letras.

O “poeta, romancista, erudito” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 36) chega a afirmar que deseja que os seus filhos sejam caixeiros, “ou sapateiros, ou alfaiates ou torneiros,” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 36) pois “viver da pena” não seria garantia de uma vida confortável no Portugal da época:

- És tolo! - atalhou Ernesto. - Estás tal qual te deixei há doze anos!... Um incorrigível tolo! Querias tu, pois, que eu fizesse meus filhos poetas, romancistas, e eruditos, em vez de os fazer máquinas de ganhar dinheiro! Quer-te parecer que seria mais acertado fazê-los máquinas de ganhar o descrédito, a fome e a miséria! (CASTELO BRANCO, 1966, p.37).

Ernesto ainda problematiza a participação dos eruditos na vida política do país, tão frequente, mas nem sempre adequada na sua visão:

A que horas, e em que tempo tu vens pregar-me a educação literária de meus filhos! A literatura em Portugal que é? Pode ser uma clava em mãos devassas, quando os atletas da inteligência untam os braços para a luta na lama da política (CASTELO BRANCO, 1966, p.37).

Já o editor-autor, no seu prefácio, aborda a questão da utilidade da literatura com tamanha atualidade, sem acreditar que esta perverta ou regenere quem quer que seja. Contrariando boa parte dos seus contemporâneos, que viam a arte como um instrumento de educação e de progresso moral:

Esta questão de utilidade, fundamentada em matéria de romances, achei-a sempre, a um tempo, esterilíssima e pueril. É das teses adequadas para esporear espíritos de novatos na república das letras, e mais nada. Para mim é de fé e razão que os romances moralizadores de Emílio Souvestre não vingaram ainda melhorar um mau, nem as novelas licenciosas de dezenas de escritores perverter um bom (CASTELO BRANCO, 1966, p.50).

Este tema seria um dos elos que unem ideologicamente os romances da trilogia, tratada de maneira direta neste volume, mas sempre com certo grau de ironia. Parecendo zombar dos que acreditam nos malefícios da literatura, sobretudo dos romances:

Está ao alcance da observação de todos que a maior parte dos doidos, dos tolos, e dos sujeitos ridículos por suas esquisitices, nunca leram ou nunca imitaram os personagens do mau romance, nem desautorizam sua própria legitimidade de néscios, atribuindo a este ou àquele autor o que é muito seu. Todo o tolo tem uma certa vaidade de o ser originalmente. Ora, atando o fio, eu não receio que as *Memórias de Guilherme de Amaral* derranquem os seus costumes, nem espero que os salguem contra a podridão dos vícios (CASTELO BRANCO, 1966, pp.50-51).

O foco logo retorna às cartas de Virgínia, e a tumultuada relação entre a mulher e a escrita no Oitocentos é posta em cena. Nesta sociedade, a instrução era considerada “contrária tanto ao papel das mulheres quanto a sua natureza: feminilidade e saber se excluía.” (PERROT, 2007, p. 93). Uma mulher culta, que aspirava ser uma autora, não era uma mulher. Era preciso educar as meninas apenas no que fosse necessário para “torná-las agradáveis e úteis”, e não “exatamente instruí-las” (PERROT, 2007, p. 93).

Deste modo, se “viver da pena” era uma tarefa árdua para os homens, para as mulheres era uma “monstruosidade moral e literária” (PERROT, 2007, p. 93). O desconforto seria ainda maior se uma moça solteira, que deveria ignorar o “feio mundo das paixões”, ousasse falar de amor e desejo, tão presentes na literatura masculina, mas totalmente interditados à escrita da mulher.

Conforme Teles apresenta:

Neste opressivo enquadramento, ter opiniões e expô-las não se coaduna com o espírito de obediência que a mulher deve, a todo o momento, evidenciar, como quem exhibe um atributo de beleza; aspirar à cultura revela ambições demasiado elevadas e ridícula ignorância dos limites do “engenho feminino”, pelo que ler e escrever novelas, compor e publicar versos melancólicos e introspectivos, são acções que explicitam inconvenientes defeitos de que a jovem solteira deve, a todo custo, evitar o manifesto (2007, pp. 08-09).

O protagonista de *Memórias* em vários momentos expõe esse olhar preconceituoso da época. Guilherme ao receber uma carta de uma suposta dama enamorada desconfia que sua autoria talvez não fosse feminina. Em sua opinião tamanha correção gramatical e estilo não seriam condizentes com a escrita de uma mulher. Assim, escreve a um amigo e pede-lhe que descubra a verdade:

Lê esse papel, e dize-me que mulher de aí pode assim escrever.

Receio mistificação!

Tu que sabes com quantos m-mescrevem amor as meninas tuas patricias, desde a fidalga maior de vinte e cinco anos, que aprendeu a escrever com o capelão, até à cerejada burguesa que deixou no colégio francês as estúpidas graças portuguesas, e saiu de lá sem graça nem ortografia, tu, dizia eu, que sabes tudo dessa aldeia, descobre-me quem escreveu essa carta. Se foi mulher, cala-te; se é homem, dize-me que dimensões ele tem da cabeça do fémur direito à cabeça do fémur esquerdo, para eu de antemão calcular os pontapés que vou dar-lhe na volta do correio.

Teu Guilherme (CASTELO BRANCO, 1966, p.57).

O tal amigo responde dando conta de que realmente a carta tinha sido enviada por uma moça, nascida em uma boa família, que “não era bonita para uns; formosa para outros” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 58), e vivia sempre a procurar uma forma de corresponder-se com Guilherme:

Há dois meses perguntou-me se falavas em vir ao Porto, e a direcção dos correios para a tua aldeia. Quis avisar-te disto, mas entendi que não lhe davas valor, nem com o teu prazer me recompensavas a preguiça com que te escreveria, e escrevo agora. Ponto final, e adeus até à vista (CASTELO BRANCO, 1966, p.59)

O “diplomado leão” (CASTELO BRANCO, 2003, p. 105) não parecia buscar talento e erudição em suas pretendentes. Não estava interessado no amor “imaterial” que acreditava ser o único “bem” que a “espiritual Virgínia” pudesse lhe oferecer, pois seduzi-la “como quem seduz uma mulher do povo, [seria] um comprometimento muito grave, uma desonra” (CASTELO BRANCO, 2003, p. 110).

Imbuído na lição que aprendera em meio à sociedade portuense – “seduzir, esquecer, comer, beber, dormir, e acordar para seduzir, esquecer, comer, etc.” (CASTELO BRANCO, 1983, p. 422) –, eram os dotes físicos e os “amores fáceis” sem embaraços que lhe despertavam maior interesse. Virgínia, de certo, não correspondia às expectativas do conquistador:

Procurei avistar-me com esta ave-do-paraíso tresmalhada do bando angelical. Vi-a, vi-a com estes olhos malditos, que não deixam coar-se impressão agradável à alma. Vi-a, apalpei o coração, e não lhe senti pulsação de mais nem pulsação de menos. É uma formosa, esplêndida e admirável haste, com uns traços e jeitos varonis como nunca viste! A cara não parece destes tempos, nem deste clima. Faz-me lembrar as viragos descritas por Virgílio, das quais eu me namorava, quando estudava latim, e contava a minha mãe as façanhas da façanhosa Pantasilea. Não gostei, modestamente e desenfatadamente te digo que não gostei! (CASTELO BRANCO, 1966, pp.66-67).

Até mesmo corresponder-se com “a literata” lhe parecia inoportuno. Sentia-se desafiado a pelo menos aparentar possuir o mesmo padrão cultural e o mesmo domínio da língua apresentados pela eloquente jovem, e isto não lhe era fácil:

Estou farto de frasear, amigo A. A espiritual Virgínia obriga-me a bolear, brunir e arredondar o período. Escrevo-lhe, como quem faz manuscritos acadêmicos para serem impressos à custa da Real Academia das Ciências.  
Acho-me velho para amar, e novo para me deleitar com a boa disposição das vírgulas, e o irrepreensível da sintaxe.  
Virgínia estava *ab ovo* destinada para fazer suar o topete do autor do Secretário dos Amantes. Queria ver como o homem se tirava de apertos em correspondência com esta literata, que, segundo me dizem, entende o Fausto, e o Kant. O Kant, amigo A.! (CASTELO BRANCO, 1966, p.80).

Guilherme trata de escrever a Virgínia sem perda de tempo, avisando-a que seu “coração estava morto” e que não poderia mais amar. Chegando a investir-lhe as “honras de parenta”, mas dispensando os seus incestuosos “deveres de irmã”.

O rapaz “derrama” em toda a sua carta a retórica aprendida em “centenares de volumes franceses” (CASTELO BRANCO, 2003, p. 80), os quais lera dia e noite ao ponto de decorar-lhes todas as páginas. Deste modo, na pena do moço, o discurso permeado de emotividade e sentimentalismo, aprendido nos livros, serve-lhe de arma para se defender de uma mulher que lhe era indesejável:

É tarde, Senhora.  
Não a mereço. Quando Vossa Excelência me viu, já o meu anjo bom me tinha levado o restante, o melhor do coração, a minha mãe, que mo pedia do Céu.  
Fui bom: o mundo era péssimo.

Abri o seio, e dei amor a tudo: o mundo escarneceu-me.  
 Os homens, que estimei, eram infames. As mulheres, que amei, eram servidas em altar sórdido por eles, nascidos para elas. É tarde, Virgínia, para lhe oferecer uma alma. O que de mim posso oferecer-lhe é espinhos da minha coroa, coroa que em mim é martírio, e em Vossa Excelência seria ignomínia. Se não pode odiar-me, esqueça-me. Se a piedade a santifica até me estimar, aceite o adeus de um irmão. Vou deixar Portugal.  
 Se pudesse, levava daqui a terra, onde se desfazem os ossos de minha mãe, para poder execrar a pátria, e amaldiçoá-la para sempre. Adeus.  
 G. do Amaral. (CASTELO BRANCO, 1966, pp.60-61).

Na verdade, o conhecido “leão” preferia os ardentes e prazerosos encontros furtivos com Florinda, “a Circe do Porto”: uma senhora casada, cuja condição o isentava de quaisquer obrigações ou compromissos e que não o sujeitava ao torturante “consumo de idéias”, uma vez que não tinha “cérebro”, e sim “bossas em alguma entranha”.<sup>23</sup> Conforme Guilherme descreve em carta a um amigo:

Florinda é uma pilha galvânica. Estou de pé, estou vivo, vibram-me todos os nervos. Eu nunca te disse que é casada esta mulher que subiu ao Céu, a vestir-se de graças, e desceu ao Inferno a abrasar-se nas lavaredas voluptuosas das heroínas celebradas, que Lúcifer, de cem em cem anos, costuma enviar à terra, a fazer colheita de almas! É casada com um sexagenário que a recama de brilhantes, e a manda aos bailes proclamar a onipotência do seu oiro, e as glórias sultânicas da sua posse dele! Os homens que esta mulher tem queimado, os corações sobre que ela assenta os pés - os pés, que fogem à indagação do microscópio - são numerosos (CASTELO BRANCO, 1966, p.90).

Mesmo assim, Florinda não se satisfaz, ressentida pela atenção que Guilherme consente a Virgínia, tenta desmoralizar a rival. Leva ao conhecimento do rapaz cartas que a “menina científica” teria endereçado a outro homem, afirmando que embora fosse tratada por “muito positiva”, nunca teria se humilhado “ao descoco de desafiar quem quer que seja a corresponder-se” com ela:

Senhor! A sua carta é lisonjeira. Estimei recebê-la, porque o amo desde que a sua imagem me sorriu esperanças, que estavam quase mortas. Bem sei que está impressionado, e rendido de uma menina científica; mas com o tempo espero que se quebre o seu encanto. Eu o farei quebrar, mostrando-lhe o que são os santos amores da literata, que já me chamou positiva (CASTELO BRANCO, 1966, pp.81-82).

Guilherme do Amaral, “um homem de brios”, sentiu-se despeitado pela ideia de não ter sido o único a causar tamanha comoção na escritora, cujo estilo “faria dez *Macias*<sup>24</sup> *Namorados*” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 71):

Como explicas tu que eu me despeite com ter Virgínia escrito estas cartas?! Não lhes encontro expressão que a culpe; e, não obstante, a auréola de prestígio que, a meu pesar, a iluminava, vai-se apagando! Isto, a meu ver, é um absurdo da minha vaidade!  
 Vou escrever-lhe. Quero ver como ela explica este devaneio da sua mania epistolar. Naturalmente a impertinência deve acabar com este cheque (CASTELO BRANCO, 1966, p.92).

<sup>23</sup> CASTELO BRANCO, Camilo. *Memória de Guilherme do Amaral*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1966. Ver: p.190: “Florinda, como não tem cérebro, deve ter as bossas em alguma entranha. Eu creio que a imensa bossa – se é que toda ela o não é - da libertinagem dessa mulher é o coração inteiro, onde, em vez de sangue, lhe gira água-tofana com que ela mata o coração dos néscios que a festejam”.

<sup>24</sup> *Macias, o Namorado* – Trovador galego de meados do século XIV.

Entretanto, o outro destinatário das cartas de Virgínia não era exatamente um pretendente. Tratava-se de um jornalista a quem a jovem procurou na intenção de publicar seus textos. Esta iniciativa, na época, era o suficiente para obter o escárnio e a reprovação, não só dos retrógrados ou dos néscios, mas de toda a sociedade, inclusive das outras mulheres:

Escrevi a um jornalista, que tinha um jornal [...] Foi uma loucura; fiz mal; não há homem nenhum que perdoe a uma mulher o respirar ela pelo espírito as agonias do coração. Consente-se que ela chore e morra em silêncio. É o mais que a sociedade lhe consente (CASTELO BRANCO, 1966, p.94).

Conhecendo a natureza desta relação, Guilherme parece arrepende-se da má apreciação que fez do caráter de Virgínia. Mas não estava disposto a sacrificar-se diante a opinião pública mudando sua maneira de agir:

Que estúpida vaidade! Motejei da carta de Virgínia para sustentar o caráter que me atribuem. Desejo que seja lida e admirada uma carta de mulher, que revela alto espírito e muito coração; porém, ao mesmo tempo, receio que me julguem humilhado aos dons raros de quem quer que seja. Não a amo, não poderei amá-la nunca; mas reconheço-me ainda grato à lisonja. Má índole a minha, péssima índole a do século!... O homem social, o homem da roda é isto. Se o não for, será um sensaborão que o nojo dos seus amigos repele...(CASTELO BRANCO, 1966, p.72).

Sendo assim, as memórias de Guilherme e de Virgínia levantam algumas questões problemáticas para as mulheres daquela sociedade. Vejamos...

A primeira diz respeito aos abismos da sexualidade, que chegava à desonra e à “vergonha sem remissão” (PERROT, 2009, p. 250), quando resultava em nascimentos de filhos ilegítimos. O livro de Camilo expõe casos como o de Florinda, que incorria publicamente no adultério, no entanto decidida, parecia não se incomodar com apreciação alheia. Ou como os de Cecília e Margarida, moças solteiras que burlavam as normas, mas que mantinham as aparências e permaneciam incólumes:

Lá estava Florinda, entre dois galãs, contando a um, presuntivo sucessor do outro, a história da minha inépcia. Assim devia ser; porque Florinda, ao ver-me, rira-se. Lá estavam Cecília Pedrosa e Margarida Carvalhosa, umas mulheres a quem eu, na semana passada, prometi amá-las eternamente. Viram-me todas, ofereceram-me todas duas horas de recreio (CASTELO BRANCO, 1966, p.136).

Há também o caso de Raquel, que declarou “guerra à sociedade”, e saiu às ruas com suas filhas nos braços, ao lado do homem que amava, mesmo sem terem contraído os laços sagrados do matrimônio. Mas só ela teve que pagar um alto preço por tamanha infração aos “códigos morais”:

Eu é que não posso: nesta posição a guerra com a sociedade está declarada; as mulheres da minha condição lutam até caírem; e as mais vitoriosas são as que primeiro caem. Censuras delicadamente que eu me mostre ao lado do homem que amo! Pois se eu, sem ele, estava disposta a afrontar o mundo com a minha filha nos braços, mais ufanamente o afronto protegida pelo amor do homem por quem me perdi(CASTELO BRANCO, 1966, p.108).

As “mulheres que o mundo respeitava”<sup>25</sup> gozavam de todo o prestígio e de todas as regalias que a sua posição poderia oferecer. Já as que “o mundo desprezava”<sup>26</sup> sofriam um verdadeiro holocausto social:

A sociedade corta-nos todas as avenidas dos prazeres lícitos, cerca-nos de motejos, de escárnios, de calúnias, e da lama em que muitas vezes se nutre a sua hipócrita virtude; e, se uma mulher, como eu, se mostra, sem acotovelar a sociedade, sem lhe pedir um talher à sua mesa, sem mesmo querer mostrar-se alegre ou lagrimosa, aí lhe saltam os esbirros da moral pública, arrastando-a ao tribunal para se ver sentenciar de infame, visto que não teve a sensatez, de se deixar morrer abafada entre quatro paredes escuras, e ousou vir aos passeios; e à luz do sol, observar o fausto, e acatamento das ilustres devasas resguardadas da injúria pelo escudo dos maridos. (CASTELO BRANCO, 1966, p.109)

O respeito ou o desprezo nada tinha a ver com as qualidades de caráter. Mas sim com saber ou não, querer ou não, valer-se dos atalhos que a sociedade oferecia àqueles que não viviam de acordo com as normas vigentes.

A amiga de Virgínia resistiu bravamente às adversidades do caminho que escolhera. Já “Baltasar, ao quarto mês de quase convivência com Raquel” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 111), ganha “medo à opinião pública” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 111), e a abandona, em busca “da fácil vitória e conquista” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 112) de uma mulher “das quarenta primaveras” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 112). A moça não pôde suportar o “látego do castigo na mão do homem que a despenhara” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 112) e acaba vitimada por tamanha desilusão.

A morte por amor une a história de Raquel, de Virgínia e de Augusta, ocasionando, no romance, um processo de reflexividade, de duplicação especular, em que as três personagens se completam e se fundem, proporcionando uma visão panorâmica da situação feminina no Portugal do século XIX. A cultura e o meio não concorreram negativamente para o caráter destas mulheres; verificando-se pelo contrário, o conhecimento e a erudição ajudam a fazer aflorarem as suas melhores qualidades.

Augusta, “uma mulher simples, com a cabeça, e o coração, e o estômago no seu lugar” (CASTELO BRANCO, 2003, p. 179), em três meses de convivência com Guilherme, lia e escrevia com admirável correção, e Raquel era companheira de estudos de Virgínia:

Ensinei-lhe as línguas que eu sabia; e ela, que tinha mais engenho que eu, ensinava-me o gosto da escrita, emendando-me os erros da gramática, ou a impropriedade dos termos. Discutíamos coisas literárias, e nossas famílias riam, e motejavam os certames de duas mulheres enfronhadas em questões de homens (CASTELO BRANCO, 1966, p.100).

<sup>25</sup> CASTELO BRANCO, *Camilo. Coração, cabeça e estômago*. In: Obra seleta. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. Ver: p.453: “Mulher que o mundo respeita” – expressão original.

<sup>26</sup> Idem. Ver: p.472: “Mulher que o mundo despreza” – expressão original.

Longe de serem mocinhas submissas e moralmente idealizadas, padecem por se oporem aos preceitos sociais, e talvez por não encontrarem no amor (ou nos amados) o apoio e a recompensa merecida. Deixam-se levar pela desejada *Tísica*, um mal na época considerado “como a morte passiva prototípica, não raro, era uma espécie de suicídio” (SONTAG, 2007, p. 27). A tuberculose era “exaltada como a doença das vítimas natas, das pessoas sensíveis, passivas, que não têm amor suficiente à vida para sobreviver.”

Segundo Susan Sontag, a metáfora da tuberculose, na época, era rica o bastante para se dar em duas situações: representava a morte de alguém puro e bom demais para “ser sexual”, e também descrevia as agonias dos que sofriam grande repressão às suas paixões. Vemos isto em *Augusta e Virgínia*. A primeira não consegue resistir aos encantos de Guilherme, mesmo estando casada com o primo, mesmo após superar a infâmia do abandono. A segunda deseja o amado voluptuosamente, e em seu diário chega a descrever os sintomas dessa paixão ardente como uma doença.

A história factual comprova que a *Tísica* causava 65% dos casos de óbito das pessoas com idades compreendidas entre 15 e os 40 anos, nos meados do século XIX. As suas principais causas seriam as particularidades climáticas ou higiênicas, falta de contacto com ar livre, excesso de trabalho, má nutrição, hereditariedade, sem afastar os condicionalismos psíquicos (CASCÃO, 2008, 435).

Sendo assim, são muitas as interpretações possíveis a respeito deste fim escolhido por Camilo para as suas personagens, que pode ser considerado como uma morte corriqueira, para aquelas que viviam fechadas e isoladas dentro de suas casas, ricamente mobiliadas. Um estimado lar que era igualmente uma luxuosa prisão, de onde só costumavam sair rumo à igreja ou ao cemitério. Também pode ser analisado como o prototípico desenlace passionai, romântico por excelência, ocasionado pelo desconcerto entre a personagem e o mundo. Ou ainda, como a redenção pela morte, um castigo moral para quem não segue à risca *os bons costumes*.

Das várias leituras, a que parece ser mais evidente é a da denúncia sobre o destino dado a quem se atrevia a ser diferente aos olhos dos outros no Portugal do século XIX: o desprezo e a aniquilação, uma vez que “a honra não [estava] na consciência, [estava] na opinião pública”(CASTELO BRANCO, 2003, p. 35). Trata-se de uma sociedade onde mulheres inteligentes, talentosas e sensíveis estavam sentenciadas a habitar um “mundo calado”. Para elas a leitura e a escrita eram “um fruto proibido,” sempre de “bocas fechadas, lábios cerrados e pálpebras baixas” (PERROT, 2005, p. 79), e como Virgínia sentenciava: para elas “só é permitido chorar e morrer em silêncio” (CASTELO BRANCO, 1966, p. 94).

Algumas mulheres que desejavam as posições de filha, de esposa e de mãe, também queriam amar, desejar e escrever. Muitas das vezes, tantas ambições entravam em choque, numa espécie de curto-circuito, e a proteção da escritura íntima era uma forma de burlar os preceitos e evitar o embate com o estabelecido. Sem alternativas, estas mulheres buscavam nas cartas e nos diários um meio de fazer ecoar a sua voz, mesmo que murmurada. Por escrito e sob sigilo, poderiam tratar de sentimentos ou de assuntos permitidos apenas aos homens.

Essas pioneiras tiveram a felicidade e o sofrimento de ser o ponto de partida rumo às mudanças, que iriam agitar o mundo e fazer vacilar os pensamentos. Não havia como conter a marcha das transformações. O próximo passo seria a publicação na imprensa, que ajudaria a salvar muitas preciosidades do derradeiro fundo das gavetas, proporcionando visibilidade a talentos como o de Ana Plácido, Guiomar Torrezão, Maria Amália Vaz de Carvalho e tantas outras que estavam por vir.





**Figura 12** - Caricatura de Camilo Castelo Branco por João Ramos

## 5 FERNANDO E PAULINA: AGULHAS EM PALHEIRO?

A semana passada li dum fôlego *Agulha em Palheiro*. Que garbo! É um romance saído de dentro dele como um rato sai dum buraco. É um jato.

*A barca de Gleyre*, Monteiro Lobato

Em 15 de Janeiro de 1863, Machado de Assis anunciava, em crônica escrita para *O Futuro*, que Faustino Xavier de Novais, “redactor principal” (ASSIS, 1963, p. 305) da revista, tinha “entre mãos um romance do Sr. Camillo-Castello Branco, materia de um grosso volume”(ASSIS, 1963, pp. 305-306). Este romance, intitulado *Agulha em palheiro*, seria publicado “capitulo por capitulo”(ASSIS, 1963, p. 306) no periódico, e contou ainda com um irônico comentário do escritor brasileiro a respeito do enredo:

O romance escripto expressamente para o *Futuro*, e propriedade desta revista, tem por título um provérbio: *Agulha em palheiro*. O palheiro é este seculo e a sociedade onde o poeta escreveu; o que o poeta procura é um homem, que chega a encontrar, mais feliz nisto que o vaidoso ateniense. De mulheres é que não ha palheiro no seculo; o proprio poeta o declara referindo-se à sua heroína: ‘Paulinas de certo ha muitas. As senhoras, em geral, são, como ella, todas, quando encontram homens como aquelle.’ Não sei se esta regra tão absoluta pode ser admitida, mas, feitas algumas excepções de que resam até os noticiarios, acho que é uma verdadeira regra geral (ASSIS, 1863, p.306).

*Agulha em palheiro* também seria editado, no Rio de Janeiro e no mesmo ano, pela Tipografia do Correio Mercantil. No entanto o livro parece ter sido “tão descuidadamente composto”(CABRAL, 1988, p. 19), que o resultado não teria agradado ao seu autor. Camilo demonstra o seu descontentamento “com os prelos brasileiros” em pelo menos duas ocasiões. Uma, na carta dirigida a António Feliciano de Castilho, a quem dedicara a obra, pedindo ao amigo que desconsiderasse os exemplares procedentes do “Império”. Nesta missiva ainda é possível notar uma evidente visão negativa em relação ao público do Brasil:

Chegou do Brasilaquelelivrocujadedicatória V. Ex.<sup>a</sup> teve a condescendência de aceitar-me. É possível que algum dos poucos exemplares que vieram para Lisboa chegue à mão de V. Ex.<sup>a</sup> Se isso acontecer, peço-lhe que o não leia. É uma vergonha para os prelos do Império e para mim.

Estou preparando uma segunda edição, que é o traslado do que eu escrevi para os macacos de Santa Cruz. Se V. Ex.<sup>a</sup> encontrar algum crítico, peça-lhe por bondade sua e dele que não leia; e se tiver lido, que suspenda o juízo, se o tiver(CASTELO BRANCO, 2002, p.317).

Os “queixumes” se repetem em *Duas palavras*, prefácio da segunda edição, impressa em 1865, no Porto. “Revista pelo author”<sup>27</sup>, com a “chancela da Viúva Moré”<sup>28</sup>, esta edição não apresenta modificações sensíveis relativamente à anterior<sup>29</sup>:

<sup>27</sup> Conforme a contracapa da segunda edição.

<sup>28</sup>Ver: CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castello Branco*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988, p.19.

A primeira edição deste romance saiu de uma tipografia do Rio de Janeiro. Parece que houve propósito em desdourar os prelos brasileiros! Poderá parecer também que se intentou desdourar o autor; mas semelhante suspeita não vingaria, atendendo a que não é coisa verossímil alguém escrever assim. O que mais depressa poderia crer-se seria que o escritor mais fleumático morresse de fulminante desgosto, vendo a sua obra tão danificada, e suja de todas as nodoas, para lavagem das quais se criaram as quatro partes constitutivas da gramática.

Imprime-se o livro, como o autor escreveu o manuscrito, e chama-se *segunda edição*, porque o título e substância da obra está no livro publicado no Brasil (CASTELO BRANCO, 1985, p.471).

Neste romance, os já débeis limites entre a realidade e a ficção parecem ser ainda mais atenuados por Camilo. Literatura e História se mesclam e se fundem como duas faces de uma mesma moeda. As “invasões das tropas napoleónicas, primeiro, a Revolução de 1820, depois, e por fim as Lutas Liberais, com todos os acontecimentos, mutações e convulsões”(CASTRO, 2004, p. 138), são pano de fundo, e o Portugal deste ínterim, palco privilegiado, sobre o qual se encena o caso de amor entre Fernando e Paulina.

Os conflitos pessoais e o abismo sócio-económico que afastam os protagonistas servem de convite à reflexão sobre a realidade histórica e política da sociedade na qual os amantes se inserem. No entanto, “Camilo não tem ilusões sobre o homem e a sociedade” (CHORÃO, 1993, p. 14), “critica a antiga e a nova ordem social portuguesa dos Oitocentos” (AMARAL, 2007, p. 43). Assinalando que as melhorias trazidas com a nova organização social ainda coexistiam com os valores tradicionais, mesmo que “proclamada a igualdade, extintos os privilégios, rotos os diques que estacavam as prerrogativas das raças nobres”(CASTELO BRANCO, 1985, p. 491). Assim o filho do sapateiro garante: “[os tempos] mudaram; os homens é que não” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 491). E os historiadores Irene Vaquinhas e Rui Cascão confirmam:

Longe do radicalismo revolucionário de outras nações, a sociedade liberal portuguesa optou pela conciliação entre grupos e quadros dirigentes oriundos do Antigo Regime e a integração de novos membros, associando velhas e novas estruturas, tradição e modernidade.

A construção da sociedade burguesa ficou, assim, limitada, assistindo-se uma aliança da aristocracia de nascimento com a burguesia endinheirada, a qual, ao controlar os mecanismos de promoção social, o fará de um modo restritivo, contrariando, na prática, os princípios consignados na Constituição de 1822 (2008, p.442).

Este parece ser um dos principais temas do romance, e um exemplo marcante de tais modificações seria o início do processo de democratização da educação. Para os intelectuais portugueses oitocentistas, a instrução popular seria uma questão capital, considerada por muitos um meio indispensável para a modernização e o progresso do país.

Fernando, um jovem proveniente das classes populares, consegue completar seus estudos e gradua-se em Direito, na Universidade de Coimbra. Situação incomum, pois para

<sup>29</sup> Em um rápido cotejo entre as edições, partes integrantes do acervo do Real Gabinete Português de leitura, notamos apenas a subtração de algumas frases, como “Via digna filha do carrasco!”. Ver 1ª edição de *Agulha em palheiro*, p.210.

muitos a instrução ainda era “uma perspectiva remota, parte de um mundo a que não tinham qualquer esperança de aceder” (MÔNICA, 1980, p. 506). Entretanto, não mais impossível, como fora em épocas anteriores. Xavier de Novais, Vieira da Silva, Lopes de Mendonça, Gomes de Amorim e, é claro, o próprio Camilo Castelo Branco figuram na lista de eruditos provenientes de famílias “desfavorecidas em termo de capital econômico, cultural e social”.<sup>30</sup>

Ter um pai amante dos livros, um homem ansioso por filhos ilustrados, foi fator determinante para a formação de Fernando. Amigo de grandes poetas, como Manuel Maria Barbosa Du Bocage, Francisco Lourenço Gomes, não teve a mesma sorte do filho. A total falta de oportunidade o levou a ser sapateiro. Ressentia-se “da nenhuma educação literária que tivera” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 477) e, sobretudo, entendia que a sua nação deixara “morrer de fome de pão e da pátria” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 477) alguns de seus maiores escritores. Muitas vezes, poesia “rimou” com pobreza e ignomínia em Portugal. Desta forma, era mais garantido continuar com os pequenos negócios herdados por gerações:

Bem sabia ele que Luiz de Camões morrera sem lençol em que amortilhar-se, e Antonio José da Silva numa fogueira, e Maximiano Torres nos presídios da Trafaria, Garção na cadeia, e Quita na indigência, e Bocage no desamparo. Sabia-o, e invejava a brilhante desdita de tais destinos, ao passo que os grandes de entendimento rojavam aos pés dos grandes da fortuna seu ignóbil servilismo para não emparelharem na invejável miséria com os Camões e os Bocages (CASTELO BRANCO, 1985, p.476).

O mesmo ocorre com as filhas Maria Luciana e Francisco. O sapateiro acreditava que “sem educação científica ninguém podia ter futuro”, lamentava por “não poder criar suas pondo fito nas Bernardas Ferreiras de Lacerda e Violantes do Céu”. Se para os rapazes pobres a instrução era uma remota aspiração, para as raparigas era praticamente inalcançável. O saber era considerado contrário à feminilidade, ainda mais para as moças do povo. Mas a senhora Maria Luciana tentava consolar “as tristezas de seu marido, dizendo-lhe que as meninas podiam ser freiras, e instruírem-se no seu convento” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 482).

A vida acadêmica de Fernando certamente não foi um mar de rosas: “Só com muita paciência para ultrajes e desprezos, conseguia formar-se o filho do artífice, que não se abalanchava a entrar em comunhão de ciência com os privilegiados da boa fortuna” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 482). Era constantemente “vexado” por seus “condiscípulos”, preterido pelos mestres e ridicularizado até pelos empregados de seu pai, que secretamente “denominavam-no o *fidalginho*” e “riam á sucapa”, quando “o viam passar no pátio” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 486).

<sup>30</sup>Elaborada por Maria da Lurdes Costa Lima dos Santos, In: SANTOS. Maria de Lurdes Costa Lima dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Editora Presença, 1985, pp.341-348.

Despeitando e atraindo a ira de ricos e pobres, sentindo na pele o tratamento dispensado aos que desafiam o *status quo*, o rapaz chega a desistir dos estudos. Mas todos os esforços e recursos já empregados por ele e por toda a sua família não lhe permitem abandonar a carreira “tão de longe pensada e afagada” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 489). Então aos dezessete anos parte para Coimbra.

Poucos dias após a sua chegada, “organizou-se o batalhão acadêmico para ter parte na guerra da restauração”. “As doutrinas proclamadas eram as da igualdade”. Sem acatar o papel de herói romântico, Fernando se farda antes por rancor, “que votava a fidalgos, por ter sido vítima dos escárnios deles nas aulas de Lisboa”, do que por simpatia à “causa ventilada desde 1820” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 489).

No entanto, a vitória dos liberais não “assegurou a ascensão a todos os empregos civis e militares de acordo com a as suas capacidades e (ou) as necessidades do estado” (VAQUINHAS; CASCÃO, 2008, p. 447). O desvelado e distintíssimo soldado, apesar de condecorado com “o hábito da Torre e Espada,” continuava sendo apenas “o filho do sapateiro”. Encontrava-se ainda sujeito a humilhações como outrora. Sem acreditar em mudanças futuras, o narrador afirma: “e o mesmo será daqui a cem anos” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 491).

Sem esperanças de ser “chamado às funções da república”, Fernando deixa a liberdade do seu país, e sai “a procurá-la noutros pontos do mundo, a fim de compará-la com a que deixara na sua terra, raquítica, derrengada e aleijadinha” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 501), pois “liberdade de morrer de fome, em toda a parte a há, graças a Deus e ao progresso!” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 495).

Em terras estrangeiras, mais precisamente em Florença, “o soldado da liberdade” conhece Paulina, a sua “PRIMEIRA E ÚLTIMA PAIXÃO”. Entretanto, a bela jovem era filha de um abastado desembargador realista, um “homem de poucas letras” e “de uma certa ignorância”. O servo de Dom Miguel, capaz oferecer com muito gosto “metal amarelo a troco de sangue azul”, jamais poderia aceitar que a sua estimada filha pudesse unir-se a um “homem ordinário” e, ainda mais, um *malhado*.

Sendo assim, o senhor Bártolo de Briteiros, “amigo do trono e do altar”, preferia ver a menina casada com o Marquês de Tavira, seu suposto primo e pertencente ao “primeiro sangue de Portugal”. O Marquês, espicaçado “pelo demônio da pobreza”, percebe que casar-se com a filha do argentário desembargador era a solução de todos os seus problemas, e então se lança na campanha contra a união de Fernando e Paulina.

Neste ponto, o impasse está claramente instituído. Camilo utiliza o triângulo amoroso, formado pelo desiludido soldado *mindeleiro*, pela burguesa “endinheirada” e pelo nobre falido, com aspecto de “conflito passional”, para demonstrar na prática o que ocorria “a miúdo” naquela sociedade. No embate entre o Portugal absolutista “velho e roto” e a Pátria que desejava ser “moderna e liberal”, quem termina consolidado é o capital.

Segundo Maria João Paes do Amaral, os infortúnios das personagens, apresentados como vicissitudes de uma “organização social, económica e política imperfeita”, relacionam o “destino individual” com “o destino coletivo”. Somente vivenciados por pessoas “de carne e osso”, com nome, família e amigos, os efeitos das injustiças e dos desmandos cometidos pelas elites dominantes comoveriam o leitor, levando-o a refletir sobre as suas verdadeiras dimensões e consequências (AMARAL, 2007, p. 20).

Homens e mulheres são apresentados a partir de suas virtudes e defeitos, igualmente responsabilizados pelos rumos dos acontecimentos. São capazes de mentir, enganar e dissimular na defesa de seus interesses. Fernando escreve uma enganosa carta à sua família, alegando estar “enfermo de febres” para permanecer em viagem e, assim, próximo à amada. Também Paulina engana o próprio pai, e com tanta naturalidade e desembaraço, que o narrador chega a afirmar: “uma hora de amor é um curso de teatro completo”(CASTELO BRANCO, 1985, p. 558).

Deste modo, as “histórias passionais” teriam a função de despertar o interesse do público, que em sua maior parte desejava ser distraído (AMARAL, 2007, p. 20), mas também, inquieto com o mundo em que vivia, desejava refletir sobre tamanhas transformações. O discurso epistolar, tão empregado por Camilo, se mostra uma estratégia bastante eficaz para “colocar o leitor na intimidade das almas” (COELHO, 1946, p. 552).

*Agulha em Palheiro* conta com cerca de dezesseis cartas e bilhetes transcritos, e mais uma série de alusões a vários outros, enviados e recebidos por várias personagens. Estas formas de discurso permeiam e possibilitam não só o início e continuidade das relações afetivas e sociais, como o evolução da diegese. O discurso epistolar também imprime ao texto um cunho verídico, igualmente reforçado pela referência a fatos e a personagens reais.

Sem a troca de cartas, o casal protagonista não teria como vencer os vários impedimentos impostos pela família e pela sociedade. Neste caso, a iniciativa parte de Paulina, que seguindo o exemplo de sua irmã mais experiente nos meandros do amor, via na escrita uma alternativa legítima para contornar as dificuldades.

– Como hei de eu falar-lhe?! Não vês que o papá já hoje me perguntou o que ontem estivemos a falar com ele na *soirée* do príncipe?... Já me lembrou escrever-lhe duas palavras...  
– Ai! Escrever-lhe! — atalhou Eugenia assustada.

- Pois então? Isso que tem? É crime?
- E se o papá vem a saber que lhe escreveste?
- Quem lho há de dizer?...
- Agora é que eu vejo que o amas seriamente, Paulina.
- Amo: de ti não me escondo, Eugénia.
- Pois então, se queres, escreve-lhe.
- E que hei-de eu dizer-lhe? Eu nunca escrevi... Tu é que já sabes, minha Geni.
- Diz-lhe que não denuncie que te ama: senão que o papá nos tira logo de Florença.
- Só isso?!
- Pois que mais? Quando ele te escrever, então responderás... (CASTELO BRANCO, 1985, p.520).

O narrador, ciente da astúcia e da audácia das moças, senhoras da mais “fina sociedade” que sabiam exatamente como atender os “clamores do coração” sem com isto afrontar o “zeloso” pai, comenta com ironia o comportamento das irmãs:

Ora aqui tem o leitor como conversam os anjos.  
 Quem, com ouvidos corporais, ouvisse aquelas meninas, havia de supor que estavam ali duas criaturas vulgares, como todas as que procedem de Eva, que dialogava com serpentes, e comia frutas da ciência do mal! Cumpre saber que os anjos, em quanto peregrinam cá por estes pântanos do globo, falam segundo ouvem falar. Parece que ao descerem do céu, trazem, como regra, o anexam: *cada terra com seu uso*. A gente não acaba de capacitar-se disto! (CASTELO BRANCO, 1985, p.521).

Fernando, acreditando que a mulher daqueles tempos seria “uma criança que se quer acariciada e bajulada”(CASTELO BRANCO, 1985, p. 506), era na verdade o tempo todo conduzido por Paulina, que mantinha firme em suas mãos as rédeas do relacionamento, e talvez, até de sua própria vida. Isto é evidenciado desde o primeiro bilhete escrito pela jovem, em que ela aponta com “despejo e desenvoltura” uma saída para aquele embaraço:

Paulina escreveu um bilhete assim:  
 O papá é muito desconfiado. Tenha muita cautela, se a separação lhe é tão dolorosa como a mim. Não passeie na praça do Dome àquelas horas. O papá dorme sempre desde as quatro até às sete. Eu tenho uma criada de confiança a quem pode entregar as suas cartas. Adeus. Guarde com amor estas florinhas.  
 Dobrou em tira estreita o bilhete, e cingiu-o em volta das hastes do ramo(CASTELO BRANCO, 1985, p.525).

Tal ardid gera mais uma longa digressão do narrador, que, ao analisar a atitude de Paulina, acaba por revelar com sarcasmo as regras da correspondência amorosa em vigência na época, quando uma respeitável senhora não deveria jamais “escrever aquelas linhas sem previamente ter recebido irrefragáveis provas escritas e orais de uma paixão homicida”. Escrever ao amado “sem ter sido a isso mil vezes solicitada” seria enodoar deveras “o amículo virginal”. Nem mesmo “as damasamestradas em galanterias, escritoras de resmas sobre resmas de cartas amorosas” ousariam aviltar desta forma “a dignidade e o pudor senhoril” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 526).

O narrador, em defesa da jovem, desconsidera os argumentos da censura, e assegura que em seu juízo “a moral tanto se lhe dá que Paulina escrevesse primeiro a Fernando, como

Fernando a Paulina”. Denunciando que o excesso de recato também poderia servir para encapar “comoinocência uma boa dose de velhacaria”:

Uma menina escreve um bilhete a um homem: o mundo sabe-o, e vitupera-a. Outra menina faz-se vermelha de lacre ao receber a primeira carta de um homem: o mundo tem notícia de um pudor tamanho, e cita o exemplo desta santa a quantas meninas o demônio tentador negaceia. Vai, depois, à primeira abre-se o coração de anjo, uns braços de esposo, e um horizonte de suma felicidade; e a segunda, que em solteira não ousara escrever duas linhas a furto de olhos maternos, depara-se-lhe um marido, que só viu nela o merecimento boçal de não saber caligraficamente dizer que o amava! O primeiro pergunta à sua ‘Porque me escreveste’ e ela responde-lhe: – Amava-te. – O segundo faz a mesma pergunta á sua; e ela, a pudica, a santa do pejo, há-de, por mais que tergiverse, responder-lhe: ‘Não te escrevi, porque me não merecias confiança’(CASTELO BRANCO, 1985, p.526).

Em seguida, recomenda, não sem alguma ironia, que às leitoras consultem damas virtuosas e ilustradas para “coisas de tamanha responsabilidade”, pois estas seriam melhores conselheiras que ele, um romancista que apenas assiste e relata os “combates das paixões” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 526).

Quando o casal é descoberto e acusado pelo Marquês de Tavira, também é Paulina quem toma a liderança e corajosamente decide pela fuga. Fernando, com receio da desonra e da difamação, prefere esperar e tentar o casamento civil.

Diante da resistência do rapaz, a moça lança mão de todas as armas que possui para convencê-lo. Em uma evidente estratégia de sedução, convida Fernando para um “colóquio nocturno”, ocasião em que comparece lânguida, chorosa, trajando apenas roupas de dormir e implorando que ele aceite a sua resolução. O soldado, “meio aturdido pelo magnetismo daquela voz, daqueles olhos, daquelas roupas brancas, daquela luz, daqueles braços, que, a tremerem, se lhe ousavam enlaçar no pescoço” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 564), não teve como resistir e acaba consentido com o plano:

Não era necessário tanto. Fernando Gomes estava vencido e convencido. As últimas palavras de Paulina tinham sido cortadas de soluços. Nunca homem algum resistiu a isto! Scipião, o respeitador histórico das mulheres, se visse este lance viria outra vez ao mundo dar testemunho de uma virtude, que a sua celebrada continência usurpava.  
Fernando tomou nos braços a soluçante menina, e disse-lhe:  
– Fugiremos, Paulina. Fugiremos, quando quiseres. Amanhã, se te apraz. Deus vê as minhas e tuas intenções. Espero que nunca te arrependas do passo, que o mundo, a seu pesar, não poderá infamar-te (CASTELO BRANCO, 1985, p.565).

Embora tudo estivesse acertado, a esperada união não se concretiza. Fernando desiste de fugir com a amada quando descobre que Paulina desejava levar consigo a sua parte das jóias que haviam sido de sua finada mãe. Lembrando das advertências de seu pai, que sempre lhe garantia que aquela situação só o levaria a ser “muitas vezes infamado, esmagado e talvez vencido” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 547), e, sobretudo com medo de ser acusado de roubo, o soldado apavora-se e resolve devolver a menina e o seu pequeno tesouro ao



desembargador, contando com a ajuda do amigo secretário da embaixada, Hipólito de Almeida:

– Não fujo; e perdoa-me, Paulina... Nós não podemos fugir. Teu pai vai receber de minha mão os brilhantes de sua mulher e de sua filha; tu entras espontaneamente num convento; de lá requeres dispensa do consentimento de teu pai: sairás de Madrid com honestidade, e eu com honra. É impossível ser feliz, e dar-te felicidade, se faltarem estas condições á nossa união. Isto é irrevogável, meu amigo. Por delicadeza e compaixão não discutas comigo. Temo que este anjo suspeite da minha dedicação, se tu me condenares pela fraqueza das minhas apreensões (CASTELO BRANCO, 1985, pp.572-573).

Enquanto “Fernando se estava naquelas lamúrias e quebrantos” por causa dos brilhantes, o Conde de Rohan, que também pretendia fugir com Eugênia, reagiu placidamente ao ocorrido, fazendo que “o secretário notasse a superioridade do espírito da França sobre o de Portugal”. Fumando um perfumado charuto de Havana e com a chávena de chocolate ao lado, o francês ainda garantiu a Eugênia que continuaria sendo o mesmo “submisso escravo de suas vontades” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 577).

Bártolo de Briteiros aceita satisfeito o retorno das filhas, certo de que nenhum ato indigno fora cometido, e, sobretudo, de que ninguém tivera notícias do ocorrido. Para ele, mantidas as aparências, não haveria criminoso a ser castigado ou reabilitado. Paulina, do mesmo modo, não morre de desgosto ao regressar à casa paterna. Mesmo abandonada, recusa o lugar de vítima e passa “aquele dia sem leve incômodo de sua saúde, nem acessos de lágrimas que mereçam crônica” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 579). Não chora, não se culpa, não reza, parecendo saber que, para obter o que deseja, talvez fosse preciso saber contar com o tempo. E até se divertiu relembando os fatos: “riram com as criadas da figura que elas deviam fazer, quando saltaram á carruagem, desgrenhadas, com os capuzes das capas encarapuçados á laia de feiticeiras” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 579).

Mas, após a fracassada tentativa de fuga, o casal apaixonado não foi mais como era antes. O “roubo das jóias” levou Fernando a acreditar que a menina rica não poderia viver longe do luxo habitual, e então decidiu afastar-se. Nas palavras do narrador, “morreu antes que o matassem.” O rapaz, que já não demonstrava o mesmo envolvimento, limitava-se a responder as cartas de Paulina. Escrevia-lhe sempre com desalentado e “sem a palavra esperança, sem a palavra saudade, sem a palavra amor” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 583). Assim, ela bem o nota:

Meu querido amigo. Nem a cegueira do amor me engana. As tuas cartas dizem-me tudo que está em tua alma. Eu não sei por que desmereci aos teus olhos. Não sei, Fernando! Aquela impensada fuga que eu havia de fazer, com teu consentimento, creio que me tirou todo o prestígio. Esta pobre formosura, que tanto encarecias, já te não inspira mesmo as palavras animadoras que releio nas antigas cartas, com o coração traspassado de dor! (CASTELO BRANCO, 1985, p.585).

O tiro de misericórdia na confiança e no interesse de Fernando é disparado sem querer pela própria Paulina, ao ser informada pelo pai da origem de seu ilustre e sábio soldado. Logo imagina se tratar de mais uma das injúrias proferidas pelo desembargador na tentativa de separá-los. A jovem, enganada por seu conhecimento de mundo e pela inusitada situação em que se encontrava o rapaz, acaba por ofender os brios do amado, ao escrever-lhe contando todo o ocorrido:

Mostrou-me cartas de Portugal, cartas forjadas talvez aqui, e mandadas lançar lá no correio. Todas falam de ti misérias que eu me pejo de dizer. Noticiam que teu pai é um sapateiro de Lisboa, que tua mãe era colchoeira, e que andas por aqui a estragar as economias de teu pai, em quanto ele lá está quebrado de trabalho, cerceando ao pão de cada dia para te sustentar uma vida aventureira. São assim misérias deste jaez. Irritou-me a alegria de meu pai, quando ele com ar de vitória me estava lendo estas calúnias. Não tive mão em mim, e disse-lhe: Isso é tudo falso. Se o pai de Fernando fosse um sapateiro, não iria visitá-lo a Londres, nem lhe daria a decência com que tem vivido ha dois anos em Florença, aqui, e em toda a parte. Meu pai encontrou-o em casa dum príncipe, e o príncipe de Monfort não aperta a mão a filhos de sapateiros, nem ministros de Portugal em Espanha o tratariam com tanta consideração, se ele fosse o que essas cartas dizem(CASTELO BRANCO, 1985, p.585).

Fernando, sentindo-se vilipendiado, da mesma maneira que tinha sido em seu passado de estudante, responde afirmando que as informações obtidas por Bártolo não eram calúnias. Sem procurar entender os motivos que levaram Paulina ao terrível engano, julga e condena a moça, com a recriminação e o abandono. O rapaz escreve a Paulina pela última vez. Sua escrita impressiona pela frieza e formalidade:

Não mentiram ao pai de vossa excelência. Sou filho dum sapateiro, e duma colchoeira. Meu pai está ganhando o pão que me sustenta, e vendendo as suas economias para suprir às despesas que o seu trabalho não alcança. O sapateiro foi a Londres, é certo; mas não foi visitar-me, como vossa excelência presume: foi pedir-me que voltasse á pobre casa, onde minha boa mãe me chamava para me abraçar antes de morrer. Ensurdeci ao chamamento de minha mãe, e não vi as lagrimas de meu pai. Vossa excelência tinha-me levado ouvidos e olhos, deixando-me no coração apenas a fibra do remorso de ser mau filho. Humilho-me diante de vossa excelência, não como filho do sapateiro, mas avergado pelo arrependimento de lhe ter ocultado a minha humilde origem. Foi o coração que me traiu, dizendo-me que para vossa excelência era coisa de nenhuma significação o meu nascimento (CASTELO BRANCO, 1985, p.586).

Na certeza de que a jovem já teria se arrependido, se a fuga de fato se realizasse, ele resolve acabar de uma vez com aquela situação. Rompe com Paulina, assegurando-lhe que a união dos dois teria sido um enorme equívoco, e mais tarde traria somente sofrimentos aos dois. Depois de ter lido a carta de Paulina, Fernando já não poderia acreditar que ela pudesse ser feliz ao lado de um filho de sapateiro:

Não foi a mão de Deus que a susteve á borda do abismo, minha senhora? Que imensa vergonha e agonia devia ser a sua, se vossa excelência a esta hora fosse minha mulher?! Que torturas irremediáveis! Como havia dizer-lhe eu em Portugal o nome de meu pai? Nunca pensara nisto!... Agora me parece incrível que não pensasse! Escrevo-lhe com quanta quietação de espírito se pode, minha senhora. O coração está esmagado. Matou-o a vergonha de ter pulsado em tão baixo peito, vergonha que eu confesso sentir diante da sombra de vossa excelência, agora, e sempre. Veja que horrível organização social esta, senhora D. Paulina! Diga vossa excelência em sua íntima e clara razão, se eu merecia ser vilipendiado por meu nascimento, enquanto não

praticasse alguma ação infamante! Que mal fiz eu á sociedade em ter nascido de operários?... (CASTELO BRANCO, 1985, p.587).

O rapaz, então, compra “uma passagem para a primeira diligência em direcção à fronteira de Portugal” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 587) e despede-se de Hipólito, amigo e antigo camarada do cerco do Porto, prometendo escrever-lhe regularmente enquanto vivesse.

Neste momento do romance, a escrita epistolar deixa de ser um acessório: seguem-se dois capítulos inteiros formados apenas pelas cartas trocadas por Fernando e Hipólito. O primeiro informa o amigo dos detalhes de sua vida após o retorno a sua terra natal. Já o segundo conta todos os fatos ocorridos com a família Briteiros em Madri. Com os amigos separados, a principal função do discurso passa a ser dar a conhecer o que se passou já agora diretamente pela ótica dos missivistas.

Sem as intromissões do narrador principal, ou relato de qualquer outra personagem, o leitor passa a contar somente com a visão e a opinião dos dois rapazes, que, em um tipo de diálogo, fazem diversas considerações sobre a trama amorosa, além de duras críticas à política portuguesa, livrando o autor-narrador de emitir qualquer juízo de valor sobre todo e qualquer assunto.

Nas cartas de Fernando, a precária condição da sua família e a falta de oportunidades encontradas em Portugal são temas frequentes. Nelas o rapaz diz ter encontrado em casa o pai quase cego, a mãe em “estado de decrepitude extraordinária”, uma irmã viúva e a outra abandonada pelo marido. Todos na penúria, pois as despesas de oito meses de viagens teriam consumido as provisões e os bens da família (CASTELO BRANCO, 1985, p. 591).

Sentindo-se na obrigação de reverter aquele quadro de “pobreza, pobreza que se adivinha em tudo”, Fernando decide trabalhar, sem achar muito proveito no seu diploma de bacharel:

Penso em arranjar emprego; mas sinceramente te digo que não sei o para que sirvo, nem como estas cousas se alcançam. Lembra-me abrir loja de conselhos e requerimentos; estou esquecido do pouco que aprendi; careço de muita prática, e de muita paciência. Falta-me gosto, alma e vontade. nenhuns estímulos de actividade me impelem. Este espectáculo inesperado escureceu-me o espírito de modo que nenhum raio d'esperança já pode reanimar-me. Espero em Deus que esta crise não se demore; e, depois, veremos(CASTELO BRANCO, 1985, p.590).

Tomando conhecimento da condição na qual o amigo se encontrava, Hipólito escreve indicando uma solução: o emprego público ou mesmo um cargo político. Para alcançar tão almejadas posições, Fernando teria de seguir à risca a receita que o secretário da embaixada portuguesa havia prescrito:

Estamos em tempos pacíficos. O que há seis anos se conseguia e recebia com a mão a cheirar a pólvora, é preciso havê-lo agora das mãos enluvadas das mulheres, que fazem os despachos nas otomanas, com os ministros reclinados sobre o seio. Advirto-te, para que a decepção te não surpreenda.

Entretanto, meu caro Fernando, o que tu precisas é de encaminhar desde já a tua pretensão, dando ares de que não pretendes. Resgata os teus bens do Cartaxo, se o comprador tos ceder: ostenta uma independência que fira o orgulho vilão dos grandes que não suportam ânimos generosos e isentos; entra na política, e escreve, que necessariamente hás-de escrever coisas excelentes, visto que é esse o ramo de conhecimentos humanos que dá fruto a quem lho pede, e para o qual todo o homem está habilitado. A honra há-de ser-te um empeco à boa saída; mas pode ser que a mesma exceção te aproveite (CASTELO BRANCO, 1985, p.592).

Fernando recusa o conselho do amigo, afirmando que ainda não estava “suficientemente podre para adubar o torrão em que braceja a árvore da imoralidade”. (CASTELO BRANCO, 1985, p. 594). O rapaz decide dar continuidade aos negócios de sua família, conseguindo realizar diversas melhorias, e até alargar “o seu comércio, criando freguesias de lojas nas terras que percorreu” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 600).

Também por carta, Hipólito chega a avisar ao amigo sobre a repentina entrada de Paulina para um convento. Sem por um momento pensar que tal gesto poderia ser por amor, Fernando garante que aquilo não passava de manha de menina mimada, um necessário repouso para que ela pudesse “reassumir as poderosas faculdades de sua juventude, formosura e aspirações.” E ainda acusa as leituras de Paulina, dizendo que a moça era das que simpatizam e copiam os “personagens femininos” dos romances modernos, “quase todos a cópia fiel da brilhante extravagância do espírito”. Sendo assim, não caberiam preocupações e nem seria necessário ajudar a amada.

Antes que a sua menina perecesse no mosteiro, Bártolo Briteiros, por sua vez, morre de indigestão. Após um “jantar opíparo no hotel”, o desembargador “recolheu-se pesado à cama; e, se adormeceu, acordou na eternidade” (CASTELO BRANCO, 1985, p. 599). Sem fazer testamento, Bártolo deixara tudo para as filhas, que provavelmente iriam a Portugal liquidar a herança e seguir para a França, onde Eugénia morava, após casar-se com o conde. Sem mais informações, termina a transcrição da correspondência, e o narrador, de volta às suas funções, afirma: “Nenhuma outra carta nos veio à mão.”

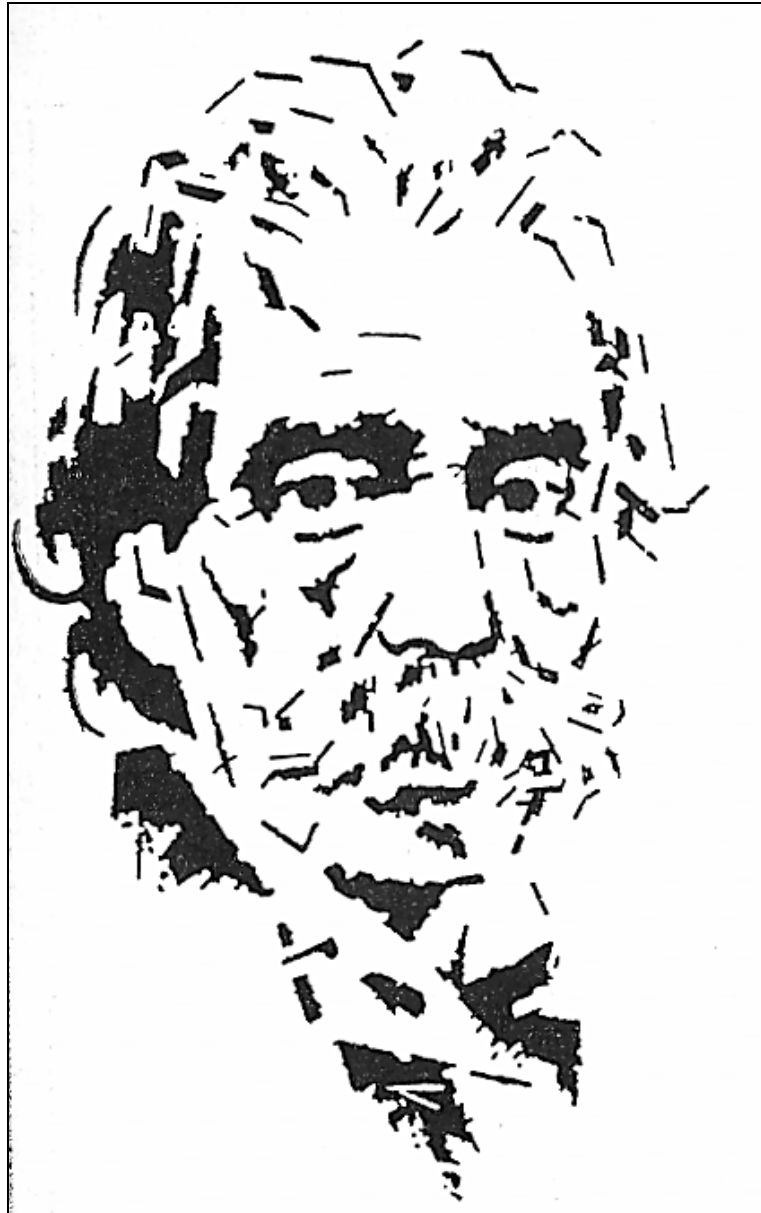
Fernando parecia dar prosseguimento a sua vida, sem grandes sobressaltos, até que um dia, Paulina surge em sua casa, levada pelas mãos de Hipólito. Invertendo os papéis uma vez mais, a jovem ali chega para pedir a mão do antigo amado, que aceita, inebriado, tentando acreditar que tudo aquilo não era apenas um sonho. E o romance se encaminha para o fim, com os membros daquela família, tão acostumados à privação, saboreando uma vida amena e bonançosa ao lado do rico casal.

A conclusão de *Agulha em palheiro* poderia servir de argumento para que um leitor menos atento acreditasse estar diante de mais uma “conturbada história de amor”, um exemplar típico de uma literatura amena e fantasiosa. Justamente a leitura que Camilo parece criticar. Entretanto, um romance “que se ocupa de aspectos mais declaradamente sociais, econômicos” (SANTOS, 1992, p. 112) e políticos não poderia ser só isso. A sua narrativa complexa, estruturada em um discurso polifônico, e permeada de ambiguidade, permite a análise dos temas fundamentais do século sob diferentes ângulos e pontos de vista.

Neste papel, a circulação de cartas surge como meio oportuno para que as personagens possam registrar as suas experiências e opiniões sobre os acontecimentos de um dos períodos mais conturbados da História de Portugal. Em *Agulha em palheiro*, as evoluções trazidas pelo Liberalismo são retratadas e comprovadas. Mais: os seus problemas também são analisados.

O advento e a ampliação da instrução feminina surgem como um importantíssimo dado. A leitura e a escrita possibilitam que essas vozes, antes silenciadas, comecem a ser ouvidas. A esta altura não seria possível imaginar quanto barulho estaria por vir. Não mais tão indefesos, os “excluídos da história”, passariam a contar com uma poderosa arma a ser empregada na conquista de seus direitos.

Formado em Coimbra, o filho de sapateiro, consegue ser recebido e admirado por príncipes e fidalgos. Fernando, mesmo com dificuldades, ambiciona e consegue ir muito além da oficina de Francisco. Paulina, nada frágil e muito perspicaz, percebe que, através de suas cartas, pode transgredir os limites sociais e as imposições de seu tirano pai. Sem castigos e sem culpa, a jovem decide, espera e alcança o futuro almejado. A *Nova História*, pautada justamente nos registros íntimos, comprova que, casos como os de Fernando e Paulina, ainda que não fossem tão comuns, já não eram agulhas em palheiro.



**Figura 13**—Desenho por Saavedra Machado

## 6 A MORTE ESTÁ NO QUERER: LIBERDADE, DESEJO E CULPA EM A SEREIA

Ides ver até que ponto os pais podem infelicitar os filhos; até que ponto a missão augusta do segundo criador pode ser fementida e insidiosa; até que ponto o amor paternal é amor, e donde começa a ser desumanidade.

*Carlota Ângela, Camilo Castelo Branco*

Em *A sereia*, um romance ainda quase desconhecido pelo público e pouco abordado pela crítica, o costume do narrador camiliano de garantir contar “uma história acontecida de que teve notícia” (COELHO, 1946, p. 597) parece não ser mero fingimento. A provável fonte desta narrativa, um manuscrito do século XVIII intitulado *Carta de um amigo a outro escrita no Porto ou a história da vida de D. Joachina Antonia chamada a Sereia*, teria sido encontrada e publicada, em 1930, por Júlio Dias da Costa. As muitas coincidências e divergências existentes entre os dois textos levam a crer que “Camilo partia muitas vezes duma história verídica, embora depois a modificasse” (COELHO, 1946, p. 597) em conformação com o seu estilo ou ideário.

Neste romance, em que quase todas as personagens escrevem cartas, as trocas epistolares têm tamanha importância e funcionalidade que, segundo Serafina Martins, “o evoluir da intriga depende, praticamente na totalidade, das cartas” (MARTINS, 2005, p. 15), chegando mesmo a correspondência amorosa a unir, separar e até encaminhar para a morte os enamorados Gaspar de Vasconcelos e Joaquina Eduarda, conforme observa em dado momento o narrador: “Está, portanto, reatada a correspondência: a mão da insidiosa desgraça soldou os fuzis quebrados daquela cadeia, cuja ultima argola... Deus sabe em que ignomínias e catástrofes está chumbada!” (CASTELO BRANCO, 2005, pp. 86-87).

O triste fim do casal é apregoado constantemente no decorrer da narrativa. Isto se verifica já na epígrafe, que anuncia a “não fabulosa, ou sonhada estória” dos “castigos justamente merecidos”<sup>31</sup>; nos “melancólicos tercetos”, através dos quais o eu lírico lamenta o findar da “pobre moça caída” tragada pelos “abismos da morte” (CASTELO BRANCO, 2005, pp. 27-28); nas falas “premonitórias” de diferentes personagens, como no aviso de António de Souza, cunhado da moça – “Estas mulheres de condição muito afidalgada e rebelde em amores, são como as pessoas muito saudáveis: chega uma hora em que a primeira doença

<sup>31</sup> Camilo emprega como epígrafe um trecho da *Elegiada* de Luis Pereira: Verdades... dinas de memória./ Castigos justamente merecidos,/ Não fabulosa, ou sonhada estória/ Que engana peitos, e embaraça os ouvidos. Ver: CASTELO BRANCO, Camilo. *A Sereia*. Porto: Caixotim, 2005, p. 29.

mata umas, e primeiro amor perde as outras”(CASTELO BRANCO, 2005, pp. 43-44); ou na carta da Tia Joana, uma exemplar esposa de Cristo, para o sobrinho, Sebastião Godim: “Enfim, esta menina tem condão de sorte má”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 79).

Bastou uma troca de olhares para aflorar uma irresistível atração entre Gaspar e Joaquina, no entanto o sentimento entre os dois já nascia interdito. O pai do rapaz, um rico fidalgo, “destinava-o a casar-se com uma prima carnal”, um “negócio tratado”. Do contrário, “como filho ilegítimo, não haveria sequer alimentos da casa paterna” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 45). Joaquina, por sua vez, era órfã e não possuía um dote substancial para garantir-lhes a subsistência dos primeiros anos de bodas.

Desta forma, “a condição feminina e a condição masculina aparecem como sendo igualmente condições precárias” (SANTOS, 1992, p. 42). Os homens solteiros, na qualidade de filhos, estavam do mesmo modo sujeitos à autoridade paterna, e geralmente os seus sentimentos e vontades eram irrelevantes. As principais decisões cabiam ao pai, senhor pela lei e pelo dinheiro, que por isto exercia sobre os seus “dependentes” um grande controle. A desobediência às determinações paternas poderia resultar em punições de diversos tipos, significando em alguns casos a exclusão dos filhos na participação do patrimônio da família. Esta submissão era mais acentuada para os oriundos de relações extramatrimoniais, visto que dependiam do reconhecimento jurídico para “suceder” ao pai falecido.

Seguindo à risca os preceitos sociais e familiares, os homens teriam garantida a possibilidade de ultrapassar este estado de completa submissão, “transformando-se em vítimas da lei para seu executor, de oprimido a opressor” (SANTOS, 1992, p. 42), ascendendo à posição de marido, de pai, de chefe de família. O mesmo não ocorria com as mulheres, que sempre precisavam buscar outros meios, valem-se das brechas já existentes naquela estrutura social, para realizarem seus anseios sexuais ou amorosos.

Devido aos impedimentos, Gaspar e Joaquina decidem justamente trilhar uma dessas rotas alternativas. O casal não se deixa abater e garante uma forma de se corresponder em segredo. Na impossibilidade de um encontro, as primeiras declarações e juras de amor por eles permutadas se realizam pela escrita. O rapaz, exultante, remete pelas mãos de um empregado, previamente recompensado, um hiperbólico bilhete: “Antes morrer que não tornar a ver V. Ex.<sup>a</sup>. Se for sua vontade, irei procurá-la ao fim do universo. Escreva-me V. Ex.<sup>a</sup>. Peço-lhe com as mãos erguidas. G. de Vasconcelos” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 53). A moça em “douto contentamento” responde desejando definir os próximos passos daquela relação:



Se eu pudesse vê-lo, seria menos desgraçada. É o primeiro homem que amo, e amarei até ao fim da vida. Fico ao pé de Barcelos, na freguesia de Bastuços. Como hei-de eu vê-lo, sem ser descoberta? Não sei. Tenho um irmão que há-de ser mais severo que um pai. Não me esqueça, e esperemos a sorte. J. Eduarda(CASTELO BRANCO, 2005, pp.53-54.).

A súbita alegria da moça denuncia a todos a existência de seu amor clandestino. “Não tardou a desconfiança” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 42) do irmão, o padre Sebastião Godim. O clérigo, no entanto calou-se, permanecendo em vigília, para em momento oportuno averiguar as suas dúvidas. Até o dia em que o mensageiro descuidado acaba sendo surpreendido debaixo da janela de Joaquina, após uma troca de bilhetes. O acontecido interromperia a correspondência clandestina entre os enamorados, separando-os pela primeira vez:

Surgiu de repente á quina do cunhal da casa, e viu retirar-se o mesmo homem debaixo duma janela. Desandou era redor do passal, e saiu-lhe á frente. Acercou-se do homem, lançou-lhe a mão à lapela da jaqueta, e disse-lhe:

– A carta que levas! Não te demores em dar-ma, senão quebro-te os braços.

– Está aqui, senhor – disse o homem aterrado, e entregou-lha.

– Espera! – ajuntou Sebastião Godim.

Leu a carta, dobrou-a, voltou-se placidamente ao criado de Gaspar, e disse-lhe:

– Vem comigo, que não te faço mal.

O homem seguiu-o.

– Espera-me aqui – disse o padre entrando ao quinteiro da residência.

Subiu ao seu quarto, e escreveu em meia folha de papel: A carta dirigida por Joaquina Eduarda ao Sr. Gaspar de Vasconcellos fica em poder do filho de Fernão Casado Godim.

Saiu ao patamar, chamou o criado, e disse-lhe:

– Entrega isto a quem te mandou (CASTELO BRANCO, 2005, pp. 57-58.).

O religioso decide não punir a querida irmã, talvez por julgá-la a parte mais fraca e suscetível do casal, apenas inquirindo-lhe sobre a sua intenção ou forças para romper com aquela “impensada união”. A resposta negativa encaminhou o padre rumo a Braga, cidade onde residia a família de Gaspar. Na certeza de não poder contar com o beneplácito de Pedro Vasconcelos, Sebastião Godim roga ao pai de Gaspar que pelo menos o ajude na defesa da menina face à “sedução de seu filho”, pois a “vontade e autoridade de pai podem muito, a de irmão pouquíssimo”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 60). O velho fidalgo garante tomar todas as medidas cabíveis contra o “malvado”, que persistia na infâmia de “seduzir a filha de Fernão Godim” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 60).

Este fato evidencia que, se a menina não tivesse origem e sobrenomes ilustres, o episódio seria “caso de pouca monta”, como foi o da “filha do chapeleiro”, mãe de Gaspar. Maria Pereira, seduzida e abandonada, não pôde criar o filho. Morreu fechada em um convento e sem macular a honra do seu sedutor. Pedro de Vasconcelos, embora diga lamentar e arrepender-se da “desonra a que ele vitimara uma família honesta, roubando-lhe a filha única” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 187), permanece irredutível nas questões de vínculo e patrimônio mesmo diante do grande sofrimento do filho.

A moça, sem esperanças de receber “novas de Gaspar”, “pensava em escrever-lhe; mas não tinha pessoa de quem confiasse uma carta, e menos ainda quem do correio lhe trouxesse a resposta” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 61). “Reclusa no seu quarto, ou passeando na sala escura da residência de velhas e nuas paredes, faltava-lho ar e sol” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 62). Joaquina decide então procurar a “liberdade no claustro” (SILVA, 1855, p. 51), numa tentativa de reatar a comunicação com o amado. Ela pede permissão ao irmão para ingressar no convento de Santa Clara, e por ele logo é advertida sobre os riscos e as contradições da vida conventual:

Observo-te, minha irmã, que nos conventos chora-se pouco e não se ora muito; pelo menos a eficácia das orações, nos tempos correntes, é moderada. Parece acertada a resolução de entrares em Santa Clara, se o teu fim é distraíres-te. Lá verás muita frivolidade, muita vaidade, muitas paixões ruins, muitíssima hipocrisia ao decair da vida, e raríssimos exemplos de sincera virtude. Se estes puderem mais em ti que os maus exemplos, abriga-te no seio de nossa tia, e esconde-te lá. Se os maus exemplos te seduzirem, de nada valerá o resguardo e conselhos da tia Joanna. Seja como for, Joaquina. Não serei eu que embarace a tua determinação (CASTELO BRANCO, 2005, pp.62-63).

Joaquina arruma os seus baús, muito satisfeita com o rumo dos acontecimentos, despertando suspeitas em Sebastião Godim. O padre trata de desenganá-la com uma carta de Pedro de Vasconcellos. Novamente a escrita epistolar recebe destaque e movimenta a trama. Nesta missiva, o fidalgo assegura “que o filho estava a concluir a formatura na Universidade, e lhe jurara nunca mais inquietar a Sr.<sup>a</sup> D. Joaquina”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 61). A moça, mesmo ressentida e angustiada, segue para o refúgio religioso.

A estada da protagonista no convento de Santa Clara proporciona um exame detalhado sobre os tipos que lá circulam. Há devotas impolutas e severas cujo radicalismo em matéria religiosa muitas das vezes lhes conduzia às raias da tirania. Há também “freiras da má nota”, que permanecem junto às grades ou no mirante em “arraiais de amor”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 66) com religiosos, militares e acadêmicos.

A crítica de Camilo, neste passo, parece não incidir apenas sobre a falência do sistema eclesiástico. Também diz respeito à forma com a qual cada indivíduo se relaciona ou concebe a religião. A inveja, o fanatismo e a injustiça são muitas vezes apresentados como parte da vida humana. O convento não é, e nem poderia ser, imune a tudo isto, conforme afirma a tia da menina: “Isto aqui dentro, filha, é um mundo pequeno: há bom e mau” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 52).

De fato, a vida que Joaquina Eduarda levava na clausura era bem mais movimentada do que aquela na residência do irmão. Após uma semana, “assaz aborrecida” de rezar para a “superabundância de santos e santas” de devoção da parenta, Joaquina Eduarda “emancipa-se”. A noviça troca a monótona companhia da tia, a sóror Joana do Rosário, pela das

“religiosas menos empoeiradas do convento”, e em pouco tempo descobre a existência de “uma grade chamada de galhofa” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 66), lugar onde concorriam os “pretendentes” das “freiras e noviças mais folgazãs”. “Se as paredes dos conventos falassem, que intrigas, que escândalos, que aventuras curiosas nos não refeririam!” (SILVA, 1855, p. 51).

Na “galhofa”, a espevitada mocinha não só consegue obter notícias de Gaspar como também volta a encontrá-lo. O rapaz, por escrito, justifica a sua ausência “até à superfluidade”, afirmando que a sua “paixão levava-o aos braços da morte”. Os colegas estudantes já “o consideravam tísico”. Gaspar preferiu “agonizar em silêncio, a matar-se de um golpe de suas próprias mãos” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 68). Esta seria mais uma evidente referência à tuberculose como um suicídio passivo na obra de Camilo. Esta não seria, neste romance, a última tentativa de suicídio cometida pelo rapaz, “esmagado pela prepotência do pai” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 68).

Neste ponto, Joaquina e Gaspar amavam-se “com a seguridade, confiança e liberdade de esposos separados por seis palmos de parede-mestra interposta a duas reixas de bom ferro sueco.” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 74) Os “noivos” planejavam o casamento para depois da formatura do rapaz, quando ele poderia exercer seu ofício e garantir-lhe o sustento. Embora o narrador logo desabilitasse as pretensões de Gaspar, afirmando que o travesso estudante “não sabia uma lei do Digesto” e “nem um artigo das Decretais” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 72).

A felicidade dos dois não duraria muito. O comportamento rebelde da moça era demasiadamente inoportuno até mesmo para as “flexíveis” normas do convento. Joaquina Eduarda não mantinha os hábitos e nem a discricção necessários ao noviciado. Quando não estava se deleitando escrevendo a Gaspar, “era apanhada em corrimaças e alaridos pelo pomar ou no mirante, ou à saída das grades de galhofa” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 73). Suas atitudes desagradavam tanto às freiras “emulas da formosura dela” quanto às mais austeras, que, preocupadas com a publicidade dos atos de menina, passaram a exigir de Joana do Rosário a retirada daquele “mau exemplo de outras seculares, e braço poderoso do inimigo para perdição das noviças” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 77).

Naqueles idos, para conseguir respeito e prestígio, dentro e fora dos monastérios, o essencial não era seguir os conceitos morais e religiosos, mas afirmá-los publicamente, conforme fizeram “algumas dúzias de pecadoras, que, chegadas à idade de D. Joana, enganaram o demónio, e morreram como predestinadas, segundo consta dos fastos legendários de Sta. Clara”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 73).

A sóror escreve ao sobrinho queixando-se das atitudes de Joaquina. Na expectativa de apressar a visita de Sebastião ao convento, e assim livrar-se mais rapidamente daquele embaraço, Joana do Rosário conta tudo o que sabe sobre o namoro da menina:

Depois que eu soube, circunstanciadamente, que ela tinha chichibéu que passava as tardes na grade, e vinha a isso de Coimbra, onde está a tomar grau de licenciado, não pude ter-me que não a repreendesse muito, até porque me mentiu sem necessidade. Não fez caso, e mandou-me tratar das coisas do céu, e não me intrometer na vida das raparigas. Acho que ela tem razão; mas eu também a tenho para a não querer comigo, que hei-de responder por ela primeiro a Deus, depois a este convento, e por fim à minha consciência (CASTELO BRANCO, 2005, p.78).

O padre recebe a carta, e a má notícia contida nela, enfermo. Desgostoso e abraçado por “ímpetos impróprios de seu ministério”, Sebastião Godim, sem nada poder fazer para solucionar os problemas da irmã, escreve a “Pedro de Vasconcelos nestes termos”:

Gaspar mentiu como vilão. Não pode ser filho de Pedro de Vasconcelos. A mãe devia de iludir a V. S.a para poder dar nome ao filho de algum lacaio. Lamento-me de ser padre. Mal hajam os acasos da vida e da fortuna que me agrilhoaram honra e brios às colunas do altar ! Sem mais.  
Sebastião Casado Godim. (CASTELO BRANCO, 2005, p.79)

A sucessão de cartas dita mais uma vez o ritmo e o curso que a trama irá seguir. Pedro de Vasconcelos toma conhecimento da nova investida do filho. Envergonhado e humilhado com a situação e profundamente ofendido com as palavras do padre, o fidalgo exige que Gaspar se recolha a uma quinta em S. João de Rei, depois de ter-lhe dado uma surra com uma grossa bengala.

Joaquina também recebe um bilhete de Gaspar, no qual o rapaz relata os efeitos e os castigos recebidos em decorrência da “infernical carta” enviada por Sebastião Godim. A noviça de pronto desconfiou “da tia como denunciante, e insultou-a. Raivou contra todas as inimigas, e pediu aos céus que arrasassem o convento, aquele covil de hipócritas e intriguistas” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 80). Queria voltar para a casa do irmão. Agora a liberdade do claustro parecia-lhe inútil. De tanto esbravejar e insultar tanto a sua tia Joana quanto as demais seculares, Joaquina passou a ser considerada uma “doida furiosa”.

Segundo Susan Sontag, uma criatura inquieta, imprudente, sujeita a excessos passionais, poderia ser considerada, no século XIX, portadora de algum distúrbio mental. A loucura, também era associada à insubmissão e aos chamados desvios da sexualidade, e necessitava ser contida, pois era vista como um “consumo, dispêndio, desperdício de vitalidade” (2007, pp. 35-57), podendo levar o indivíduo à morte.

A sóror, que rezava o “Magnificat” e benzia-se a cada injúria da sobrinha, mesmo considerando que Joaquina pudesse estar gravemente enferma, só se consternava com “arrependimento e escrúpulos” por estar de alguma forma envolvida na confusão. Sem

sombra de piedade ou caridade cristã, a religiosa insiste na presença do sobrinho, rogando-lhe que “viesses depressa livrar o convento” daquela terrível aflição (CASTELO BRANCO, 2005, p. 81).

Os membros do casal, novamente separados, retornam “ao seio” de suas famílias. Mas não tardariam a encontrar outro meio de estabelecer “contacto, ou efetivo ou através das cartas, que circulam abundantemente à margem do conhecimento das figuras tutelares e vigilantes”(MARTINS, 2003, p. 206). No romance, a arrebatada paixão proibida tende a arrastá-los para uma existência em trânsito, na qual ora se aproximam, motivados pelo desejo, ora se afastam, devido à oposição familiar. Este movimento cíclico iria culminar na fuga, que, pela distância ou representatividade, seria a maior de todas as viagens. Para Joaquina Eduarda, viagem sem volta.

A radical solução foi sugerida pela moça: “Fujamos: onde puder ser, unamo-nos, e depois Deus será por nós. Se teu pai nos não perdoar, pode ser que meu irmão ou meu cunhado nos dêem abrigo” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 93). Na intenção de ganhar tempo e conseguir levantar uma considerável soma, para a derradeira partida, Gaspar finge aceitar o noivado com a prima.

Tratadas “as combinações da fuga, e avizinado o dia almejado” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 109), Gaspar e Joaquina passam a experimentar uma contraditória combinação de sentimentos. Sentiam remorsos pelo “crime” que iriam cometer, mas não tinham forças para ceder daquele intenso desejo:

Gaspar não podia explicar-se o quer que era de susto, amargura e desalento que lhe esfriava a resolução. Encarava nas câs do pai, e escondia o assomo das lágrimas; olhava para dentro de si, e via-se deforme e sujo na consciência e na honra. Mas a este titubar dos espíritos acudia o coração, lampejava a imagem de Joaquina Eduarda, e logo os olhos se enxugavam, a consciência retraia-se, e a honra escurentava-se desluzida pelos incêndios do amor.

Ao mesmo tempo, a irmã de Sebastião Godim, cada vez mais estremeçada dele, e cativa da magnânima alma com que o seu benfeitor fingia ter esquecido das leviandades dela; olhava-o com tão piedoso e quebrantado lume de olhos [...] E chorava a sós, em quanto o anjo da desgraça lhe não passava pelos olhos a mão refrigerante, e não afogava no seu tremedal o anjo bom que lhe feria a ela o peito com o toque despertador de suas asas. Depois, era o desapertar-se o peito em doçuras de amante e de esposa, em esperanças de longa vida, com os honestos contentamentos da felicidade conjugal (CASTELO BRANCO, 2005, pp.109-110).

Já em fuga, a única cena de intimidade do casal descrita no texto é a de um recatado beijo na face: “Gaspar, quase subjogado pelo instinto esquisito dos beiços no inexcitável prazer do ósculo, do primeiro ósculo, quero eu dizer, na face virgem deles” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 113). Certamente por Camilo não ser, declaradamente, um escritor que pretenda “devassar alcovas” (CASTELO BRANCO, 2006, p. 83), em *A Sereia*, apenas insinuações sobre o ato sexual são observáveis. Mas, não nos enganemos, o erotismo está

presente no romance. Com atenção, é possível deduzir a “consumação das núpcias” no relato e na descrição da fuga dos enamorados. Num primeiro momento o narrador afirma que Gaspar e Joaquina “já por noite chegaram ao Porto, e recolheram-se cautelosamente a uma estalagem de Vila Nova de Gaia” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 113), e mais adiante relata que na manhã do dia seguinte, na hora em que Sebastião Godim “vertia novos prantos diante do leito de sua mãe, e de sua irmã, dormia ela o seu matinal e primeiro sono” naquela hospedaria (CASTELO BRANCO, 2005, p. 118).

Devido ao “valimento de Pedro de Vasconcelos com a igreja e com a magistratura” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 120), o casal, além de não conseguir o sacramento do matrimônio, se descobre perseguido pelo corredor do crime, tendo que sair o mais rápido possível do solo pátrio. Então, Gaspar e Joaquina escolhem Sevilha, a “cidade mais convizinha, mais própria a devaneios amorosos, e mais poética residência de amantes” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 121), para enfim repousarem dos sustos, que lhes “agourentavam as delícias do coração”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 121). Aqui, a Igreja e a justiça são, uma vez mais, instituições a serviço dos interesses dos mais favorecidos.

Os enamorados foram felizes enquanto durou “o ouro”. Eles riram muito, cantaram, dançaram e zombaram do mundo hipócrita e preconceituoso deixado para trás, lendo *D. Quixote*, e o *Grão Tacanho*, o *Lazarilho de Tormes*, e *Gusmão d’Alfanche*, e o *Diabo coxo*. Devido à origem ilustre, o casal foi recebido e admirado pelos patricios expatriados que por lá viviam, sem embargo da sua condição clandestina. Todos queriam ouvir a maviosa da peregrina cantora, que, devido aos seus dotes, fora alcunhada Sereia. “Ora, se a felicidade não era aquele viver, se aquelas delícias não eram o prazer novo que o sibarita não chegou a descobrir, então não sei eu que haja gozar neste mundo!”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 121).

Entretanto, os três mil e duzentos cruzados subtraídos de Pedro de Vasconcelos e Frei João estavam prestes a se findar. Era a incidência imperiosa do dinheiro, que se insurgia como elemento imprescindível à manutenção do relacionamento amoroso: “É o amor que vai fugindo à vanguarda da pobreza”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 138), afugentado “pelas baixezas que nós rasamente chamamos almoço, jantar, ceia, aconchego, comodidades, e guarda-roupa abundante”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 139).O amor, neste romance, não vence as barreiras das necessidades materiais, e a paixão “termina quando o princípio da realidade se impõe ao princípio de prazer” (MARTINS, 2003, p. 208).

Na verdade, tanto Gaspar quanto Joaquina se lançam naquela aventura contando com o perdão e o respaldo de suas famílias. Desejavam até manter-se com rendimentos próprios,

mas nem toda a função era adequada a um fidalgo, e não haveria um emprego apropriado para uma senhora.

Na iminência da ignomínia e da fome, o casal arrepende-se do que fez. Gaspar “já se espantava de sua fascinação e da cegueira com que se deixara perder, e mais ainda. O desgraçado lembrava-se de sua prima Paulina. Amá-la não podia; mas ouvia uma estúpida voz interior a dizer-lhe que devia conformar-se à vontade do pai, e aceitar uma esposa, que lhe não seria jamais na vida empeço aos gozos da mocidade” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 142). Joaquina entrevedo “o abandono, a miséria, ou a esmola recebida num convento de mão inimiga” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 141), que assim lhe pagaria “a desonra e o silêncio”, sentia saudade dos loureirais do passal de seu irmão, embora ambos também tivessem vergonha do arrependimento.

Aguilhoado “pelos ditames da necessidade ameaçadora” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 132), Gaspar então escreve ao pai uma “longa carta, friamente pensada, com todos os patéticos duma engenhosa retórica”. Mas Pedro de Vasconcelos continuava inflexível, firme no que julgava ser a defesa da sua honra, e escreveu:

Receberei Gaspar em minha casa; mas solteiro. Prontifico-me a dar à criatura, que ele tem consigo, uma pensão anual que a sustente num recolhimento, em quanto a sua família a não sustentar. Ou isto, ou nada. Não respondo a mais carta nenhuma, contrária ao que levo dito. – Braga, 20 de Janeiro de 1765. – Pedro de Vasconcelos (CASTELO BRANCO, 2005, p. 132).

Ofendido, Gaspar se recusa a reservar para Joaquina o mesmo destino que Pedro de Vasconcelos reservou um dia à sua mãe. E num ato de fúria, replica ao pai: “Gaspar, filho de Maria Pereira, responde ao sedutor de Maria Pereira, que é menos vilão que seu pai” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 132). No entanto, deixa Joaquina em Sevilha e retorna a Portugal, para não mais regressar.

Gaspar, ao fim e ao cabo, segue o mesmo caminho de Pedro de Vasconcelos: deseja, seduz, abandona e sente culpa por isto. A diferença é que o rapaz não conseguiria seguir em frente, como fez o pai.

Quando encontra o velho fidalgo no convento de Tibães, Gaspar, que já tinha desejado a morte do pai, se choca com o estado dele. E desde então, passa a sentir remorsos:

Contemplou as cavadas feições do pai, que, em dois anos, tinham precocemente envelhecido. As alvíssimas barbas cobriam-lhe o peito. As costas das mãos descarnadas, com os tendões encorreados sobre os ossos, eram cadavéricas. As lágrimas derivavam a quatro nas faces do filho. E a consciência dizia-lhe: O que tu fizeste de teu pai, e daquela mulher feliz e pura, e do irmão virtuoso e extremo daquela mulher... e o que fizeste de ti, algoz de quatro existências!(CASTELO BRANCO, 2005, p.153).

O rapaz é convencido a ficar, em consideração ao debilitado estado de saúde de seu pai. Sem ter saída, Gaspar envia a Joaquina uma carta dando conta da sua resolução,

sugerindo que a moça entrasse para um convento de sua escolha, com o intuito de esperar o desenlace de Pedro de Vasconcelos, para novamente se encontrarem. Joaquina revoltada responde:

Agradeço a piedade dos teus. Não entro na clausura. Não tenho coração que dar a Deus. Como não sou estorvo á felicidade de ninguém, deixem-me chorar livremente fora de ferros, e esqueçam-me. A mim, para te esquecer, basta-me a separação duma pedra, que é a porta da eternidade. Adeus, Gaspar (CASTELO BRANCO, 2005, pp.169-170).

Certa de que não teria mais Gaspar de volta, e supondo que o futuro lhe seria a desgraça, a Joaquina enlouquece. Sem ter como garantir seu sustento, Joaquina sabia que estava condenada a viver da comisseração alheia, e parece não suportar os horrores que pensava estarem por vir, e se ausenta na loucura.

Para Gaspar de Vasconcelos, que não contava mais com o refrigério da religião, que se encontrava esmagado pela culpa e cansado da sua existência infame, tomar conhecimento da demência de Joaquina Eduarda foi a gota d'água. O rapaz, que já se punia com uma vida austera, não consegue mais lidar com tantas dificuldades e tenta o suicídio.

Por um lado, o ato de Gaspar pode simbolizar a vontade de ser castigado, um sentimento profundo de culpa. Por outro, pode ser entendido como uma reação a tantas limitações que lhe eram impostas, um grito de um homem vencido. Seria “preferível o suicídio mais imundo à mais higiênica servidão” (SÊNECA, 1991, p. 269), conforme indica a sua última leitura, uma carta de Sêneca:

Há nada mais estúpido que ser delicado no morrer? Digno e generoso é o homem, cujo acabar de sua mão está. Vede-o com que bravura se embebe um punhal! A coragem com que se ele despenha às profundezas do mar, ou de alto a baixo por sobre espantosos fragedos! Quando todos os recursos lhe escasseavam, ainda tinha de seu com que dar-se a morte, para ensinar ao universo que o morrer está no querer. Pensem o que quiserem desta acção; mas concedam que a mais torpe morte é preferível à mais brilhante servidão (SÊNECA, apud: CASTELO BRANCO, 2005, pp.194-195).

A tentativa de suicídio não obteve sucesso, e o rapaz sobrevive carregando uma sequela, “um tumor sanguíneo”(CASTELO BRANCO, 2005, p. 194), tinha “ali a morte certa para uma hora imprevista. Poderia viver meses, ou ainda anos, se o não sobressaltasse alguma forte comoção física ou moral” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 197). Desgostoso e enfermo, é ele quem parte para o claustro:

–Convento? – exclamou frei João – Por ventura desceu um raio da graça divina á tua alma, Gaspar?  
– Não desceu raio de coisa nenhuma — respondeu Gaspar — Escolho o mosteiro porque é lá a solidão e o esquecimento; porque não verei lá mais as testemunhas desta enorme calamidade [...] (CASTELO BRANCO, 2005, p.198).

O casal permaneceria separado, até que uma série de fatos e coincidências faz com que Gaspar de Vasconcelos e Joaquina Eduarda regressem a Portugal ao mesmo tempo. Sebastião



Godim escreve a Joaquina uma bela e emocionada carta. A moça, que já tinha obtido sensíveis melhoras, decide voltar ao convívio do irmão. Já Gaspar recebe uma missiva pedindo-lhe que acudisse ao chamado do pai que estava em perigo de vida. Outra vez o discurso epistolar é decisivo no desenrolar dos acontecimentos da intriga.

Ainda que tenham partindo de pontos distintos, o casal se encontra justamente na estalagem de Vila Nova, no lugar onde passaram “a primeira noite depois da fuga.” Gaspar, então um frade crúzio, é chamado para dar os últimos sacramentos a uma cristã que agonizava. E conforme se aproximava do quarto, o frade percebia que a moribunda em questão era Joaquina. O encontro foi fulminante para Gaspar, que morreu no quarto onde um dia provara as “delícias do coração”. Gaspar talvez ainda pudesse de algum modo refazer a sua história, mas preferiu manter a opção pela renúncia.

Gaspar sofre por amar e desejar uma mulher que não lhe era destinada como sua esposa, afrontado a autoridade paterna. Padece por romper com os preceitos sociais, “seduzindo” uma senhora de “heráldicos apelidos” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 139). Morre vencido pela culpa de ter abandonado a mulher que lhe devotara tanto amor.

Joaquina, lúcida, também procura a morte, ao perceber que a sua única chance de total reabilitação feneceu junto com Gaspar. Prefere morrer a continuar suportando as “agonias mais prolongadas” de uma “vil dependência.” Desiste de lutar por não tolerar mais a repressão, o escárnio e a humilhação que teria de enfrentar para o resto de sua vida. Então desafia pela última vez a sua família, a sociedade e as “leis de Deus”, e no suicídio encontra a sua resposta, a sua vingança: “Não peço nada a ninguém, não quero nada de ninguém! Quero morrer, porque a minha vingança é morrer!” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 163).

Anos mais tarde, precisamente em 1868, Camilo “daria vida” a outra mulher que também tinha em suas veias o mesmo “sangue insubmisso” (FIALHO DE ALMEIDA, 1923, p. 69) de Joaquina. Conforme Sérgio Nazar David salienta: “Ricardina não abre mão de lutar pelo seu desejo ou, quando nada, de lutar contra aquele mundo, por vezes anacronicamente moderno, noutras vezes aguentando-se impudente sob a guarda das velhas torpezas do Portugal absolutista”(DAVID, 2009, p. 237).

Ricardina do mesmo modo enfrenta a família e foge com seu amado, mas diferentemente de Joaquina não se vê abandonada pelo amante. A separação deste outro casal é motivada por perseguição política. Bernardo Moniz participa da emboscada e da execução dos lentes de Coimbra, e é dado como morto. Talvez por isto Ricardina tenha conseguido vencer os “vaticínios de infelicidade eterna”, e seguir com a vida, por acreditar, no seu íntimo,

ser a viúva de Bernardo, e assim não sentir o peso fatal do desamparo por parte de seu grande amor.

A miopia da crítica talvez considere este um desenlace ultrarromântico. Mas está em jogo aqui muito mais do que uma questão de “escola literária”. Camilo é impiedoso com o seu tempo e não se intimida em acusar a sociedade pelas tragédias que produz sobre aqueles que não são capazes de lutar ou lutam com os métodos errados.

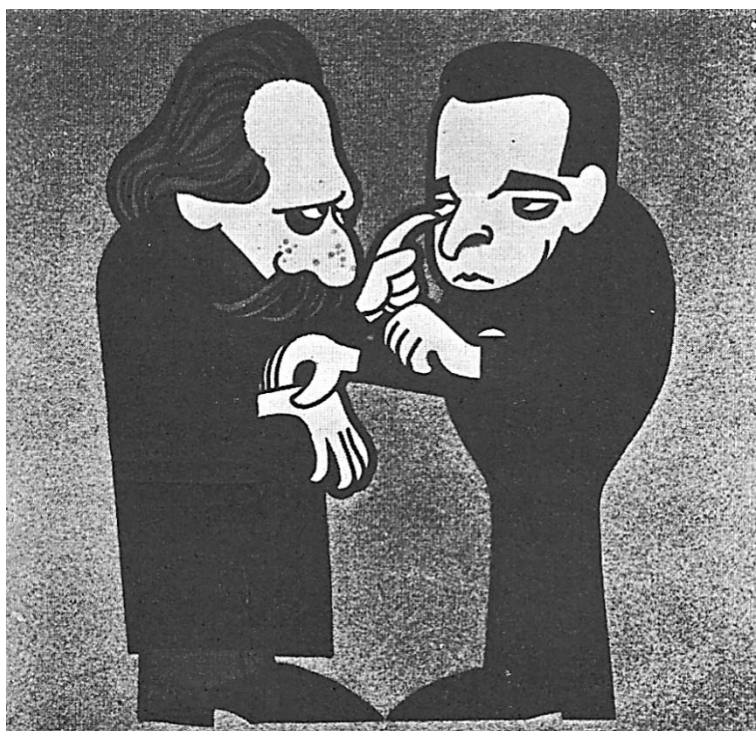
Por isto, não seria acertado considerar esse trágico desenlace somente um final de novela ultra-romântica, menos ainda apenas um compromisso “mais ou menos tácito do escritor com a moral cristã”<sup>32</sup> (uma punição exemplar aos pecadores). Vejamos o que nos diz a este respeito o narrador camiliano:

“Filósofos, religiosos, filantropos e poetas param em volta dos monturos sociais e contemplarem as fezes. E, porque o aspecto da desgraça tem tal qual magnitude, embora repulsiva, os contempladores não esquadriham de tamanhos efeitos uma causa, ao dizer, insignificante. Pois eu encaro em tudo isto [...] (CASTELO BRANCO, 2005, p.138).

Ao recuar a sua novela para idos de setecentos, talvez Camilo não estivesse apenas seguindo a datação do texto que pode ter lhe servido de fonte; parece antes denunciar que a origem das misérias do Portugal liberal vem de longe. Portanto, filhos não nasceram para simplesmente serem reféns das vontades dos pais, mulheres também não deviam ter como único destino os limitados papéis impostos pelo social... Camilo aponta-nos uma sociedade em transformação, que também teima em não mudar: um mundo de hipocrisia, de infâmia, mas, lendo-o em extensão e mais atentamente sempre, também um mundo com alguma esperança, por vezes.

---

<sup>32</sup>Ver: MARTINS, Serafina. Efectivamente... um manuscrito. In: *A Sereia*. Porto: Caixotim, 2005, p. 22.



**Figura 14 – Camilo e Carlos de Oliveira. Cartoon de João Abel Manta.**

## CONCLUSÃO

Parecendo cumprir com a sua espécie de profecia, anunciada no prefácio da quinta edição de *Amor de Perdição*, Camilo Castelo Branco reaparece no século XXI, e não mais apenas como um escritor filiado à escola romântica. A modernidade na forma e na atualidade dos temas abordados, em sua vastíssima obra, são atualmente incontornáveis. Inúmeros são os elementos discursivos empregados por este escritor, sejam paratextuais ou intratextuais, tais como: introduções, notas, reprodução de documentos, excertos de jornais. Entretanto, dentre todos, o relato epistolar tem uma presença mais assinalável, se não uma funcionalidade mais específica.

Camilo, que, segundo Senna Freitas, “ri, debica, narra, vocifera, increpa, soluça, geme, canta, encanta, derreia, esmaga, preconiza, admira, floreja, sobe ao sublime, desce ao picaresco, enternece, irrita” (1888, p. 83), só poderia representar a sua realidade de maneira complexa. O escritor critica incisivamente os problemas da sociedade em que vive, mas também aponta para as melhorias obtidas a duras penas naquele século. Com sabedoria, paciência e um pouco de sorte seria possível concretizar sonhos e desejos até então inviáveis.

Ainda que permanecessem sujeitas ao poder masculino, as mulheres já começavam a contar com novas possibilidades de vida. Continuavam a ser preferencialmente filhas obedientes, esposas dedicadas e mães zelosas. Contudo, o início do acesso à instrução foi um passo importantíssimo para aquelas que ambicionavam ir além das convenções sociais. Um exemplo disto é justamente a prática das mocinhas casadoiras de escrever cartas secretas a pretendentes fervorosamente escolhidos, e assim tentar recusar os casamentos determinados por suas famílias. Paulina, a protagonista de *Agulha em Palheiro*, exemplifica muito bem isto: decide, espera e consegue obter a felicidade ao lado do amado Fernando.

Mas este não era o caminho o mais fácil. Em muitos momentos era preciso ceder, se adaptar, encontrar as brechas existentes para não contrariar a moral vigente. O Portugal retratado por Camilo era um mundo em transformação. A hipocrisia e o conservadorismo ainda estavam muito presentes, o que Cecília e Margarida, de *Memórias de Guilherme do Amaral*, conheciam muito bem. Mesmo mantendo encontros fortuitos, elas nunca se deixaram apanhar, permanecendo íntegras diante do julgamento da opinião pública.

Nas novelas camilianas, os homens parecem por vezes hesitar frente aos empecilhos que se interpõem à realização amorosa. Talvez porque para *elas* quase sempre fosse possível voltar atrás. Gaspar de Vasconcelos (de *A sereia*) e Baltasar (de *Memórias de Guilherme do*

*Amaral*) até tentam lutar por seus amores, mas não resistem às pressões sociais e acabam por desistir de suas eleitas.

Este abandono, para as mulheres, quase sempre era um golpe fatal. Teresa, de *Amor de perdição*, e Joaquina, de *A sereia*, são apresentadas como jovens audazes e destemidas, que enfrentam todas as adversidades para concretizarem os seus anseios, no entanto sucumbem ao desolador adeus do amado. Teresa e Joaquina preferem morrer a levar uma existência marcada pela infâmia e pelo desprezo, ou terminarem recolhidas em um convento por toda a vida, destino quase inevitável, reservado àquelas que se atreviam a contrariar a moral vigente.

A religião, do mesmo modo, também não era vista por um único ângulo. As instituições do catolicismo são povoadas por religiosos de todas as inclinações: os austeros e tiranos, os glutões e folgazões e até mesmo os amáveis e caridosos. Dependendo da ocasião, ora eles auxiliam, ora atrapalham a vida dos seus protegidos. Os conventos e mosteiros são representados como um microcosmo da sociedade, compartilhando o seu melhor e o seu pior.

Esta realidade tão diversa, presente em todos os segmentos sociais, aparenta sinalizar que os indivíduos têm sim a sua parcela de responsabilidade sobre as suas escolhas, e sobre o efeito resultante de cada uma delas. Os dramas retratados nos romances são, em boa parte, simplesmente humanos. Camilo, conforme Sérgio Nazar David salienta, “diferentemente de tantos dos seus contemporâneos não culp[a] nem louv[a] o social pelo infortúnio ou felicidade que um homem arranca da vida”(DAVID, 2009, p. 240). Portanto, ler Camilo Castelo Branco exige um conhecimento do tempo histórico em que decorrem os dramas, com suas marchas e contramarchas, para que não caiamos em raciocínios esquemáticos e simplificações. Também é preciso sair da camisa de força dos estilos de época, procedimento que intentamos não exatamente ignorar, mas contornar na medida do possível.

Destaco, por fim, que a correspondência amorosa das novelas camilianas não deveria ser lida apenas como uma compilação de belas declarações de jovens apaixonados. Esses escritos antes funcionariam como preciosos testemunhos sobre a organização sócio-econômica da qual os amantes fazem parte, com suas implicações na esfera dos assuntos mais íntimos. As causas dos infortúnios dos casais enamorados estariam diretamente relacionadas com problemas enfrentados por toda nação. As trocas epistolares se mostram uma excelente estratégia para evidenciar como os conflitos da esfera maior da vida públicapoderiam interferir na vida íntima.

Nas cartas, mesmo os silenciados (sobretudo as mulheres) podem expressar seus sentimentos e as suas opiniões, inclusive sobre questões econômicas, políticas e sociais. O discurso epistolar seria um meio de transgredir ou driblar certas limitações.

Estas vozes assim reunidas implicam uma multiplicidade de pontos de vista sobre os fatos narrados, gerando um efeito polifônico, forjado por personagens e suas vozes, que “não são meros objetos do discurso do autor, mas os próprios sujeitos desse discurso” (BAKHTIN, 2002, p. 04). Nada mais distante daquilo que a crítica menos arguta costuma chamar de “o romantismo de Camilo”.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria João Pais do. Prefácio. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *A bruxa do Monte Córdova*. Porto: Caixotim, 2007. p.7-47.

ANGELIDES, Sophia. *Carta e literatura: correspondência entre Tchekhov e Gorki*. São Paulo: Ed.da Universidade de São Paulo, 2001.

ASSIS, Machado de. *O Futuro*. Rio de Janeiro: Brito & Braga, 1863.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BARTHES, Roland. *Fragments de um discurso amoroso*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Tereza; COSTA, Maria Velho da. *Novas cartas portuguesas*. Alfragide: Dom Quixote, 1974.

BASTOS, Maria Helena Câmara, A Retórica do Amor: um estudo de manuais epistolares (século XIX e XX). In: CONGRESSO BRASIEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004. Curitiba. Anais... Curitiba: SBHE, 2004. p. 1-13.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.

CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.

\_\_\_\_\_. Nota Preliminar. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Memória de Guilherme do Amaral*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora.1966, p. 5-26.

CAMINHA, Pêro Vaz de. *Carta a El-Rey D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Mem Martins: Europa-América, 2000.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora, 2006.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos): 1836-1880*. São Paulo: Martins, 1971.

CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASCÃO, Rui. Demografia e sociedade. In: *História de Portugal: o liberalismo*. Direção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.v.5, p. 425-440.

CASTELO BRANCO, Camilo. A Marquiza d'Alorna. In: *Esboços de Apreciações Literárias*, Porto: Viúva Moré, 1965. p.141-152.

\_\_\_\_\_. Carta-prefácio. In: TORREZÃO, Guiomar. *No teatro e na sala*. Lisboa: David Corazzi, 1881. p.5-8.

\_\_\_\_\_. Correspondência & Prefácios. In: *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão, 2002. v.17

\_\_\_\_\_. Leiam: verão o que é. *Dispersos I*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929. p. 473-478.

\_\_\_\_\_. Agulha em Palheiro. In: *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão, 1985.v.4.

\_\_\_\_\_. *Amor de Perdição*. Porto: Caixotim, 2006.

\_\_\_\_\_. *A sereia*. Porto: Caixotim, 2005.

\_\_\_\_\_. Carlota Ângela. In: *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão, 1983.v.2.

\_\_\_\_\_. Coração, cabeça e estômago. In: *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960.

\_\_\_\_\_. *Memória de Guilherme do Amaral*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1966.

\_\_\_\_\_. *Onde está a felicidade*. Porto: Caixotim, 2003.

\_\_\_\_\_. *O retrato de Ricardina*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1916.

\_\_\_\_\_. Um homem de Brios. In: *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão, 1983.v.2.

CASTELO BRANCO, Camilo; CASTILHO, António Feliciano de. *Castilho e Camilo – Correspondências trocadas entre dois escritores*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

CASTILHO, Júlio de. *Memórias de Castilho*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.v.4.

CASTRO, Aníbal Pinto de. Camilo e a História. In: *Literatura e História - Atas do Colóquio Internacional*. Porto: [s.n], 2004.p.135-144.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de Perdição*. Porto: Caixotim, 2006. p.9-75.

CHARTIER, Roger. *La correspondance: Les usages de la lettre au XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris:[s.n.], 1991.

CHORÃO, João Bigotte. “Nótulas sobre jornalismo literário no século XIX”. In: *Estudos Camilianos: Camilo Castelo Branco – Jornalismo e Literatura no Século XIX*. Braga: Centro de Estudos Camilianos, 1993. p.13-18.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*. Coimbra: Atlântida, 1946.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.



\_\_\_\_\_. Introdução Geral. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. p. 9-62.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DAVID, Sérgio Nazar. *O século de Silvestre da Silva – Estudos sobre Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo Castelo Branco e Júlio Diniz*. Lisboa: Prefácio, 2007.

\_\_\_\_\_. O mundo inexorável do constitucionalismo português. Os desafios maiores do liberalismo sob o olhar de Garrett, A. P. Lopes de Mendonça, Camilo e Eça de Queirós. In: RIOS, Otávio (Org.) *O Amazonas deságua no Tejo*. Manaus: UEA Edições, 2009. p. 225-240.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *Imagens da Mulher*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

FIALHO DE ALMEIDA, José Valentim. *Figuras de Destaque*. Lisboa: Clássica Ed., 1923.

FINKIELKRAUT, Alain. L'autobiographie et ses jeux. *Communications*, Paris, n.19, p.155-159, 1972.

FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREITAS, Senna. *Perfil de Camilo Castelo Branco*. Porto: Livraria Internacional Ernesto Chardron, 1988.

GARRETT, Almeida. Da Educação. In: *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1963.

\_\_\_\_\_. Cartas íntimas. In: *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1963.

GAY, Peter. *O coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a Título do Prólogo. In: *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.7-24.

GOULEMONT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada*. Da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 359-396.

GRANDE, Nathalie. *Le Roman au XVII<sup>o</sup> siècle*. Paris: Bréal, 2002.

GRASSI, Marie-Claire. *Lire l'épistolaire*. Paris: Dunod, 1998.

HANSEN, João Adolfo. Introdução. In: VIEIRA, Antonio. *Cartas do Brasil: 1626-1697, Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grã Pará*. São Paulo: Ed.Hedra. 2003. p.9-74.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

HERCULANO, Alexandre. O século – Educação – Asilos da primeira infância. *O Panorama*, n. 1, p. 210-213, 1837.

\_\_\_\_\_. Instrução Popular. *O Panorama*, n. 5, p. 36-37, 1837.

\_\_\_\_\_. *Opúsculos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1984. v.2.

LEMOS, Esther de. Da casa à sela. In: BAPTISTA, Abel Barros. *Camilo: interpretações modernas: antologia*. Porto: Comissão Nacional das Comemorações Camilianas, 1992.

LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Schwarcz, 2006.

LOBATO, Monteiro; RANGEL, Godofredo. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

LOBO, Francisco Rodrigues. *Corte na aldeia*. Porto: Lello Editores, 1972.

LOPES, Óscar. Claro-Escuro Camiliano. *Colóquio Letras*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.p.5-24.

\_\_\_\_\_. Ensaio Camilianos. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2007.

MARTHA, M. Cardoso. Cartas de Camilo Castelo Branco, Coleção, Prefácio e Notas. In: *Obras completas - Vol. XVII*. Porto: [s.n.], 1994.

MARTINS, Serafina. Efectivamente... Um manuscrito. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *A Sereia*. Porto: Caixotim, 2005. p.7-23.

\_\_\_\_\_. Viagens e paixão funesta no romance camiliano. In: AA.VV. *Camilo – Leituras críticas*. Porto: Caixotim, 2003. p.199-212.

MENDONÇA, António Pedro Lopes de. *O Último Amor*. Posfácio e fixação do texto: Sérgio Nazar David, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Battella. *Prezado, senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p 41-54.

MÔNICA, Maria Filomena. Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX. In: *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980. p. 499-518.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1996.

NEPOMUCENO, Luís André. *A musa desnuda e o poeta tímido: o petrarquismo na arcádia brasileira*. São Paulo: 2006.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho. *Literatura de Hoje*. Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1866.

OUTEIRINHO, Fátima. Guiomar Torrezão ou memória de uma mulher de letras oitocentista. *Revista Intercâmbio*. Porto: Universidade do Porto, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Folhetim em Portugal no Século XIX: uma nova janela no mundo das letras*. 2003. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2003.v.2

Pedro V, Rei de Portugal, 1837-1861. Anexo à Carta de D. Pedro V para o Príncipe Alberto. In: LEITÃO, Ruben Andresen (tradução e estudo), *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*. Lisboa: Portugália Ed., 1954.

PEREZ, Gustavo d'Ávila. *As Traduções de "Amor de Perdição"*. Lisboa: Portugália Ed., 1974.

PERROT, Michele. *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

PINHEIRO, Rafael Bordalo. *O Calcanhar D'Aquiles*, Lisboa: Frenesi, 2006.

QUEIRÓS, Eça de; CASTRO, Emília de. *Eça de Queirós/ Emília de Castro: correspondência epistolar* (Cartas inéditas de Emília de Castro, e a sua correspondência epistolar com outros destinatários: Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Luís de Magalhães, Celeste Cinatti Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Veridiana Prado). Porto: Lello & Irmão, 1995.

QUEIRÓS, Eça de. Uma Campanha Alegre. In: *As Farpas -Volume II*. Mem Martins: Europa-América, 1987.

\_\_\_\_\_. *A correspondência de Fradique Mendes*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

QUENTAL, Antero de. *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

RIAUDEL, Michel. Correspondência secreta. In: GALVÃO, Walnice; GOTLIB, Nádya Battella (Org.) *Prezado senhor, Prezada senhora*. Estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 95-100.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. Memória de si, ou... Estudos Históricos – Arquivos Pessoais., Rio de Janeiro, v.11, 1998, p.9. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>. Acesso em: 2009.

RITA, Annabela, *No Fundo dos Espelhos-Incursões na Cena Literária*. Porto: Edições Caixotim, 2003. v.1

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

ROCHA, Andréa Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.

ROSENMEYER, Patricia A. *Ancient Epistolary Fictions: The Letter in Greek Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SÁ, Maria das Graças Moreira de. Camilo Castelo Branco: do amor como perdição. In: AA. VV. *Camilo – Leituras críticas*. Porto: Caixotim, 2003. p. 91-102.

SANCHES, Ribeiro. Educação de hua Menina ate a idade de tomar Estado, no Reyno de Portugal. In: PINA, Luís de. *Plano para a educação de uma menina portuguesa do século XVIII*(no II centenário da publicação do Método de Ribeiro Sanches). Porto: Revista da Faculdade de Letras do Porto, 1960.

SANTOS, João Camilo dos. *Os malefícios da literatura, do amor e da civilização*: ensaios sobre Camilo Castelo Branco. Lisboa: Fim de Século Edições, 1992.

SANTOS, Maria de Lurdes Costa Lima dos. *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Ed. Presença, 1985.

\_\_\_\_\_. A Elite Intelectual e a Difusão do Livro nos Meados do Século XIX. *Análise Social*, Lisboa, v.27, p. 539-546, 1992.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol*: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998.

SCHUSTER, M. Lincon. *As grandes cartas da história*: desde a antiguidade até os nossos dias. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1942.

SEIXO, Maria Alzira Seixo. *O Rio com Regresso – Ensaio Camilianos*. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

SÊNECA, Lúcio Aneu. *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

SERRÃO, Joel. *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros horizonte, 1987.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade*. Campinas: Editores Autores Associados, 2007.

SILVA, José Maria da Costa e. *Ensaio Biographico-Critico sobre os melhores Poetas Portuguezes*. Lisboa: Imprensa Silviana, 1855. t.9

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

TELES, Manuel Tavares. *Os Manuscritos de Gertrudes*. Lisboa: Guerra e Paz, 2007.

TIM, Emerson (Org.). *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lipsisio*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2005.

TORGAL, Luís Reis. *Instrução Pública*. In *História de Portugal: O Liberalismo*. José Matoso (Org.). Lisboa: Editorial Estampa. 2008. v.5. p.609-652

VAQUINHAS, Irene Maria; CASÇÃO, Rui. Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. In: *História de Portugal: O Liberalismo*. José Matoso (Org.). Lisboa: Editorial Estampa. 2008. v.5. p.441-442

VERNEY, Luis António. *Verdadeiro método de estudar*. Porto: Domingos Barreira, [19--].

WATT, Ian. *Ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

XAVIER, Elaina Carla Silva. *Ninguém morre de fome em Portugal? – pobreza e mobilidade social na obra de Eça de Queirós (1878 – 1888)*. 2010. 98f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.